



REOT
CONCELHO DA MAIA

REOT - Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território 2011



Ficha Técnica

Elaborado por:

Divisão de Planeamento Territorial, Urbanístico e Projectos
(Câmara Municipal da Maia)

Colaboração de:

Departamento de Gestão Urbana

Departamento de Construção e Estruturas Municipais

Departamento de Educação, Ação Social e Juventude

Departamento de Finanças e Património

Departamento de Fomento Desportivo

Departamento de Trânsito e Transportes

Gabinete de Arqueologia (Departamento de Cultura e Turismo)

Gabinete de Saúde

Gabinete Técnico Florestal

Maiambiente

Serviço Municipal de Proteção Civil

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia

Índice

1. Introdução -----	3
2. Quadro de Referência Legal -----	4
3. Objetivos e Metodologia -----	5
4. Caracterização e Enquadramento Geral -----	8
5. Avaliação do Estado do Ordenamento do Território -----	9
Socioeconomia -----	10
Mobilidade -----	36
Povoamento -----	59
Ambiente -----	142
6. Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento -----	176
6.1. Plano Diretor Municipal -----	176
6.2. Plano de Pormenor da Quinta da Pícuia -----	189
6.3. Plano Municipal de Acessibilidade para Todos -----	189
7. Considerações Finais -----	192
Bibliografia -----	193

Com a entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal do concelho da Maia, que decorreu do processo de revisão do PDM de 1994, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 2383/2009, de 26 de Janeiro, não se entendeu o processo de planeamento municipal como terminado, muito pelo contrário, uma nova etapa nesse mesmo processo teve início – a implementação, no sistema de planeamento, do imprescindível processo de monitorização e avaliação dos planos.

A monitorização e avaliação estratégica e operacional do sistema municipal de planeamento é também fundamental no âmbito do desempenho ambiental associado à execução do plano e dos seus impactes sobre o ambiente. Esta importância é, aliás, sublinhada no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, no seu artigo 11.º, quando refere que “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

O objetivo central desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, de um modo mais direto ou indireto, influenciam as condições ambientais e de sustentabilidade do território, procurando, deste modo, apoiar os processos de conceção e decisão de políticas e medidas de intervenção à escala urbana e permitindo acompanhar com regularidade o exercício das atividades previstas, assim como o desempenho das entidades responsáveis pela sua execução.

Pretende-se assegurar a construção de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de indicadores, que permita conhecer a situação do Concelho da Maia no que se refere ao território, bem como detetar e medir tendências de evolução ao longo do prazo de execução do Plano.

O presente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) consubstancia, assim, o principal *output* no âmbito de um modelo de avaliação, preocupado em medir e avaliar o nível de execução dos objetivos e da concretização das ações propostas no PDM em vigor no concelho da Maia e demais planos que venham a integrar o sistema de planeamento municipal.

Pretende-se, com este Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), traduzir o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial em vigor no Concelho da Maia os quais, deste modo, serão objeto de avaliação “in continuum”, e bem ainda dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, constituindo a base de fundamento para uma eventual necessidade de revisão e/ou reprogramação das opções estratégicas definidas, tendo sempre como pressuposto de base a monitorização ambiental, prevista na declaração ambiental.

Ao abrigo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), concretamente do n.º 1, do artigo 144.º do Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, “as entidades responsáveis pela elaboração dos instrumentos de gestão territorial promovem a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos mesmos, bem como, relativamente aos planos sujeitos a avaliação ambiental, dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, por forma a identificar os efeitos negativos previstos e aplicar as necessárias medidas corretivas previstas na declaração ambiental”.

A avaliação pode fundamentar propostas de alteração do plano ou dos respetivos mecanismos de execução (artigo 145.º do diploma supramencionado), nomeadamente com os seguintes objetivos:

- a) “assegurar a concretização dos fins do plano, tanto ao nível de execução como dos objetivos a médio e longo prazos;
- b) garantir a criação coordenada das infraestruturas e dos equipamentos;
- c) corrigir distorções de oferta no mercado imobiliário;
- d) garantir a oferta de terrenos e lotes destinados a edificações com rendas ou custos controlados;
- e) promover a melhoria da qualidade de vida e a defesa dos valores ambientais e paisagísticos.”

Neste sentido, “a câmara municipal elabora, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local, a submeter à apreciação da assembleia municipal” (cfr. artigo 146.º do mesmo diploma), incumbência que já tinha ficado definida ao nível do artigo 28.º, da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e urbanismo.

Muito embora o artigo 146.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial defina a obrigatoriedade da Câmara Municipal, de 2 em 2 anos, elaborar um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local, a submeter a apreciação da Assembleia Municipal, e tendo em vista não apenas uma melhor gestão do plano de ação, contribuindo para dinamizar o processo de monitorização e a própria implementação do Plano, como também, e sobretudo, dar resposta às exigências inerentes à Declaração Ambiental, emitida no âmbito da avaliação ambiental do plano, que obriga a uma monitorização anual, que consubstancia o disposto no n.º 2, do art.º 11.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, considerou-se que a Câmara Municipal da Maia deveria elaborar um relatório anual, que verse sobre o desempenho dos indicadores ambientais e sobre as ações e objetivos ultrapassados e o grau de concretização dos mesmos, favorecendo, assim, o desenvolvimento da programação estratégica anual do município.

Assim, considerou-se oportuno integrar neste processo a avaliação e o controlo da avaliação ambiental, de acordo com o previsto no artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que define que as entidades responsáveis pela elaboração do plano avaliam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

3 OBJETIVOS E METODOLOGIA

Com o objetivo de avaliar o desempenho do Plano Diretor Municipal da Maia, a monitorização iniciou-se com a avaliação dos objetivos do Plano, do programa de ações previstas no mesmo, e bem ainda dos objetivos de sustentabilidade presentes na Avaliação Ambiental Estratégica, através da definição de um conjunto de indicadores que permitissem avaliar cada um dos níveis mencionados anteriormente.

Assim, para a operacionalização do processo de monitorização foi necessário identificar indicadores quantificáveis para cada um dos objetivos, bem como as respetivas metas a atingir, permitindo, assim, o controlo do Plano.

Para cada indicador elaborou-se um quadro com a descrição do mesmo, forma de cálculo, unidade de análise, valor base, valor de referência (quando aplicável e tendo sempre como referência valores já definidos, designadamente no Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável), entidade responsável pela recolha dos dados, ou seja, se é uma fonte externa ou uma fonte interna da Autarquia (outros departamentos); periodicidade de análise dos dados, entre outros.

Os indicadores propostos dar-nos-ão acesso a um conjunto considerável de informação que, nas várias fases do ciclo de execução, irão permitir:

- Apoiar o acompanhamento e validação da avaliação estratégica dos impactes das propostas setoriais;
- Contribuir para o sistema global de avaliação do desempenho do Plano e da sua revisão;
- Facilitar a articulação dos Sistemas de Informação Geográfica a implementar com as estruturas de gestão urbanística e execução do Plano;
- Avaliar a eficácia das recomendações apresentadas e suportar a sua revisão de acordo com os resultados de avaliações periódicas e intercalares;
- Fornecer informação para futuras avaliações ambientais estratégicas a jusante da presente avaliação;
- Facilitar a participação e envolvimento das partes interessadas no processo de implementação dos programas.

A monitorização e avaliação estratégica do desempenho ambiental das propostas e dos objetivos decorrentes do processo de Revisão do PDM é uma competência do serviço responsável pela elaboração do Plano Diretor Municipal: Divisão de Planeamento Territorial, Urbanístico e Projetos do Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial, em acordo com o Regulamento da Macroestrutura Organizacional da Autarquia. Esta divisão ficou, assim, responsável por integrar no referido sistema, todos os elementos relevantes para a avaliação da execução das propostas do Plano, necessários para a realização dos exercícios regulares de monitorização e de avaliação ambiental estratégica.

A implementação do sistema de monitorização e do módulo de Avaliação Ambiental Estratégica e Operacional, conta, para além de informação prestada por entidades externas (designadamente Instituto Nacional de Estatística), com a alimentação de informação constante dos sistemas de informação de cada Estrutura Municipal, designadamente:

- Departamento de Trânsito e Transportes;
- Departamento de Finanças e Património;
- Departamento de Gestão Urbana;
- Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial;
- Departamento de Construção e Estruturas Municipais;
- Departamento de Conservação e Manutenção de Estruturas Municipais;
- Departamento de Cultura e Turismo;
- Departamento de Educação, Ação Social e Juventude;
- Departamento de Desporto;
- Serviço Municipal de Proteção Civil;
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;

- Gabinete Técnico Florestal;
- Maiambiente.

O processo de monitorização está alicerçado em quatro fases principais, conforme se descrevem:

- Definição do objeto de avaliação – PDM e Relatório Ambiental;
- Definição dos indicadores de monitorização;
- Desenvolvimento de procedimentos tendentes à obtenção de informação junto das entidades responsáveis;
- Elaboração do relatório (o qual foi sendo desenvolvido à medida que “chegavam” os dados);

No decorrer destes anos em que se procurou desenvolver um processo em *continuum* de monitorização foram várias as dificuldades encontradas, designadamente:

- a própria definição dos indicadores para avaliar o cumprimento dos objetivos;
- A recolha dos dados (dificuldade de obtenção de informação e necessidade de recorrer a várias entidades externas e vários departamentos da Autarquia), havendo inclusive situações em que neste momento ainda não se dispõe de dados;
- Inexistência de um Sistema de Informação Geográfica (muito embora não seja impeditivo da realização do processo de monitorização, o presente facto compromete a qualidade e a celeridade do trabalho, sendo menos rica e mais morosa a análise da informação existente);
- Periodicidade de atualização dos dados – nem sempre compatível com o período de análise desejado.

Não obstante, a Câmara Municipal tem desenvolvido, anualmente o presente relatório, que sistematiza a avaliação do estado de ordenamento do território, tendo em conta os objetivos a alcançar, quer os definidos no PDM, quer no âmbito do Relatório Ambiental.

No presente relatório optou-se por uma abordagem diferente à desenvolvida em anos transatos, tendo o mesmo sido estruturado em dois grandes capítulos. Um deles reporta-se à Avaliação do Estado do Ordenamento do Território e o outro à Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento.

No capítulo referente à Avaliação do Estado do Ordenamento do Território apresenta-se uma análise aos indicadores de avaliação e monitorização definidos, nos quais se insere os indicadores presentes na Declaração Ambiental do PDM, apresentados em fichas síntese por indicador, e organizados através do enquadramento em quatro temas principais, que se subdividem em subtemas de análise, e que são:

Tema	Subtema
Sócio economia	Dinâmicas Demográficas Estrutura Económica
Mobilidade	Rede de Infraestruturas Movimentos Pendulares Acidentes Rodoviários Transportes Coletivos Modos de Transportes Sustentáveis
Povoamento	Habituação Evolução Urbanística Coesão Urbana Desenho Urbano Equipamentos Públicos Património
Ambiente	Áreas Verdes Arborização em Arruamentos Seccionamento de Ecossistemas Recursos Hídricos Flora Solo Poluição Sonora e Atmosférica Riscos Tecnológicos Infraestruturas

No segundo grande capítulo, designado "Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento", focaliza-se a análise no cumprimento dos objetivos e da execução dos instrumentos de gestão territorial em vigor no concelho (Plano Diretor Municipal e Plano de Pormenor da Quinta da Pícuca e Áreas Envolventes). Ao nível do PDM, e atendendo a que o mesmo foi sujeito a avaliação ambiental, apresenta-se um subponto referente à avaliação e controlo ambiental dos efeitos significativos no ambiente.

Embora não enquadrado no rol de IGT – Instrumentos de Gestão Territorial definidos no RJIGT, apresenta-se ainda a síntese da avaliação da execução do designado Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, que enquadra outra das preocupações estratégicas do concelho.

4 CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GERAL

À semelhança dos Relatórios do Estado do Ambiente, elaborados pela Agência Portuguesa do Ambiente, apresenta-se, neste ponto, quadro síntese com um conjunto de indicadores de enquadramento geral e socioeconómicos, permitindo uma leitura sistematizada e comparativa com o panorama nacional.

Território e População		
Superfície (km ²)		83,7
Perímetro Território (km)		68
Comprimento Máximo Norte-Sul (km)		13
Comprimento Máximo Este-Oeste (km)		15
Altitude Máxima (Metros)		254
Altitude Mínima (Metros)		36
Freguesias (n.º)		17
Cidades Estatísticas (n.º)	(2008)	1
Vilas (n.º)	(2008)	3
População Residente (n.º)	(2011)	135306
Densidade Populacional (n.º)	(2011)	1616,7
População Ativa 15 aos 64 anos (n.º)	(2011)	94303
Famílias Clássicas (n.º)	(2011)	50314
Alojamentos Familiares Clássicos (n.º)	(2009)	59687

Indicadores Económicos		
PIB per Capita (índice)		n.d
Dívida Pública (% PIB)		n.d
Produtividade Trabalho (índice)		n.d
Taxa de Emprego (% dos empregados do 15 aos 64 anos)		n.d
Despesa em I&D (% do PIB)		n.d
Nível de acesso das famílias à Internet (%)		n.d
Densidade de Empresas - N.º/km ²	(2009)	173,5

Indicadores Sociais		
Mortalidade Infantil (n.º de morte por 1000 nascimentos)	(2009)	2,09
Índice de Envelhecimento	(2011)	80,0
Índice de Dependência de Idosos	(2011)	19,3
Taxa de Desemprego (% população ativa)	(2001)	6,7
Desigualdade na Distribuição de Rendimentos		n.d
População abaixo limiar de pobreza		n.d
População Residente - Ensino Secundário Completo	(2001)	10140 (8,4%)
População Residente - Ensino Superior Completo	(2001)	9280 (7,7%)

n.d – Não disponível

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2011

5 AVALIAÇÃO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO





1. População Residente
2. População Residente por Grupos Etários
3. Taxa de Crescimento Populacional
4. Taxa de Natalidade
5. Taxa de Mortalidade
6. Densidade Populacional
7. Índice de Dependência Total
8. Índice de Dependência Jovem
9. Índice de Dependência Idosos
10. Índice de Envelhecimento
11. Índice de Desenvolvimento Humano
12. Índice de Desenvolvimento Municipal
13. N.º Empresas
14. N.º de Sociedades
15. População Ativa por Setores de Atividade
16. Postos de trabalho por 1000 habitantes
17. Taxa Crescimento Emprego
18. Taxa de Desemprego
19. População Inscrita Centro Emprego
20. Capacidade de Alojamento em Hotéis e Pensões
21. Capacidade de Alojamento em Turismo Rural
22. N.º de Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros
23. Estadia Média nos Estabelecimentos Hoteleiros
24. Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros por 100 habitantes

Tema

Sócio economia

Unidade Análise

N.º/%

Subtema

Dinâmicas Demográficas

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos, Resultados Preliminares Censos 2011)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de residentes por ano, que traduz a capacidade de atração de novos residentes no concelho.

Segundo a definição do INE, contabilizam-se no cálculo da população residente as pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

O indicador é construído tendo em conta os dados dos Recenseamentos de 1991 e 2001, das estimativas demográficas publicadas anualmente pelo INE e dos dados preliminares dos censos de 2011.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

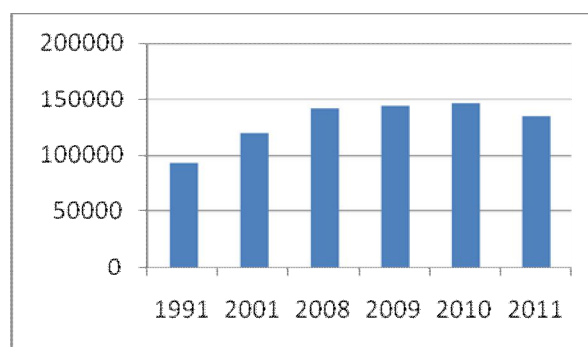
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

População Residente	N.º	%
Grande Porto	1 287 276	100
Espinho	31786	2,5
Gondomar	168027	13,1
Maia	135306	10,5
Matosinhos	175478	13,6
Porto	237584	18,5
Póvoa de Varzim	63408	4,9
Valongo	93858	7,3
Vila do Conde	79533	6,2
Vila Nova de Gaia	302296	23,5

População residente, Grande Porto, 2011



Evolução da População Residente, Maia

Espaço Geográfico	2001	2011
Águas Santas	25 249	27 470
Barca	2 769	2 633
Folgosa	3 603	3 704
Gemunde	4 765	5 215
Gondim	1 929	2 208
Gueifães	11 532	11 964
Maia	9 816	12 406
Milheirós	4 237	4 861
Moreira	10 280	12 890
Nogueira	4 478	5 473
Pedrouços	11 868	12 149
St. Maria Avioso	3 360	4 513
São Pedro Avioso	2 629	3 826
São Pedro Fins	1 838	1 837
Silva Escura	2 113	2 507
Vermoim	14 277	15 764
Vila Nova da Telha	5 368	5 886
Total	120 111	135 306

População Residente, por freguesia, 2001 e 2011

Unidade Planeamento	2001	2011
UP 1	15 648	18 776
UP 2	15 452	18 395
UP 3	35 625	40 134
UP 4	10 828	12 841
UP 5	5 441	5 541
UP 6	37 117	39 619
Total	120 111	135 306

População Residente por Unidade de Planeamento, 2001 e 2011

Análise Sumária

De acordo com os dados preliminares do Recenseamento Geral da População de 2011, divulgados pelo INE, em dezembro de 2011, a população residente no concelho da Maia ascendia aos 135.306 habitantes, sendo que 64.874 são do sexo masculino (47,94%) e 70.432 do sexo feminino (52,05%).

Tendo como referência 2001, observa-se uma evolução positiva da população residente no concelho, o que traduz a capacidade do mesmo na atração de novos residentes. Não obstante no período entre 2008 e 2010 terem sido avançados quantitativos populacionais superiores aos verificados para 2011, não se pode esquecer que relativamente a estes anos estávamos a trabalhar com dados das estimativas da população residente, publicados anualmente pelo INE.

A população da Maia representa cerca de 10,5% da população residente no Grande Porto, sendo atualmente o quinto concelho que mais contribui para o peso da população a residir no espaço geográfico de ordem superior, sendo ultrapassado apenas pelos concelhos mais periféricos e/ou de características mais rurais como, entre outros, Espinho, Valongo, Vila do Conde e Póvoa de Varzim.

No que diz respeito à distribuição da população à escala da freguesia, Águas Santas mantém a posição dominante em termos de total de população residente, seguindo-se as freguesias de Vermoim, Moreira, Pedrouços, Maia e Gueifães. Por outro lado, São Pedro de Fins destaca-se como a freguesia com um menor efetivo de população a habitar.

Analisando a distribuição da população residente por unidades de planeamento (conforme apresentadas na metodologia do presente documento) destaca-se a UP 3, constituída pelas freguesias que formam a Cidade da Maia (Gueifães, Maia e Vermoim), seguindo-se a população residente no núcleo urbano constituído pelo agrupamento das freguesias de Águas Santas e Pedrouços (UP6).

A UP 5, constituída pelas freguesias mais periféricas e rurais do concelho (Folgosa e São Pedro de Fins), apresenta o menor valor absoluto de população a residir.

O facto de a freguesia sede de concelho – Maia, ter ganho importância no período intercensitário, tendo crescido 24,54%, ganhando importância relativa no contexto municipal, passando de 6ª para 4ª freguesia mais populosa, bem como, concomitantemente a UP3, constituída pelas freguesias da Cidade da Maia, constitui uma evidência de concretização e um dos objetivos do modelo territorial definido no Plano Diretor Municipal, isto é o de Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a Cidade da Maia como principal centro urbano do Concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem, crescentemente polarizados.

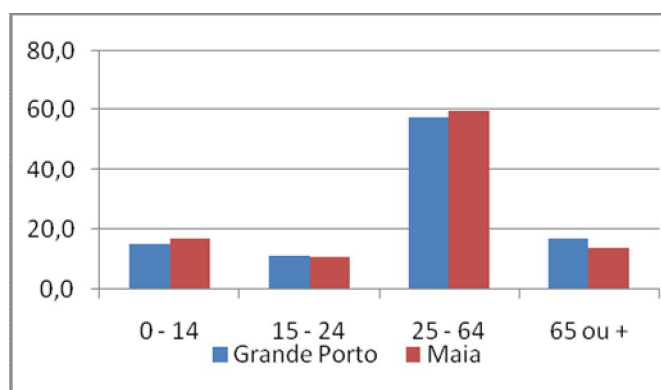
Tema Sócio economia	Subtema Dinâmicas Demográficas	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise N.º/%	Periodicidade Anual	Fonte INE (Censos, Anuários Estatísticos)
Descrição/Metodologia Evolução da população residente por ano e por grandes grupos etários (0-14 anos, 15 - 24 anos, 25 - 64 anos e 65 ou + anos).		

Objetivos PDM/Fator Ambiental População	Meta/Objetivo Município Aumento do peso da camada etária correspondente à população ativa e camadas jovens
---	--

Documentos Referência Estratégica Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)	Metas Estratégicas -
--	--------------------------------

Grupo Etário	2001		2008		2009		2010		2011	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
0 - 14	20940	17,4	24113	17,12	24420	17,0	24668	16,9	22778	16,8
15 - 24	16794	14	15383	10,92	15310	10,7	15374	10,5	13823	10,2
25 - 64	69733	58,1	81826	58,09	83055	57,9	83993	57,6	80480	59,5
65 ou +	12644	10,5	19537	13,87	20586	14,4	21756	14,9	18225	13,5
Total	120111	100	140859	100	143371	100,0	145791	100,0	135306	100,0

Evolução População Residente por Grandes Grupos Etários, Maia



População Residente por Grandes Grupos Etários, 2011

Análise Sumária

Na Maia, a estrutura da população, entre 2001 e 2011, acompanhou a tendência verificada ao nível das tendências demográficas atuais, ou seja, envelhecimento duplo na base e no topo da pirâmide etária. O escalão etário dos jovens (0-14 anos) viu decrescer a sua importância, e a classe da população idosa (população com mais de 65 anos) cresceu significativamente. O mesmo não é reflexo de uma diminuição da população em idade ativa, tendo-se assistido a um aumento, em termos absolutos e do peso relativo, da população dos 25 aos 64 anos.

Assim, em 2011, 16,8% da população integrava o grupo etário dos 0 aos 14 anos, 10,2% o grupo dos 15 aos 24 anos, 59,5%, no grupo dos 25 aos 64 anos e, por último, 13,5% no grupos da população com 65 ou mais anos.

Face ao valor de referência de 2001, é no grupo etário da população dos 15 aos 24 anos e da população idosa (com mais de 65 anos) que se verifica uma evolução mais significativa.

Ainda assim, em comparação com o peso relativo da população por grupo etário no contexto do Grande Porto, observa-se que o concelho da Maia apresenta um peso da população dos 0 aos 14 anos superior à média daquela unidade territorial e, por outro lado, apresenta um menor peso relativo da população em idade idosa.

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
 %

Subtema

Dinâmicas Demográficas
Periodicidade
 Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
 INE (Censos, Anuários Estatísticos, Resultados Preliminares Censos 2011)

Descrição/Metodologia

Varição populacional observada num determinado período (%).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Superior à média do Grande Porto

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

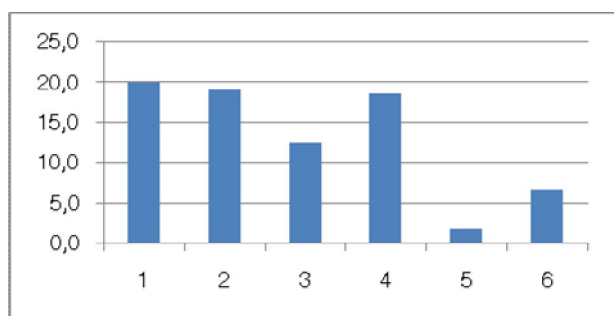
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Período	Taxa Crescimento
1981-1991	14,6%
1991-2001	28,9%
2001-2009	19,4%
2001-2010	21,4%
2001-2011	12,7%

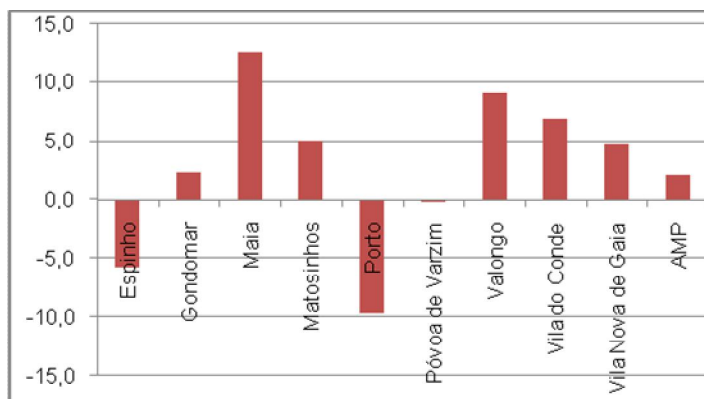
Taxa Crescimento, Maia



Taxa Crescimento 2001-2011, por Unidade Planeamento

Espaço Geográfico	Varição 2001-2011
Águas Santas	8,8
Barca	-4,9
Folgosa	2,8
Gemunde	9,4
Gondim	14,5
Gueifães	3,7
Maia	26,4
Milheirós	14,7
Moreira	25,4
Nogueira	22,2
Pedrouços	2,4
St. Maria Avioso	34,3
São Pedro Avioso	45,5
São Pedro Fins	-0,1
Silva Escura	18,6
Vermoim	10,4
Vila Nova da Telha	9,6
Total	12,7

Taxa Crescimento, por Freguesia



Taxa Crescimento Populacional, Grande Porto, 2011

Análise Sumária

À semelhança do ocorrido quer na década de 1981-1991 quer na década de 1991-2001, no período compreendido entre 2001 e 2011, no concelho da Maia observa-se um crescimento significativo da população residente, com uma taxa de crescimento a rondar os 11,2%, muito acima da média registada para o Grande Porto no mesmo período (2,0%).

Face aos resultados preliminares dos Censos de 2011 presenciaram-se dinâmicas diferentes ao nível infraconcelhio.

Barca foi a única freguesia do concelho cuja evolução foi negativa, registando um decréscimo do efectivo populacional na ordem dos - 4,5%. A par desta, aparece São Pedro de Fins com uma evolução praticamente nula.

De salientar a evolução da população residente em São Pedro de Avioso, que cresceu cerca de 45% no período compreendido entre 2001 e 2011, seguida por Santa Maria de Avioso (33,6). Esta situação reflecte a consolidação do núcleo urbano do Castelo da Maia, outro indicador positivo relativamente ao cumprimento do objetivo de consolidação dos aglomerados urbanos de segunda ordem, já existentes, e de concretização do modelo de concentração descentralizada, integrante do modelo territorial. Freguesias como Maia, Moreira e Nogueira também verificaram uma variação considerável.

A taxa de crescimento demográfico por freguesia acompanha de perto o crescimento do número de famílias.

Ao nível das Unidades de Planeamento delimitadas para o concelho, a evolução mais significativa registou-se na UP1, conjunto das freguesias de Moreira e Vila Nova da Telha, e na UP3, conjunto das freguesias que constituem a designada Vila do Castelo da Maia.

Tal como verificado nas décadas anteriores, no período em análise continua a ser o concelho da Maia o que mais contribui para a evolução positiva da taxa de crescimento populacional do Grande Porto, seguido pelo concelho de Valongo e em oposição às dinâmicas demográficas registadas no concelho de Espinho e do Porto, este último, com uma variação superior a menos de 10%.

De referir que, de acordo com os resultados preliminares dos censos de 2011, a Maia foi o concelho da Região Norte que mais cresceu em termos de população residente.

O facto de o concelho da Maia manter um crescimento considerável no seio dos concelhos do Grande Porto e bem ainda da Região Norte, contribui significativamente para o cumprimento do objetivo do modelo territorial definido no âmbito do PDM de afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e de infraestruturas de carácter supra concelho.

Tema

Sócio economia

Subtema

Dinâmicas Demográficas

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

‰

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

N.º de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo (um ano civil) referido à população média desse período * 100 (‰)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Tendencial - Crescente

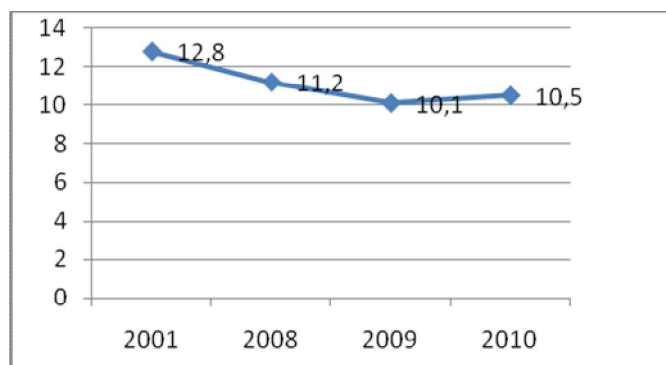
Documentos Referência Estratégica

O futuro demográfico da Europa: Transformar um desafio em oportunidade (2006)

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas

A política europeia define a necessidade dos estados membros prevenir o declínio demográfico ou reagirem á diminuição da natalidade.

Quadros/Representação Gráfica

Evolução da Taxa de Natalidade, Maia

Espaço Geográfico	Taxa de Natalidade (‰)
	2010
Espinho	8,3
Gondomar	8,5
Maia	10,5
Matosinhos	10
Porto	9,4
Póvoa de Varzim	10,3
Valongo	10,3
Vila do Conde	10,9
Vila Nova de Gaia	9,5
Grande Porto	9,7

Taxa de Natalidade 2010, Grande Porto

Análise Sumária

Na Maia, a evolução da taxa de natalidade até ao ano de ano de 2009 foi decrescente, atingindo o valor de 10,1 nascimentos por cada mil habitantes. Já em 2010 verifica-se uma tendência inversa, com um crescimento da taxa de natalidade, passando para 10,5 nascimentos por mil habitantes. Ainda assim, o valor é inferior ao registado em 2001.

Com o objetivo de assegurar a renovação das gerações a meta para este indicador é tendencialmente crescente, pelo que, face aos valores apresentados e, muito concretamente, tendo em conta o crescimento verificado em 2010, o cumprimento do objetivo foi assegurado.

De acordo com os valores da taxa de natalidade dos demais concelhos do Grande Porto, a Maia destaca-se como o 2.º concelho com a maior taxa de natalidade, só sendo superado pelo concelho de Vila do Conde.

Tema

Sócio economia

Unidade Análise

‰

Descrição/Metodologia

N.º de óbitos ocorridos durante um determinado período de tempo (um ano civil) referido à população média desse período * 100 (‰)

Subtema

Dinâmicas Demográficas

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Tendencial - Decrescente

Documentos Referência Estratégica

O futuro demográfico da Europa: Transformar um desafio em oportunidade (2006)

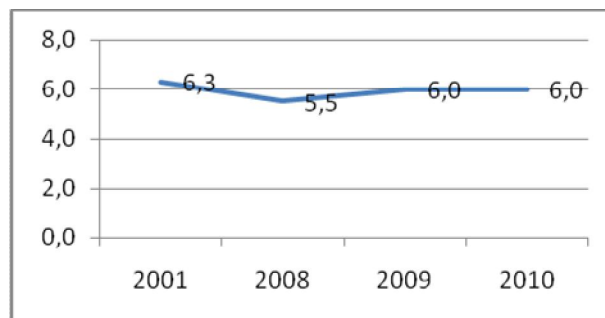
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Plano Nacional da Saúde 2004-2010

Plano Nacional da Saúde 2011-2016 (versão em discussão pública)

Metas Estratégicas

PNS 2011-2016 define uma redução de 10%.

Quadros/Representação Gráfica

Evolução da Taxa de Mortalidade, Maia

Espaço Geográfico	Taxa de Mortalidade (‰)
	2010
Espinho	10,9
Gondomar	7,1
Maia	6,0
Matosinhos	8,2
Porto	14,0
Póvoa de Varzim	6,9
Valongo	5,9
Vila do Conde	7,6
Vila Nova de Gaia	7,2
Grande Porto	8,3

Taxa de Mortalidade 2010, Grande Porto

Análise Sumária

Relativamente ao ano de referência dos dados (2001), em que a taxa de mortalidade na Maia era de 6,3 óbitos por mil habitantes, a mesma apresentou um ligeiro decréscimo, sendo que tanto em 2009 como em 2010 o valor da taxa de mortalidade correspondeu a 6,0 óbitos por mil habitantes, cumprindo com o objetivo definido de diminuição desta taxa.

Em 2010, a média da taxa de mortalidade no Grande porto era de 8,3 óbitos por cada mil habitantes. São os concelhos de Gondomar, Maia, Póvoa de Varzim e de Vila do Conde que registam uma taxa inferior à média do Grande Porto. Importa salientar a elevada taxa de mortalidade do concelho do Porto (14 óbitos por mil habitantes).

Tema

Sócio economia

Subtema

Dinâmicas Demográficas

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º (hab./km²)

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (conceito do INE).

Relação entre a população residente e a área total do concelho.

Exprime-se, normalmente, em n.º de habitantes por km².

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Crescente (Maior freguesia urbanas e menor nas freguesias rurais)

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

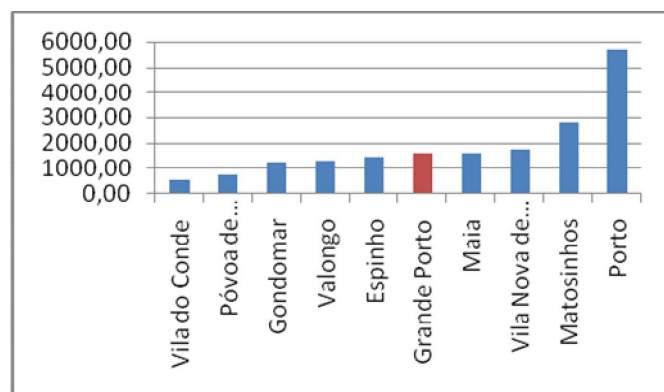
Quadros/Representação Gráfica

Ano	População Residente n.º	Densidade Populacional Hab./km2
2001	120111	1435,02
2008	140859	1682,90
2009	143371	1712,92
2010	145791	1741,83
2011	135049	1613,49

Densidade Populacional, Maia

Unidade Planeamento	2001	2011
UP 1	1056,58	1267,79
UP 2	797,728	949,66
UP 3	3298,61	3716,11
UP 4	827,829	981,73
UP 5	350,354	356,79
UP 6	3671,32	3918,79
Total	1435,02	1616,56

Densidade Populacional, UP



Densidade Populacional, Grande Porto, 2011

Espaço Geográfico	2001	2011
Águas Santas	3274,8	3562,91
Barca	884,7	841,21
Folgosa	349,8	359,61
Gemunde	887,3	971,14
Gondim	1397,8	1600,00
Gueifães	3869,8	4014,77
Maia	2719,1	3436,57
Milheirós	1238,9	1421,35
Moreira	1174,9	1473,14
Nogueira	1097,5	1341,42
Pedrouços	4945,0	5062,08
ST. Maria Avioso	724,1	972,63
São Pedro Avioso	542,1	788,87
São Pedro Fins	351,4	351,24
Silva Escura	378,7	449,28
Vermoim	3391,2	3744,42
Vila Nova da Telha	885,8	971,29
Total	1435,0	1616,56

Densidade Populacional, Freguesia

Análise Sumária

A densidade populacional média do concelho da Maia era, em 2001, de 1435 hab./km². Até ao ano de 2011 a evolução deste indicador tem sido crescente, registando-se atualmente uma densidade populacional de cerca de 1613 hab./km², de acordo com os dados provisórios do INE relativos aos Censos de 2011.

À escala infraconcelhia, os valores evidenciavam diferenças significativas ao nível da freguesia, com os valores mais elevados nas que apresentam uma maior densidade de funções urbanas, destacando-se a freguesia de Pedrouços, devido à proximidade à conurburação urbana do Porto, e bem ainda a freguesia de Gueifães, uma das freguesias que constitui a Cidade da Maia.

A Maia apresenta uma densidade populacional superior à média do Grande Porto (1575 hab./km²). No seio do Grande Porto ganha destaque a densidade populacional registada no concelho do Porto (cerca de 5000 habitante por km²).

Tema

Sócio economia

Subtema

Dinâmicas Demográficas

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Inferior média do Grande Porto

Documentos Referência Estratégica

O futuro demográfico da Europa: Transformar um desafio em oportunidade (2006)

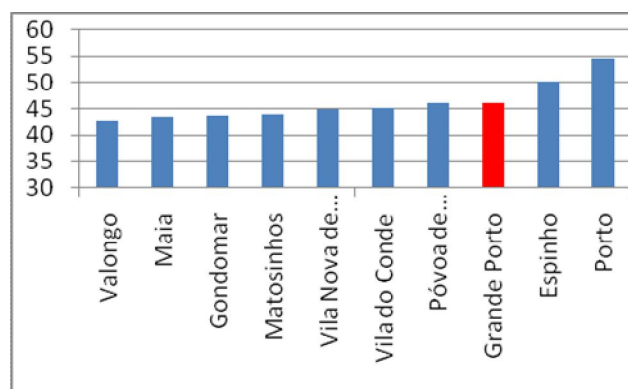
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice Dependência
2001	38,8
2008	44,9
2009	45,7
2010	46,7
2011	43,5

Índice de Dependência Total, Maia

Índice de Dependência Total, Grande Porto, 2011

Espaço Geográfico	2011
Águas Santas	43,4
Barca	46
Folgosa	45,5
Gemunde	41
Gondim	43,6
Gueifães	43,5
Maia	42,2
Milheiros	43,7
Moreira	44,3
Nogueira	44,6
Pedrouços	47,3
St. Maria Avioso	40,2
São Pedro Avioso	41,7
São Pedro Fins	46,6
Silva Escura	49,6
Vermoim	40,4
Vila Nova da Telha	44,4
Total	43,5

Índice de Dependência por freguesia, 2011

Análise Sumária

Em 2011, correspondia a 43,5% o valor do índice de dependência total da população, verificando-se uma evolução crescente relativamente ao ano de 2001, mas decrescente face às estimativas dos anos transatos.

Para o concelho da Maia verifica-se, ainda assim, uma estrutura de dependência total inferior comparativamente com a média da AMP (46,2% em 2011), só sendo superado pelo índice de dependência registado no concelho de Valongo.

Numa análise à escala infra concelhia, Silva Escura e Pedrouços são as freguesias do concelho com o mais elevado índice de dependência, situando-se Santa Maria de Avioso no extremo oposto.

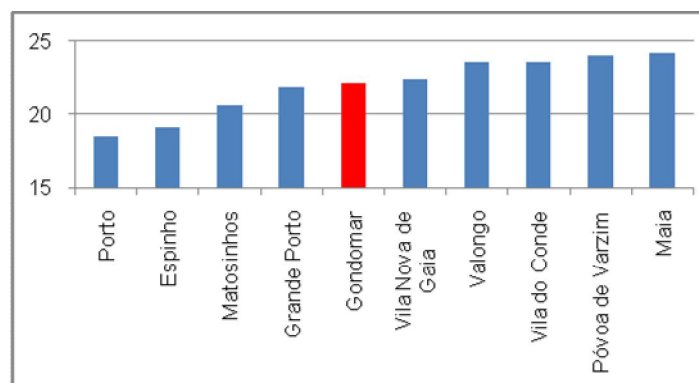
Tema Sócio economia	Subtema Dinâmicas Demográficas	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise %	Periodicidade Anual	Fonte INE (Censos, Anuários Estatísticos)
Descrição/Metodologia Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Exprime-se em percentagem.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental População	Meta/Objetivo Município Superior média do Grande Porto
---	--

Documentos Referência Estratégica O futuro demográfico da Europa: Transformar um desafio em oportunidade (2006) Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice Dependência Jovens
2001	24,2
2008	24,8
2009	24,8
2010	24,8
2011	24,2

Índice de Dependência Jovens, Maia

Índice de Dependência Jovens, Grande Porto, 2011

Espaço Geográfico	2011
Águas Santas	25,2
Barca	20,6
Folgosa	23,5
Gemunde	23,5
Gondim	25,6
Gueifães	21,1
Maia	24,7
Milheirós	24,6
Moreira	25,5
Nogueira	27
Pedrouços	21,3
St. Maria Avioso	24,8
São Pedro Avioso	24,9
São Pedro Fins	25,3
Silva Escura	29,7
Vermoim	23,8
Vila Nova da Telha	23,5
Total	24,2

Índice de Dependência Jovens por freguesia, 2011

Análise Sumária

Na análise do índice de dependência dos jovens observa-se uma tendência crescente no período de 2001 a 2008, tendo o valor estagnado nos anos posteriores (2009 e 2010), mantendo-se em 24,8%, voltando em 2011 a registar-se o valor de 2001, o que reflete, atualmente, uma estrutura etária da população jovem, na qual os menores de 25 anos representam quase 24% do total da população, valor claramente superior ao da AMP. Esta situação é também reflexo do valor crescente verificado ao nível da taxa de natalidade.

No concelho da Maia existe uma estrutura de dependência da população jovem superior comparativamente com a média da AMP (24,2% em 2011), sendo inclusive o concelho do Grande Porto com o índice de dependência da população jovem mais elevado.

Silva Escura e Nogueira são as freguesias que em 2011 se destacam com o índice de população jovem mais elevado. Por outro lado, Barca regista o índice de dependência dos jovens mais reduzido.

Tema

Sócio economia

Subtema

Dinâmicas Demográficas

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 anos ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Inferior média do Grande Porto

Documentos Referência Estratégica

O futuro demográfico da Europa: Transformar um desafio em oportunidade (2006)

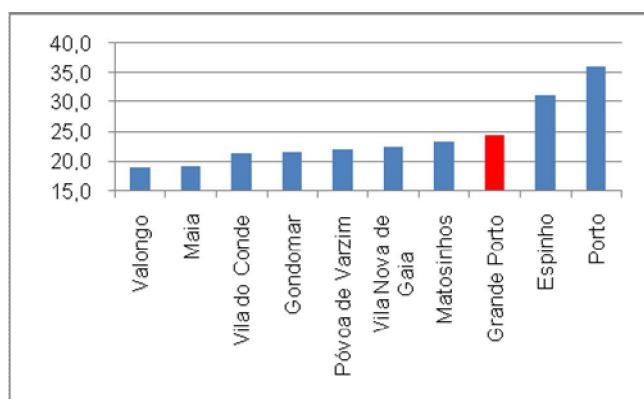
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice Dependência Idosos
2001	14,6
2008	20,1
2009	20,9
2010	21,9
2011	19,3

Índice de Dependência Idosos, Maia

Índice de Dependência Idosos, Grande Porto, 2011

Espaço Geográfico	2011
Águas Santas	18,2
Barca	25,5
Folgosa	22,0
Gemunde	17,4
Gondim	18,0
Gueifães	22,5
Maia	17,5
Milheirós	19,1
Moreira	18,8
Nogueira	17,6
Pedrouços	26,0
St. Maria Avioso	15,3
São Pedro Avioso	16,8
São Pedro Fins	21,3
Silva Escura	19,9
Vermoim	16,6
Vila Nova da Telha	20,9
Total	19,3

Índice de Dependência Idosos por Freguesia, 2011

Análise Sumária

Na análise do índice de dependência da população idosa do concelho da Maia observa-se uma evolução no sentido ascendente, correspondendo, em 2010, a 21,9%, na medida que se tem assistido a um crescimento da população nos estratos etários superiores a 65 anos. No entanto, em 2011 o valor decresce passando para 19,3%, ainda assim superior ao valor registado em 2001.

Ao contrário do que foi verificado ao nível do índice de dependência dos jovens, no concelho da Maia registou-se, em 2011, uma estrutura de dependência da população idosa inferior comparativamente com a média da AMP (24,4% em 2011).

Pedrouços e Barca apresentam o maior índice de dependência da população idosa, enquanto Santa Maria de Avioso, São Pedro de Avioso e Vermoim registam os índices mais reduzidos.

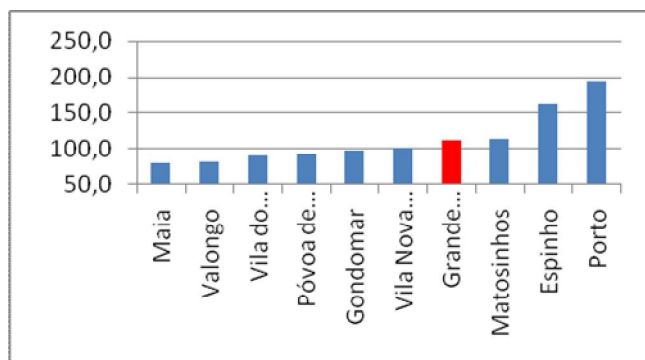
Tema Sócio economia	Subtema Dinâmicas Demográficas	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise %	Periodicidade Anual	Fonte INE (Censos, Anuários Estatísticos)
Descrição/Metodologia Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas dos 0 aos 14 anos). Exprime-se em percentagem.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental População	Meta/Objetivo Município Inferior média do Grande Porto
Documentos Referência Estratégica O futuro demográfico da Europa: Transformar um desafio em oportunidade (2006) Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)	Metas Estratégicas Em ambos os documentos a estratégia definida face ao progressivo envelhecimento da população é o de criar condições para um envelhecimento ativo.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice Envelhecimento
2001	60,4
2008	81,0
2009	84,3
2010	88,2
2011	80,0

Índice de Envelhecimento, Maia



Índice de Envelhecimento, Grande Porto, 2011

Espaço Geográfico	2011
Águas Santas	72,1
Barca	123,7
Folgosa	93,7
Gemunde	74,1
Gondim	70,5
Guelfães	106,6
Maia	71,0
Milheirós	77,6
Moreira	73,9
Nogueira	65,3
Pedrouços	121,8
St. Maria Avioso	61,6
São Pedro Avioso	67,4
São Pedro Fins	84,2
Silva Escura	67,2
Vermoim	69,8
Vila Nova da Telha	88,9
Total	80,0

Índice Envelhecimento, por freguesia, 2011

Análise Sumária

O crescimento da população nas camadas com mais de 65 anos na estrutura etária do concelho tem reflexos na evolução do índice de envelhecimento. Assim, em 2011, o concelho da Maia, registava cerca de 80 idosos por cada 100 crianças ou jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, ou seja, um índice significativamente superior aos dados de referência aquando da revisão do PDM (em 2001 era de 60,4%).

Ainda que acompanhe as tendências demográficas actuais, o índice de envelhecimento é inferior à média do Grande Porto (112,1%, em 2011).

Embora o envelhecimento da população resulte quer de uma melhoria nos cuidados de saúde quer de uma diminuição da taxa de natalidade, este último sobretudo fruto das mulheres serem cada vez mais instruídas e terem um papel cada vez mais ativo no mercado de trabalho, que faz com que adiem o nascimento do primeiro filho, o mesmo tem implicações ao nível do aumento dos custos do sistema de saúde e da segurança social.

De referir que tendo em conta a meta estratégia definida pela União Europeia, o Parlamento Europeu anunciou que 2012 será o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo.

Barca e Pedrouços apresentam elevados índices de envelhecimento, estando, inclusive, acima da média dos índices registados ao nível do Grande Porto.

Tema Sócio economia	Subtema Dinâmicas Demográficas	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise %	Periodicidade Anual	Fonte INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

O IDH foca três dimensões fundamentais: viver uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença, ser instruído, medida pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço), e ter um padrão de vida digno, medida pelo PIB per capita.

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total), sendo os países classificados deste modo:

- Quando o IDH de um país está entre 0 e 0,499, é considerado baixo – país de desenvolvimento baixo (subdesenvolvido)
- Quando o IDH de um país está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio – país de desenvolvimento médio (em desenvolvimento)
- Quando o IDH de um país está entre 0,800 e 0,899, é considerado elevado – país de desenvolvimento alto (em desenvolvimento)
- Quando o IDH de um país está entre 0,900 e 1, é considerado muito elevado – país de desenvolvimento muito alto (desenvolvido)

Forma de Cálculo

Para calcular o IDH de uma localidade, faz-se a seguinte média aritmética:
$$IDH = \frac{L + E + R}{3}$$

(onde L = Longevidade, E = Educação e R = Renda)

$$L = \frac{EV - 25}{60} \quad E = \frac{2TA + TE}{3} \quad R = \frac{\log_{10} PIB_{pc} - 2}{2,60206}$$

nota: pode-se utilizar também a renda per capita (ou PNB per capita).

Legenda:

EV = Esperança média de vida;

TA = Taxa de Alfabetização;

TE = Taxa de Escolarização;

log10PIBpc = logaritmo decimal do PIB per capita.

Objetivos PDM/Fator Ambiental População	Meta/Objetivo Município Superior a 0,9
Documentos Referência Estratégica Human Development Report 2006 (ONU_PNUA, 2006) Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)	Metas Estratégicas A ENDS 2015 estabelece como objetivo colocar Portugal, em 2015, entre os primeiros quinze países do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Quadros/Representação Gráfica

Maia	IDH
2001	0,93

Índice Desenvolvimento Humano, Maia

Análise Sumária

Quando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de um país está entre 0,900 e 1, é considerado muito elevado – país de desenvolvimento muito alto (desenvolvido), pelo que, extrapolando para a escala do concelho, a Maia com um IDH de 0,93 pode ser considerado um concelho com elevados níveis de desenvolvimento.

**Tema**

Sócio economia

Subtema

Dinâmicas Demográficas

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fontehttp://www.guiadeportugal.pt/default.aspx?Parametro_Accao=Conteudo&Parametro_Conteudo=conteudos/IDM.ascx&Parametro_ClassID=28**Descrição/Metodologia**

É um indicador que permite hierarquizar os municípios portugueses em termos de desenvolvimento, calculado tendo como base um conjunto de indicadores setoriais: Índice de Investimento Municipal, Cidadania, Capacidade de Influenciar o Exterior; Dinamismo Económico; Ambiente e Qualidade de Vida, Serviços de Apoio às Populações; Potencial Demográfico.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Subir posição no ranking nacional

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	IDM	Lugar
2001	106,4	15.º
2004	180,4	14.º

Índice Desenvolvimento Municipal

Análise Sumária

Maia é um concelho com bom ambiente para viver e trabalhar, apresentando um índice de desenvolvimento municipal de 180,4 (2004). No ranking dos 308 municípios portugueses assegura a 14.º posição nacional e a 3.ª posição da Área Metropolitana do Porto, sendo superado pelos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia.

Tema

Sócio economia

Subtema

Estrutura Económica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2001, 2008 e 2009)

Descrição/Metodologia

N.º de empresas por sede de município e por setor de atividade

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais

Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

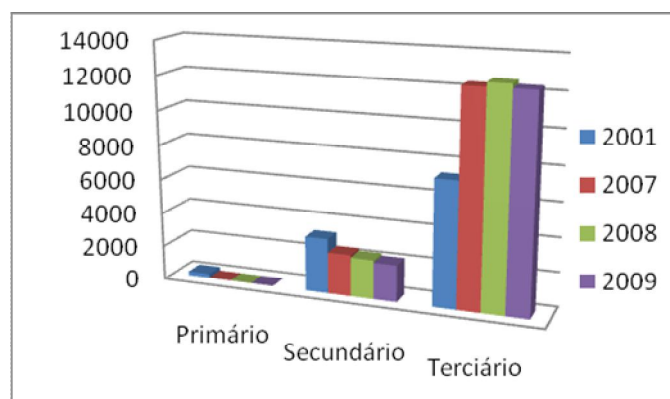
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

	2007			2008			2009		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Portugal	5 159	219 383	877 139	4 792	199 711	891 752	4 460	184 871	871 575
Continente	4 562	211 150	844 479	4 231	191 888	858 254	3 909	177 823	837 516
Norte	718	79 439	276 582	684	74 630	280 677	637	68 846	272 561
Grande Porto	366	22 192	120 775	354	19 497	123 127	327	18 044	119 382
Espinho	4	583	3 110	4	515	3 181	4	463	2 998
Gondomar	10	3 272	11 909	6	2 891	12 237	3	2 610	11 598
Maia	2	2 425	12 365	1	2 275	12 611	1	2 140	12 382
Matosinhos	80	2 550	17 143	78	2 124	17 281	75	1 950	16 739
Porto	19	3 393	34 010	11	2 745	34 245	11	2 595	33 521
Póvoa de Varzim	53	1 294	5 128	58	1 213	5 192	46	1 108	4 946
Valongo	0	1 843	7 150	1	1 678	7 459	1	1 547	7 093
Vila do Conde	153	1 526	5 522	158	1 442	5 589	152	1 354	5 472
Vila Nova de Gaia	45	5 306	24 438	37	4 614	25 332	34	4 277	24 633

Empresas por setor de atividade



Evolução Empresas Setor de Atividade, Maia

Análise Sumária

A estrutura e a dinâmica económica de um concelho constituem um indicador de importância fundamental para a definição de estratégias de desenvolvimento municipal.

No que concerne à estrutura empresarial do concelho da Maia, em 2009, contabilizou-se um total de 14 523 empresas, com um crescimento de cerca de 35,1% relativamente ao ano de 2001, em que o número total de empresas era de 10 748, verificado, sobretudo, no setor terciário, em detrimento dos restantes setores de atividade, indo de encontro ao objetivo definido para o presente indicador.

Assim, em 2009, constata-se que o setor dominante é o setor terciário, que concentra 85,26% das empresas sediadas no concelho da Maia, com um crescimento acentuado do peso relativo face a 2001, período em que era de 67,9%. O setor secundário representa cerca de 14,74% das empresas e o setor primário continua a deter um valor meramente residual, correspondendo a 0,01% do total de empresas do concelho.

De referir que, face a 2008 observa-se um decréscimo de cerca de -2,4% do total de empresas sediadas no concelho da Maia, fruto da forte recessão económica que o concelho começou a sentir desde então, acompanhando a tendência do país, da Europa e do mundo.

A Maia acompanha a tendência verificada nos demais concelhos do Grande Porto, em que o setor terciário se assume como preponderante e o primário com um valor bastante residual.

A Maia contribui com cerca de 10% das empresas sediadas no Grande Porto, sendo, no entanto, o peso relativo superado pelos concelhos do Porto, V. N. de Gaia e Matosinhos.

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
 N.º/%

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
 Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
 INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2001, 2008 e 2009)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de sociedades por município de sede e por setor de atividade.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais
 Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

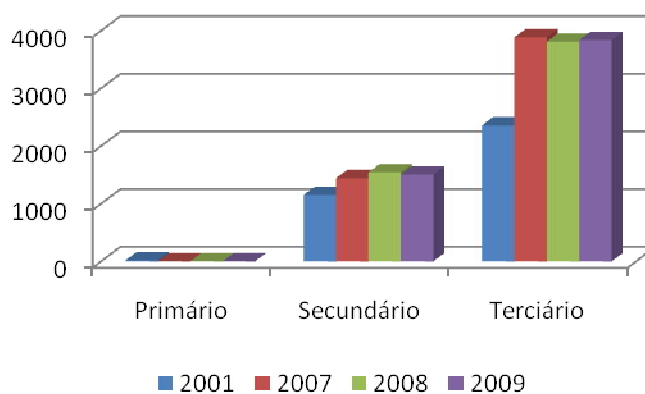
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

	2007			2008			2009		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Portugal	547	91665	258232	533	93006	257332	525	90459	258627
Continente	502	88959	246527	487	90064	246175	472	87632	247534
Norte	115	36653	76514	115	37459	76452	115	36613	77444
Grande Porto	76	10852	36811	81	11203	36376	81	10845	36654
Espinho	0	211	849	0	220	818	0	210	807
Gondomar	0	1311	2600	0	1320	2602	0	1266	2609
Maia	1	1443	3886	1	1545	3809	1	1506	3838
Matosinhos	24	1230	5337	25	1284	5194	25	1237	5261
Porto	2	1785	13674	2	1925	13431	2	1856	13428
Póvoa Varzim	16	629	1483	19	627	1463	19	599	1502
Valongo	0	820	1633	0	829	1663	0	810	1686
Vila do Conde	29	778	1417	29	786	1396	30	773	1454
V. N. de Gaia	4	2645	5932	5	2667	6000	4	2588	6069

N.º de Sociedades por Setor de Atividade



Evolução Sociedades por Setor de Atividade, Maia

Análise Sumária

Em 2009 estavam sedeadas no concelho da Maia 5 345 sociedades (comerciais e civis), com um crescimento de cerca de 51,5% relativamente ao ano de 2001, refletindo um crescimento absoluto nas sociedades, quer do setor secundário quer do setor terciário e um decréscimo nas sociedades do setor primário. Assim, as sociedades no setor terciário passam agora a representar cerca de 71,8% do total de sociedades sediadas no concelho, crescendo face a 2001 em que o valor era de 66,9%. No entanto, as sociedades do setor terciário representam agora 28,2%, menos que em 2001 (32,7%).

Contudo, quando comparada a evolução registada no período de 2007 para 2009 observa-se um ligeiro declínio das sociedades do setor terciário e no setor secundário.

O crescimento positivo do número de sociedades existentes no concelho contribui para o cumprimento do objetivo definido de evolução positiva do presente indicador.

Tal como verificado ao nível do peso relativo das empresas no contexto do Grande Porto, as sociedades existentes na Maia representam cerca de 11% do total de sociedades do espaço geográfico de nível superior em que se insere, só sendo superado pelos concelhos de Matosinhos, Porto e V. N. de Gaia.

Embora se assista a uma terciarização das sociedades, deve-se referir que a percentagem de sociedades na Maia no setor secundário é superior ao total de sociedades neste setor na globalidade das sociedades existentes no Grande Porto, verificando-se situação inversa quando se analisa as sociedades que integram o setor terciário.

Tema

Sócio economia

Unidade Análise

N.º/%

Subtema

Estrutura Económica

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Recenseamento Geral da População – 1970, 1981, 1991, 2001; Anuário Estatístico da Região Norte – 2008 e 2009)

Descrição/Metodologia

Distribuição da população ativa por setores de atividade económica (primário, secundário e terciário).

Segundo o INE a população ativa é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais

Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

FA_População

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

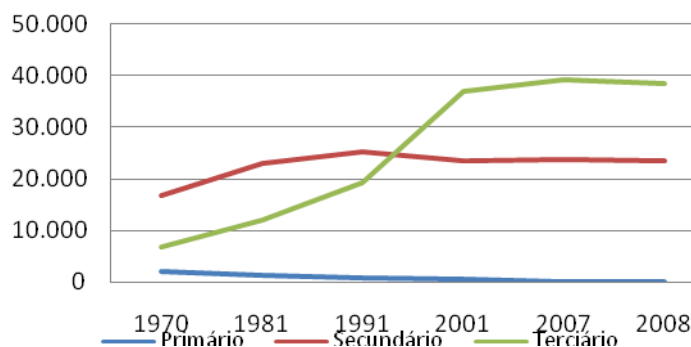
Metas Estratégicas

-

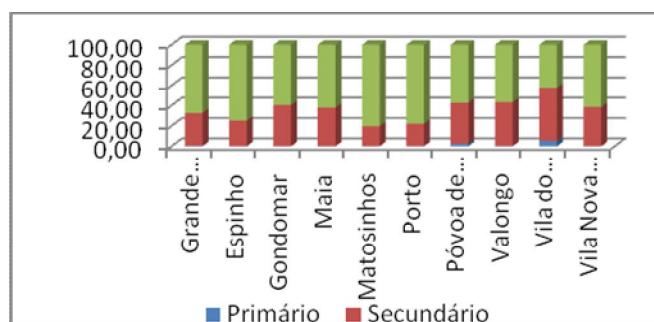
Quadros/Representação Gráfica

Setor Atividade	1970	1981	1991	2001	2007	2008
Primário	1.985	1.148	754	599
Secundário	16.750	22.933	25.135	23.340	23612	23413
Terciário	6.735	11.928	19.264	37.184	39319	38448
Total	25.470	36.009	45.153	61.123	62.931	61.861

População Ativa por Setor de Atividade, Maia



Evolução da População Ativa por Setor de Atividade, Maia



População Ativa por Setor de Atividade, Grande Porto, 2008

Análise Sumária

O município da Maia registava, em 2001, 22.967 residentes ativos no setor Secundário (38,0%) e 36.900 no setor Terciário (61,1%), numa clara inversão dos valores registados em 1991 – 55,7% no setor Secundário e 42,7% no setor Terciário. Por sua vez, o número de residentes ativos no setor Primário traduzia-se, em 2001, em 571 indivíduos (0,9%), contra os 754 indivíduos (1,7%) registados em 1991.

Quanto a 2007 e 2008 não existe informação relativa ao n.º de pessoas a trabalhar no setor primário, sendo que no secundário a tendência é crescente e no terciário observa-se uma diminuição em 2008 face ao valor de 2007. Pelo que, o n.º total de pessoas ao serviço nas empresas também decresceu.

Quando analisada a distribuição da população ativa por setor de atividade no seio dos concelhos que constituem a NUT III Grande Porto, em 2008, observa-se que o setor primário apenas assumia significado nos concelhos da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde.

O setor secundário assume maior preponderância nos concelhos de Gondomar, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde, enquanto o setor terciário é mais expressivo nos concelhos de Espinho, Maia, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia.

No cômputo do Grande Porto, o setor terciário, com cerca de 67% da população ativa, é decisivo na estrutura económica da região.



Tema

Sócio economia

Unidade Análise

N.º

Subtema

Estrutura Económica

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2001, 2008, 2009 e 2010)

Descrição/Metodologia

Número de postos de trabalho existentes no concelho por cada 1000 habitantes.

Posto Trabalho - Conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objetivo pré-determinado, com aptidões, exigências e responsabilidades específicas e inseridas numa dada unidade organizacional, as quais, em determinado momento, não podem ser exercidas por mais de uma pessoa (conceito INE).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais
Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território
FA_População

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

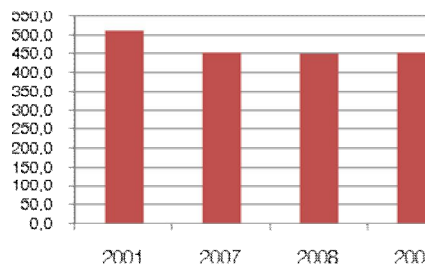
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Postos Trabalho	Pop. Residente	Postos trabalho 1000 hab
2001	61500	120111	512,0
2007	63091	138226	456,4
2008	63530	140859	451,0
2009	65306	143371	455,5

Postos Trabalho 1000 habitantes, Maia



Postos Trabalho 1000 habitantes, Maia

Espaço Geográfico	Postos Trabalho	Pop. Residente	Postos trabalho 1000 hab
	2009	2009	2009
Espinho	9 046	28 866	313,4
Gondomar	32 859	174 878	187,9
Maia	65 306	143 371	455,5
Matosinhos	89 344	169 303	527,7
Porto	141 536	210 558	672,2
Póvoa de Varzim	20 673	66 919	308,9
Valongo	23 960	98 522	243,2
Vila do Conde	25 869	77 553	333,6
Vila Nova de Gaia	86 121	315 382	273,1
Grande Porto	494 714	1 285 352	384,9

Postos de Trabalhos por Mil habitantes, Grande Porto

Análise Sumária

Em 2001, verificava-se a existência de cerca de 512 postos de trabalho por cada 1000 habitantes, valor substancialmente superior ao observado nos anos seguintes, sendo que em 2009 se regista cerca de 455 postos de trabalho por 1000 habitantes.

Em 2009, no conjunto de concelhos do Grande Porto registava-se uma média de 384,9 postos de trabalho por cada 1000 habitantes. O concelho da Maia apresenta um rácio consideravelmente superior à média do Grande Porto, só sendo superado pelos concelhos do Porto e de Matosinhos.

Tema

Sócio economia

Subtema

Estrutura Económica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte – 2008, 2009 e 2010, Mov. Pendulares e Organização do território Metropolitano: AML e AMP, 1991/2001)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de postos de trabalho durante um determinado período de tempo.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais

Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

FA_População

Meta/Objetivo Município

Valor Positivo

Documentos Referência Estratégica

Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005-2008

Plano Nacional de Emprego 2005-2008

Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013

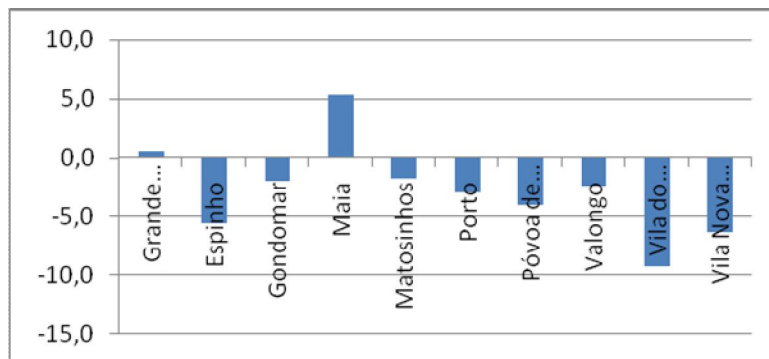
Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2010

Metas EstratégicasAs metas estratégicas para o **Programa Nacional Emprego 2005-2008**, visam responder aos desafios identificados:

- Aumentar a taxa de emprego global de 67.8%, em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010;
- Aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61.7% em 2004, para 63% em 2008;
- Manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Postos Trabalho	Taxa Crescimento Emprego
2001	61500	-
2007	62931	2,33
2008	61861	-1,70
2009	65306	5,57

Taxa Crescimento Emprego, Maia

Taxa Crescimento Emprego 2008-2009, Grande Porto

Análise Sumária

No seio do Grande Porto, na década de 1991-2001, o concelho da Maia foi o que mais contribuiu para o crescimento dos postos de trabalho na unidade territorial que integra, com uma taxa de crescimento de 30,5%, claramente superior à média da AMP - 4,6%. Desde 2001 até 2009, o n.º de postos de trabalho também apresentou uma variação positiva (5,8%), ao contrário da média do Grande Porto, no qual se observou um decréscimo de cerca de 14%.

De salientar que, de 2008 para 2009, a Maia registou uma taxa de crescimento do emprego positiva (5,57%), contrariando a tendência verificada ao nível dos demais concelhos do Grande Porto, sendo o concelho que contribui para a média positiva do Grande Porto.

Tal situação, permite a tendência positiva deste indicador refletindo o aumento da competitividade do concelho e o fortalecimento do parque industrial existente no mesmo.

De momento não existem dados que permitam analisar os dados atuais da taxa de emprego no concelho que permitam aferir se a evolução positiva da taxa de crescimento de emprego conduz a um cumprimento das metas estratégicas definidas no Programa Nacional de Emprego.

**Tema**

Sócio economia

Subtema

Estrutura Económica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE - Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001

Descrição/Metodologia

Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa

T.D. (%) = (População desempregada / População ativa) x 100

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais

Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

FA_População

Meta/Objetivo Município

Tendencialmente Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005-2008

Plano Nacional de Emprego 2005-2008

Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013

Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2010

Metas EstratégicasAs metas estratégicas para o **Programa Nacional Emprego 2005-2008**, visam responder aos desafios identificados:

- Aumentar a taxa de emprego global de 67.8%, em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010;
- Aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61.7% em 2004, para 63% em 2008;
- Manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010;

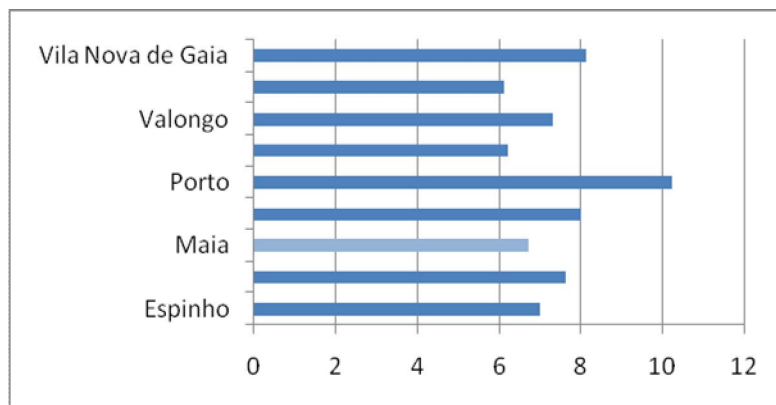
O **Programa Nacional para o Crescimento e Emprego 2005-2008** estabelece como Metas:

- Garantir que até 2010, anualmente, pelo menos 25% dos DLD participem numa medida ativa;
- Assegurar que cada desempregado inscrito beneficie de uma nova oportunidade antes de completar 6 meses (jovens) ou 12 meses (adultos) de desemprego, através de uma medida ativa, passando o prazo a 3 meses no caso de jovens com menos de 23 anos e sem o 12º ano de escolaridade;
- Assegurar a todos os desempregados inscritos com qualificações superiores uma resposta entre Outubro e Dezembro de cada ano, privilegiando a colocação imediata em posto de trabalho, realização de estágio profissional, oferta formativa ou apoio à criação do próprio emprego;
- Combater o desemprego em grupos específicos, nomeadamente imigrantes, pessoas com deficiência, desempregados mais idosos e mulheres.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Taxa
1991	4,7
2001	6,7

Taxa Desemprego, Maia



Taxa Desemprego, Grande Porto, 2001

Análise Sumária

No Grande Porto, em 2001, eram os concelhos de Matosinhos, V. N. de Gaia e Porto que apresentavam Taxas de Desemprego superiores à média do Grande Porto (8%).

O concelho da Maia apresentava um dos valores mais reduzidos de Taxa de Desemprego da AMP (6,7%), só sendo superado pelos concelhos de Póvoa de Varzim e Vila do Conde com, respetivamente, 6,2% e 6,1%.

A Taxa de Desemprego é mais significativa na população feminina, quer no concelho da Maia, quer nos restantes concelhos do Grande Porto, refletindo uma característica própria que, embora em transformação, personifica uma realidade sócio cultural na qual a mulher ocupa um lugar de pouca implantação num mercado de trabalho convencional.

Relativamente a 1991, em que a taxa de desemprego no concelho era de 4,7%, observa-se um crescimento significativo da taxa de desemprego.

Tema

Sócio economia

Subtema

Estrutura Económica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/CentrosEmpregoEstatisticasMensais/Paginas/Home.aspx>**Descrição/Metodologia**

Número total de população inscrita, em determinada data, no Centro de Emprego do concelho da Maia.
No cálculo anual deste indicador efetuar-se-á a média de todos os meses.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais
Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território
FA_População

Meta/Objetivo Município

Tendencialmente Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005-2008
Plano Nacional de Emprego 2005-2008
Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013
Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2010

Metas Estratégicas

As metas estratégicas para o **Programa Nacional Emprego 2005-2008**, visam responder aos desafios identificados:

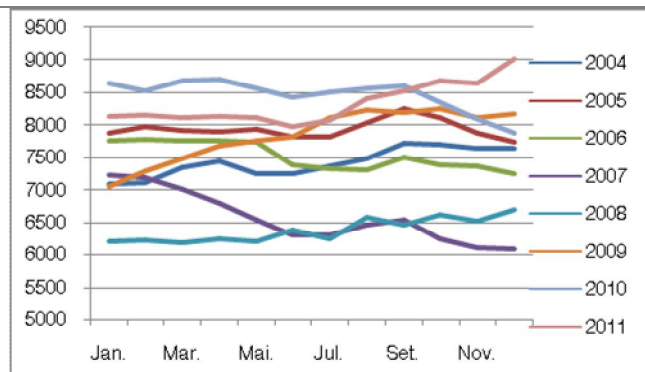
- Aumentar a taxa de emprego global de 67.8%, em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010;
- Aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61.7% em 2004, para 63% em 2008;
- Manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010.

O **Programa Nacional para o Crescimento e Emprego 2005-2008** estabelece como Metas:

- Garantir que até 2010, anualmente, pelo menos 25% dos DLD participem numa medida ativa;
- Assegurar que cada desempregado inscrito beneficie de uma nova oportunidade antes de completar 6 meses (jovens) ou 12 meses (adultos) de desemprego, através de uma medida ativa, passando o prazo a 3 meses no caso de jovens com menos de 23 anos e sem o 12º ano de escolaridade;
- Assegurar a todos os desempregados inscritos com qualificações superiores uma resposta entre Outubro e Dezembro de cada ano, privilegiando a colocação imediata em posto de trabalho, realização de estágio profissional, oferta formativa ou apoio a criação do próprio emprego;
- Combater o desemprego em grupos específicos, nomeadamente imigrantes, pessoas com deficiência, desempregados mais idosos e mulheres.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Média Mensal
2003	6222
2004	7426
2005	7945
2006	7534
2007	6572
2008	6382
2009	7850
2010	8471
2011	8335



Evolução População inscrita Centro de Emprego, Maia

Análise Sumária

A média mensal da população inscrita no Centro de Emprego da Maia, em 2011, foi de 8335 indivíduos.

Quando analisada a evolução desde 2003 até 2011 verifica-se que a mesma não tem sido constante, observando-se oscilações, com o crescimento significativo de 2003 para 2004, momento a partir do qual começa a decrescer até 2008, período em que se retoma a tendência crescente. Ainda que pouco significativo, em 2011 existe uma diminuição da população inscrita no centro de emprego face à média de 2010.

A evolução da população inscrita no centro de emprego por cada mês não se apresenta constante, o que não reflete a existência de períodos sazonais, com forte significado no aumento ou redução da população inscrita nos centros de desemprego.

**Tema**

Sócio economia

Subtema

Estrutura Económica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte – 2008, 2009 e 2010)

Descrição/Metodologia

N.º de camas disponíveis por unidade de alojamento (hotéis e pensões)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território

Meta/Objetivo Municipio

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015

Metas Estratégicas

O **Plano Estratégico Nacional do Turismo** tem como visão para Portugal:

- Um dos destinos de maior crescimento na Europa, alavancando numa proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país;
- Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancando na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas;
- Importância crescente na economia, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental, a nível regional e nacional.

Quadros/Representação Gráfica

Tipologia	2008		2009		2010	
	N.º Unidades	N.º Camas	N.º Unidades	N.º Camas	N.º Unidades	N.º Camas
Hotel	5	529	5	378	5	462
Pensão	6	245	6	234	5	230
Outros	1	12	1	13	0	0
Total	12	786	12	625	10	692

Capacidade de Alojamento em Hotéis

Análise Sumária

Tanto em 2008 como em 2009, existiam no concelho da Maia 5 unidades hoteleiras, 6 pensões e um estabelecimento inserido na categoria de outros, totalizando 12 estabelecimentos hoteleiros. Já em 2010, e de acordo com os dados disponibilizados no Anuário Estatístico da Região Norte, do INE, observa-se um decréscimo do número de unidades hoteleiras do concelho, nomeadamente ao nível das unidades inseridas na tipologia de Pensão e de outros, passando agora a totalizar 10 unidades hoteleiras.

Assim, segundo os dados recolhidos no anuário estatístico da região norte para os anos em referência, verifica-se um decréscimo do n.º de camas disponibilizadas, pese embora o crescimento verificado no período entre 2009 e 2010.

No contexto do Grande Porto, também se observa no período de 2008 a 2010 um ligeiro decréscimo do n.º total de unidades hoteleiras, muito concretamente, a par da Maia, no concelho de Póvoa de Varzim e de Vila Nova de Gaia.

Tema

Sócio economia

Subtema

Estrutura Económica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte<http://turismo.maiadigital.pt/>**Descrição/Metodologia**

N.º de quartos e camas disponíveis por unidade de turismo rural

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Preservação dos valores identitários da ruralidade do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais, potenciando novos usos e integrando este mesmo património numa rede integrada de percursos pedonais

Meta/Objetivo Municipio

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015

Metas Estratégicas

O **Plano Estratégico Nacional do Turismo** tem como visão para Portugal:

- Um dos destinos de maior crescimento na Europa, alavancando numa proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país;
- Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancando na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas;
- Importância crescente na economia, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental, a nível regional e nacional.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Alojamento Turismo Rural		
	n.º unidades	n.º quartos	n.º camas
2001	2	8	14
2008	2	8	14
2009	2	8	15
2010	2	8	15

Análise Sumária

Quanto à capacidade de alojamento em unidades de turismo rural, nos anos em análise existiam dois espaços de turismo rural, mais concretamente a Quinta da Granja, que dispõe de 4 quartos/9camas e de 1 apartamento, e a Casa da Eira, que dispõe de 3 apartamentos/5 camas, registando-se, assim, um total de 4 quartos e 4 apartamentos de turismo rural no concelho.

No período em referência não se verifica uma evolução no número de alojamentos em turismo rural no concelho da Maia, apenas se salientando a melhoria da oferta em termos de n.º de camas disponíveis, pelo que, se considera a evolução como positiva.

Tema

Sócio economia

Subtema

Estrutura Económica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2000, 2008, 2009 e 2010)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de dormidas registadas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015

Metas Estratégicas

O **Plano Estratégico Nacional do Turismo** tem como visão para Portugal:

- Um dos destinos de maior crescimento na Europa, alavancando numa proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país;
- Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancando na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas;
- Importância crescente na economia, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental, a nível regional e nacional.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Dormidas	% AMP
2000	37392	2,4
2008	79268	3,3
2009	66928	2,8
2010	70456	2,7

N.º Dormidas, Maia

Dormidas	2008	2009	2010
Grande Porto	2 415 081	2 391 169	2 637 120
Espinho	90 567
Gondomar	...	4 755	...
Maia	79 268	66 928	70 456
Matosinhos	163 369	196 338	230 726
Porto	1 513 311	1 457 336	1 690 918
Póvoa de Varzim	157 174	159 056	145 386
Valongo
Vila do Conde	34 237	36 869	49 287
Vila Nova de Gaia	373 449	384 754	355 621

N.º de Dormidas, Grande Porto

Análise Sumária

Em 2010 registou-se um total de 70456 dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho da Maia, representando cerca de 2,7% do total de dormidas do Grande Porto.

Quando comparado com os valores observados em 2000, verifica-se um crescimento significativo do número de dormidas na Maia (cerca de 70%).

Ainda que, entre 2009 e 2010 a evolução tenha sido ligeiramente positiva, no que diz respeito ao peso das dormidas no concelho da Maia face ao total de dormidas no conjunto dos concelhos do Grande Porto verifica-se uma pequena quebra.

De salientar o facto de o Porto, por si só, concentrar mais de 50% do número de dormidas no Grande Porto, destacando-se como a grande atração turística da Área Metropolitana.

Tema

Sócio economia

Subtema

Estrutura Económica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2000, 2008 e 2009)

Descrição/Metodologia

Número médio de noites que os hóspedes ficam nos estabelecimentos hoteleiros.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015

Metas Estratégicas

Objetivo global é aumentar a taxa de ocupação de camas e atenuar a sazonalidade (Barómetro da Produtividade - Ministério da Economia)

Quadros/Representação Gráfica

	2008	2009	2010
Portugal	2,9	3,6	2,8
Continente	2,7	3,2	2,6
Norte	1,8	2,0	1,7
Grande Porto	1,8	2,0	1,8
Espinho	3,1
Gondomar	...	1,7	...
Maia	1,7	1,5	1,6
Matosinhos	1,5	2,1	1,5
Porto	1,9	2,0	1,9
Póvoa de Varzim	2,0	2,4	2,0
Valongo
Vila do Conde	2,0	2,2	1,9
Vila Nova de Gaia	1,5	2,0	1,6

Estadia Média nos Estabelecimentos Hoteleiros

Análise Sumária

Em 2010, a estadia média nos estabelecimentos de alojamento do concelho (hotéis, pensões e outros) foi de 1,6 noites, decrescendo em relação a 2008 (1,7 noites) e a 2000 (em que o valor era de 2 noites). No entanto, face a 2009 observa-se um pequeno crescimento.

Na Maia, a estadia média nos estabelecimentos hoteleiros fica ligeiramente abaixo da média do Grande Porto, que em 2010 era de 1,8 noites.

Quando comparado com os demais concelhos do Grande Porto, observa-se que, em 2008 e 2009, a Maia era o concelho onde se regista uma menor estadia média nos estabelecimentos hoteleiros. Em 2010, já não se mantém a mesma tendência, passando a ser o concelho de Matosinhos o que verifica o menor valor da estadia média.

Como principais pólos turísticos do Grande Porto destaca-se o Porto, Póvoa de Varzim e Vila do Conde.

O facto de a estadia média ser inferior à média do Grande Porto, reflete a característica do turismo no concelho da Maia se caracterizar como um turismo de negócios, fruto também da localização no concelho do Aeroporto e das significativas áreas de acolhimento empresarial.

**Tema**

Sócio economia

Subtema

Estrutura Económica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2000, 2008 e 2009)

Descrição/Metodologia

N.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros / população residente * 100

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território.

Meta/Objetivo Municipio

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

	2008	2009	2010
Portugal	369,1	342,7	351,5
Continente	314,7	295,3	309,2
Norte	113,5	114,0	118,6
Grande Porto	188,2	186,0	205,0
Espinho	307,2
Gondomar	...	2,7	...
Maia	56,3	46,7	48,3
Matosinhos	96,5	116,0	136,3
Porto	700,3	692,1	825,7
Póvoa de Varzim	235,8	237,7	216,7
Valongo
Vila do Conde	44,3	47,5	63,4
Vila Nova de Gaia	119,4	122,0	111,9

N.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 hab.

Análise Sumária

Em 2010, um total de 70456 dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho da Maia, corresponde a 48,3 dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 100 habitantes, crescendo face a 2009 em que o n.º de dormidas por cada 100 habitantes foi de 46,7.

O crescimento é ainda mais significativo quando se compara com o ano de 2000, no qual se registou cerca de 30 dormidas por 100 habitantes.

Porto e Póvoa de Varzim são os únicos concelhos do Grande Porto que tanto em 2009 como em 2010 apresentavam um número de dormidas por cada 100 habitantes superior à média da unidade territorial em que se inserem.



25. Rede de Infraestruturas
26. Rede Viária Construída
27. Rede Viária Conservada/Requalificada
28. N.º de Entradas/N.º de saídas
29. Taxa Bruta de Atração
30. Taxa Bruta de Repulsão
31. Índice de Polarização
32. Acidentes Rodoviários
33. N.º de Feridos em Acidentes Rodoviários
34. N.º de Mortos em Acidentes Rodoviários
35. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte –
Aeroporto
36. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte -
Comboio
37. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte –
Metro do Porto
38. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte -
STCP
39. Extensão Rede do Metro
40. Extensão Corredores BUS
41. Interfaces de Passageiros
42. Extensão Ecopistas
43. Extensão Ruas Pedonais
44. Área Pedonal Exclusiva ou partilhada por 1000 habitantes
45. Índice de Ruas Pedonais

Tema

Mobilidade

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

www.cp.pt, www.metroporto.pt, www.inir.pt, CM Maia

Descrição/Metodologia

N.º de infraestruturas aeroportuárias, ferroviárias, metropolitanas e da rede viária nacional existentes no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central,(...), através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio; Melhoria da Qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade (...); FA_Infraestruturas

Meta/Objetivo Municipio

Não definido

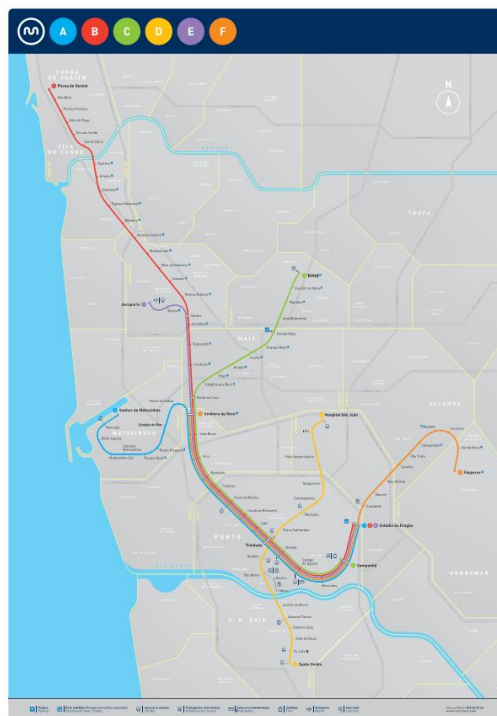
Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia
 Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020
 Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015
 Orientações Estratégicas para o Sistema Aeroportuário nacional (MOPTC, 2006)

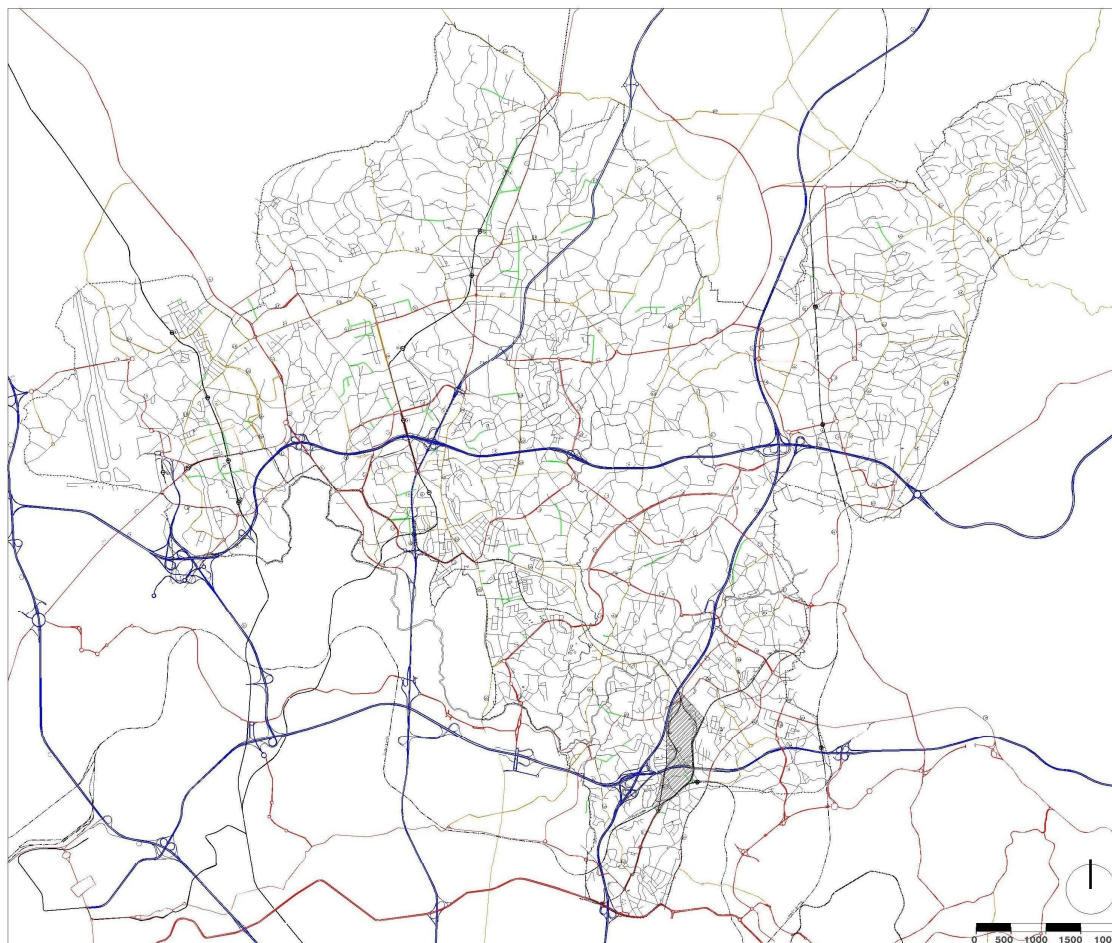
Metas Estratégicas

O **Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020** refere que o AIFSC deverá posicionar-se como o aeroporto líder do Noroeste Peninsular, captando tráfegos com origem ou destino da Região Norte e da Galiza, atingindo níveis de serviço aos clientes alinhados com os melhores padrões europeus, quanto aos Aeródromos importa assegurar que as infraestruturas e serviços tenham as características adequadas às funções que desempenham, garantindo os requisitos mínimos de funcionamento.
 Define como objetivo operacional - Ligações ferroviárias de Portugal com a Espanha e a Europa reforçadas em volume de mercadorias e de passageiros
 Define como uma ação para a Área Metropolitana do Porto ao nível do transporte rodoviário a construção da Variante da Trofa para melhorar as condições operacionais da Linha do Minho.
 O **Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015** refere a necessidade de definição de uma estratégia de crescimento de longo prazo, reconhecendo a importância do transporte aéreo e do sistema aeroportuário no desenvolvimento económico do País.
 Definiu um grupo de trabalho para a reformulação da rede de transportes do Porto, em articulação com a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, que cumpra os seguintes objetivos:
 Complementaridade entre Metro do Porto, STCP e outros operadores;
 Dimensionamento da rede em função dos atuais e futuros fluxos origem/destino;
 Reestruturação do modelo de exploração do Metro do Porto, adequando a oferta ao nível de procura existente e potencial;
 Aumento de velocidade comercial da STCP;
 Não concorrência entre operadores nas ligações suburbanas;
 Adoção das melhores práticas internacionais, adequando a oferta, nos segmentos e períodos de baixa procura, ao modo de transporte mais eficiente para dar uma resposta adequada às necessidades de mobilidade das populações.

Quadros/Representação Gráfica



Rede do Metro do Porto



- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| Rede Nacional | Artérias Locais |
| Distribuidoras Principais | Linhas de Metro do Porto |
| Distribuidoras Secundárias | Linhas de Caminho de Ferro |

Análise Sumária

O Município da Maia é dotado de duas infraestruturas Aeroportuárias

- Aeroporto Internacional Dr. Francisco Sá Carneiro;
- Aeródromo Municipal de Vilar de Luz.

Ao nível das infraestruturas ferroviárias, atualmente o concelho da Maia conta apenas, em funcionamento, com a Linha do Minho, que permite ligações do Porto a Braga ou do Porto a Guimarães.

Desde a entrada em vigor do PDM verificou-se um crescimento do n.º de linhas ferroviárias ativas no concelho, designadamente pela reativação, em 2009, da linha de Leixões, com ligação do Porto de Leixões (Matosinhos) à Estação de Ermesinde (Valongo), que dispõe de um apeadeiro em Águas Santas. No entanto, a CP procedeu, novamente, à supressão deste serviço urbano, concretamente a 1 de Fevereiro de 2011.

Linhas do Metro do Porto:

- Linha B (Vermelha) - Estádio do Dragão - Póvoa do Varzim
- Linha C (Verde) - Estádio do Dragão - ISMAI
- Linha E (Violeta) - Estádio do Dragão - Aeroporto

Durante 2009 e 2010, desenvolveram-se trabalhos conducentes ao prolongamento da Linha C do Metro do Porto, desde a Estação do ISMAI até à Trofa, trabalhos que entretanto foram suspensos.

Ao nível da rede viária nacional o concelho é atravessado por:

- A3 - Porto/Valença
- A4 - Matosinhos/Amarante
- VRI - Aeroporto/Custóias
- A41 - Freixieiro/Santo Tirso
- EN 14

Estão em curso obras de alargamento da A3 e da A4.

Relativamente a este indicador apresentou-se como metas estratégicas os objetivos/propostas dos Planos Estratégicos dos Transportes. No entanto, considera-se que o PET 2011-2015 condiciona as propostas do PET 2008-2020, ainda que este último não tenha sido revogado.

Tema Mobilidade	Subtema Infraestruturas	Modelo DPSIR Resposta
Unidade Análise N.º (metros lineares)	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DPTUP, DCEM)
Descrição/Metodologia Metros lineares de rede viária construída por tipologia de hierarquia viária.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Afirmção do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central(...), através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio; Melhoria da Qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade (...); FA_Infraestruturas	Meta/Objetivo Municipio Não definido
--	--

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

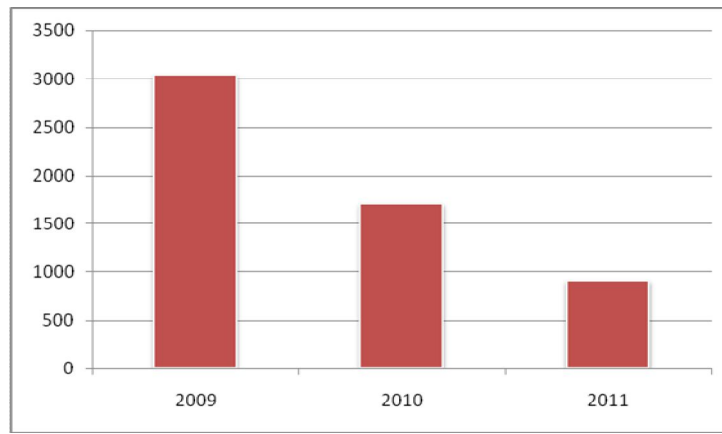
Quadros/Representação Gráfica

Ano	m/l	2009	2010	2011
2009	3041,31	IP - 0 RVP - 465,97 RVS - 2110,56 RVL - 273,78	IP - 0 RVP - 1519,5 RVS - 0 RVL - 183,8	IP - 0 RVP - 123 RVS - 782,0 RVL - 0
2010	1703,3			
2011	905,2			

Rede Viária construída

IP - Itinerário Principal
RVP - Rede Viária Principal
RVS - Rede Viária Secundária
RVL - Rede Viária Local

Rede Viária Construída por Hierarquia de Rede



Análise Sumária

De acordo com os dados da execução dos arruamentos previstos no âmbito do PDM, nomeadamente na Planta de Ordenamento - Programação e Execução, no ano de 2009, foram construídos 3041,3 m/l de rede viária prevista, em 2010, foram construídos cerca de 1700 m/l, e em 2011 foram executados 905 metros lineares.

Numa distribuição por hierarquia de rede observa-se uma extensão mais significativa de arruamentos construídos pertencentes à rede viária secundária.

Durante este período não foram executados projetos ao nível da rede viária de carácter supra municipal.

Rede Viária Conservada/Requalificada N.º 27 **Tendência**

Tema Mobilidade	Subtema Infraestruturas	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DCEM)
Descrição/Metodologia Metros lineares de rede viária conservada e/ou requalificada.		

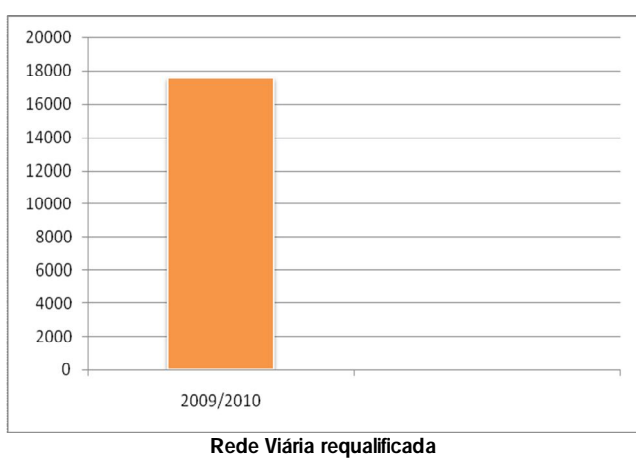
Objetivos PDM/Fator Ambiental Afirmção do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central,(...), através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio; Melhoria da Qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade (...); FA_Infraestruturas	Meta/Objetivo Municipio Não definido
---	--

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	m/l
2009/2010	17550

Rede Viária requalificada



Análise Sumária

De acordo com informação prestada pelo Departamento de Construção e Estruturas Municipais, no período de vigência do PDM correspondente aos anos de 2009 e 2010, em conjunto, foram requalificados cerca de 17550 metros lineares de rede viária municipal existente.

Relativamente a este indicador não existe ainda informação quanto à rede viária requalificada em 2011.

Tema

Mobilidade

Subtema

Movimentos Pendulares

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Decenal

Fonte

INE (Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto - 1991 - 2001)

Descrição/Metodologia

O Movimento Pendular caracteriza-se pela deslocação diária, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efetuada pela população residente e que vivia no respetivo alojamento a maior parte do ano.

Pretende-se avaliar a evolução do n.º de entradas e saídas do concelho para trabalhar ou estudar.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre a iniciativa pública e privada
FA_01 População

Meta/Objetivo Municipio

Não definido

Documentos Referência Estratégica

-

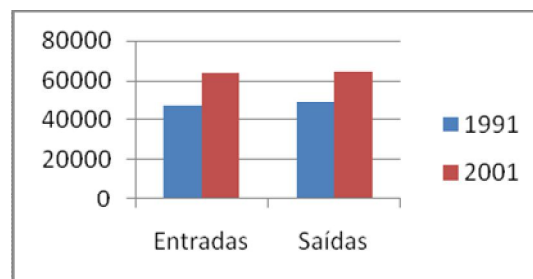
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Entradas	Saídas
1991	47411	49317
2001	63551	64616

Movimentos Pendulares, Maia



Movimentos Pendulares, Maia

Análise Sumária

Relativamente aos movimentos pendulares da população ativa e população estudante, a Maia:

- Destacou-se como recetor líquido de trabalhadores, configurando-se como um polo de emprego;
- A população a trabalhar ou a estudar neste concelho foi a que registou, no período intercensitário, o maior crescimento.

Tema

Mobilidade

Subtema

Movimentos Pendulares

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

%

Periodicidade

Decenal

Fonte

INE (Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto - 1991 - 2001)

Descrição/Metodologia

Relação entre o número de trabalhadores/estudantes não residentes mas que se deslocam para o concelho a fim de trabalhar/estudar e o total de indivíduos que nele trabalha/estuda (independentemente do local de residência).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre a iniciativa pública e privada
FA_01 População

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

<i>Ano</i>	<i>Taxa</i>
1991	41,31
2001	46,44

Taxa de Atração, Maia

Análise Sumária

Em 2001, era de 46,4% a percentagem de trabalhadores e estudantes de outros concelhos relativamente ao total de trabalhadores/estudantes no concelho, com um ligeiro acréscimo relativamente a 1991 (41,3%).

**Tema**

Mobilidade

Subtema

Movimentos Pendulares

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

%

Periodicidade

Decenal

Fonte

INE (Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto - 1991 - 2001)

Descrição/Metodologia

Relação entre o número de trabalhadores/estudantes residentes que se deslocam para outro concelho a fim de trabalhar/estudar e total de indivíduos trabalhadores/estudantes que residem no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre a iniciativa pública e privada
FA_01 População

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

<i>Ano</i>	<i>Taxa</i>
1991	43,58
2001	47,32

Taxa de Repulsão, Maia

Análise Sumária

A percentagem de trabalhadores e estudantes do concelho da Maia que, em 2001, trabalhavam ou estudavam noutra concelho era de 47,3%, significativamente superior ao registado em 1991, o que demonstra a capacidade de atração que outros concelhos exercem, nomeadamente o Porto.

Tema

Mobilidade

Subtema

Movimentos Pendulares

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Decenal

Fonte

INE (Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto - 1991 - 2001)

Descrição/Metodologia

Índice de polarização de empregados: quociente entre a população empregada numa determinada unidade territorial e a população aí residente e empregada.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre a iniciativa pública e privada

FA_01 População

Meta/Objetivo Município

Superior a 1

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice
1991	1,00
2001	1,01

Índice de Polarização, Maia

Análise Sumária

Em 2001, a percentagem de população empregada no concelho da Maia relativamente ao total de empregados residentes nesse concelho era de 1,01. Desde 1991 que o concelho da Maia consegue garantir um posto de trabalho por cada um dos seus empregados residentes.

Tema

Mobilidade

Subtema

Acidentes Rodoviários

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DTT)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de acidentes rodoviários com vítimas registados no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

PMSR – Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Documentos Referência Estratégica

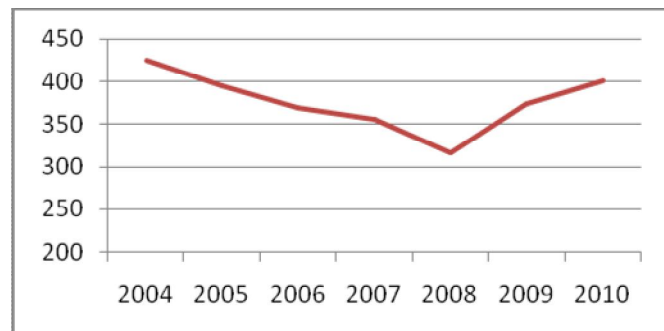
Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária - PNSR
Plano Municipal de Segurança Rodoviária – PMSR (em fase de aprovação por parte da Câmara Municipal)

Metas Estratégicas

PNSR - Diminuir o número de mortos entre 32% e 49% nos utilizadores de ligeiros, 22% e 32% nos utilizadores de "2 rodas" e entre 15% e 32% nos peões.
PMSR – Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Acidentes
2004	424
2005	395
2006	369
2007	355
2008	317
2009	373
2010	400

N.º de Acidentes com Vítimas**Evolução N.º de Acidentes com Vítimas****Análise Sumária**

Na Maia, observa-se uma tendência de diminuição dos acidentes a partir de 2004 (até 2008 registou-se um decréscimo de 25%), no entanto, em 2009 verificou-se um número superior de acidentes face a 2008 e em 2010 face a 2009, totalizando, neste último ano, 400 acidentes nos quais se registaram vítimas.

A Câmara Municipal da Maia desenvolver, durante 2011, o Plano Municipal de Segurança Rodoviária, em fase de aprovação por parte do executivo municipal. No documento referido, encontram-se identificados todos os acidentes rodoviários ocorridos no concelho, por tipologia de rede viária, concluindo-se pela inexistência de pontos negros na sinistralidade rodoviária. Ainda assim, foram propostas ações chave e medidas de intervenção com vista a alcançar os objetivos propostos de redução de 20%, em 2012, e de 30%, em 2015, face aos valores de 2010, ao nível do n.º de acidentes e do n.º de vítimas.

À data da elaboração do presente relatório ainda não estava disponibilizada informação referente ao ano de 2011.

Considera-se que deverá ser desenvolvido um sistema de registo de informação pormenorizada sobre os acidentes em área urbana, incluindo a georreferenciação do local de ocorrência, numa base de dados relacional ou por objetos.

**Tema**

Mobilidade

Subtema

Acidentes Rodoviários

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DTT)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de feridos (graves e ligeiros) em resultado de acidentes rodoviários registados no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Decrescente
Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária - PNSR
Plano Municipal de Segurança Rodoviária – PMSR (em fase de aprovação)

Metas Estratégicas

PNSR - Diminuir o número de mortos entre 32% e 49% nos utilizadores de ligeiros, 22% e 32% nos utilizadores de "2 rodas" e entre 15% e 32% nos peões.
PMSR – Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Quadros/Representação Gráfica

<i>Ano</i>	<i>N.º feridos</i>	
	Ligeiros	Graves
2008	252	9
2009	315	11
2010	480	10

N.º de Feridos em Acidentes Rodoviários**Análise Sumária**

Em 2010, o número total de feridos em acidentes rodoviários foi de 490, dos quais 480 foram ligeiros e 10 graves, representando estes últimos apenas 2% do total de feridos.

Relativamente aos feridos, no período de 2008 a 2010, tem-se verificado igualmente uma tendência crescente, tendo quase que duplicado.

**Tema**

Mobilidade

Subtema

Acidentes Rodoviários

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DTT)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de mortos em resultado de acidentes rodoviários registados no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária - PNSR
Plano Municipal de Segurança Rodoviária - PMSR (em fase de aprovação)

Metas Estratégicas

PNSR - Diminuir o número de mortos entre 32% e 49% nos utilizadores de ligeiros, 22% e 32% nos utilizadores de "2 rodas" e entre 15% e 32% nos peões.
PMSR - Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Mortos
2008	1
2009	2
2010	9

N.º de Mortos em Acidentes Rodoviários**Análise Sumária**

Em 2010 nos acidentes rodoviários registados no concelho resultaram um total de 9 vítimas mortais, valor substancialmente superior ao verificado, quer em 2009 quer em 2008.

Tema

Mobilidade

Subtema

Transportes Públicos

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte

www.ana.pt

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de passageiros embarcados no Aeroporto Internacional Dr. Francisco Sá Carneiro

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia (1)

Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020

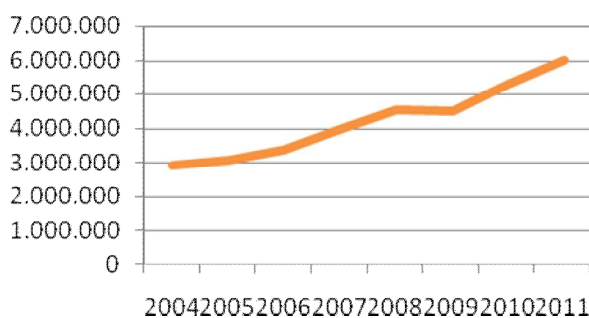
Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

O objetivo da **Política Comum de Transportes da UE** é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Passageiros (n.º)	Variação (%)
2004	2.944.134	-
2005	3.108.186	5,6
2006	3.402.816	9,5
2007	3.986.515	17,2
2008	4.535.813	13,7
2009	4.508.330	-0,6
2010	5.279.362	17
2011	6.003.408	13,7

Evolução Passageiros Aeroporto do Porto**Evolução Passageiros Aeroporto do Porto****Análise Sumária**

A evolução do n.º de passageiros do Aeroporto Internacional Dr. Francisco Sá Carneiro tem sido positiva até ao ano de 2008, período em que ultrapassou o volume de 4 milhões de passageiros. De 2008 para 2009 observa-se uma tendência decrescente, verificando-se menos 0,6% de passageiros transportados. No entanto, após esta quebra, é retomada a tendência crescente, tendo, em 2010, ultrapassado o patamar dos 5 milhões de passageiros e, em 2011, o patamar dos 6 milhões de passageiros.

Assim, de 2009 para 2010, verifica-se um crescimento de cerca de 17% do total de passageiros e de, 2010 para 2011, ronda um valor de 13,7%. Embora não exista um estudo sobre esta matéria pode-se deduzir que o aumento verificado resulta da entrada em funcionamento das companhias aéreas de "low cost" no aeroporto, a partir de 2009.

Importa referir que, em 2011, o Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, foi pelo 6.º ano consecutivo considerado o 3.º melhor aeroporto europeu.

**Tema**

Mobilidade

Subtema

Transportes Públicos

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte

www.cp.pt
 http://www.cp.pt/StaticFiles/CP/
 Imagens/PDF/Institucional/Relatorios
 %20Financeiros/2010/grupo_empresa.pdf

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de passageiros transportados nas linhas de caminho-de-ferro do concelho

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);
 Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia (1)
 Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020
 Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

O objetivo da **Política Comum de Transportes da UE** é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros.
 O **Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020** define como objetivo estratégico ter redes e serviços de transporte público em permanente adequação à dinâmica da procura e estruturados de forma a promover a cobertura supra municipal e a utilização dos modos de transporte mais adequados às características das deslocações.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Passageiros (milhões)	Evolução (%)
2008	19969	-
2009	20580	5,8
2010	21136	2,7

Procura Rede CP Porto**Análise Sumária**

Relativamente ao presente indicador não se dispõe de informação que permita individualizar o transporte de passageiros entrados nas estações das linhas de caminho-de-ferro existentes no concelho. Assim, optou-se por apresentar a evolução do número de passageiros verificada ao nível da rede da CP do Porto.

De acordo com o Relatório e Contas de 2010, disponível em www.cp.pt, em 2010 foram transportados na rede da CP do Porto cerca de 21 milhões de passageiros, valor que tem crescido relativamente a anos transatos.

De referir que da análise do relatório referido, constata-se que a CP Porto foi a única que registou um crescimento positivo do número de passageiros transportados. No período de 2008 para 2009 a evolução foi de 5,8%, sendo que de 2009 para 2010 já foi menos significativa (2,7%).

À data da elaboração do presente relatório ainda não se encontrava disponível a informação relativa ao ano de 2011.

Tema

Mobilidade

Subtema

Transportes Públicos

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte

www.metrodoporto.pt

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de passageiros das linhas do Metro do Porto do concelho.

Este indicador foi avaliado de acordo com o n.º de validações registadas nas estações da Metro existentes no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia

Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020

Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

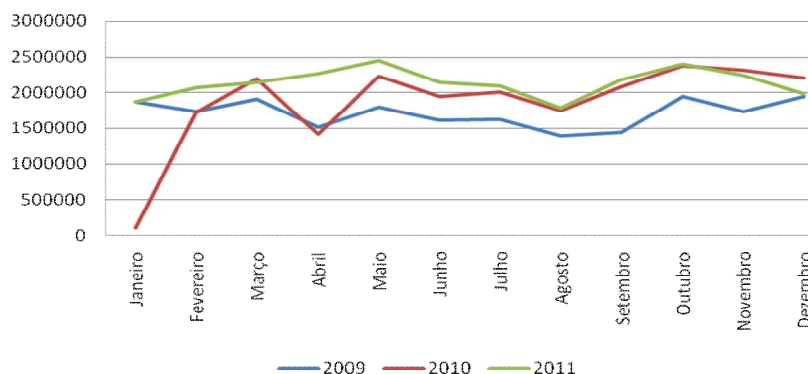
O objetivo da **Política Comum de Transportes da UE** é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros.

O **Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020** define como objetivo estratégico ter redes e serviços de transporte público em permanente adequação à dinâmica da procura e estruturados de forma a promover a cobertura supra municipal e a utilização dos modos de transporte mais adequados às características das deslocações.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Passageiros (n.º)	Variação (%)
2009	20.536.159	-
2010	22.296.905	8,6
2011	25.627.356	14,9

N.º Passageiros Metro do Porto



Evolução mensal n.º de Passageiros Metro do Porto

Análise Sumária

Em 2009 verificou-se um n.º total de 20.536.159 validações, enquanto em 2010 o n.º de validações foi superior, com um crescimento de 8,6%. Face a 2010, em 2011 verificou-se um crescimento de cerca de 14% das validações efetuadas por passageiros do metro nos interfaces da Maia, tendo superado o patamar dos 25 milhões de validações.

Em termos absolutos, a Linha B do Metro do Porto, SA é aquela que apresenta um maior número de passageiros, sendo seguida pela Linha C.

Em 2009, não obstante a existência de algumas oscilações mensais, de Janeiro a Novembro assistiu-se a uma ligeira quebra do número de validações, o que pode traduzir quer a preferência dos utentes por outros modos de transporte público de passageiros, quer o retomar do uso do transporte individual como modo preferencial de deslocação. Em 2010, destaca-se o mês de Janeiro como aquele que apresenta um número inferior de validações.

De referir que a empresa Metro do Porto notou um crescimento significativo do n.º de passageiros a utilizar este modo de transporte desde a introdução do pagamento de portagens nas antigas SCUT (a 15 de Outubro de 2010) e bem ainda do constante aumento do preço dos combustíveis.

**Tema**

Mobilidade

Subtema

Transportes Públicos

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte<http://www.stcp.pt/pdfs/RCSTCP2010v.pdf>**Descrição/Metodologia**

Evolução do n.º de passageiros das linhas da STCP do concelho

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia

Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020

Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

O objetivo **da Política Comum de Transportes da UE** é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros.

O **Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020** define como objetivo estratégico ter redes e serviços de transporte público em permanente adequação à dinâmica da procura e estruturados de forma a promover a cobertura supra municipal e a utilização dos modos de transporte mais adequados às características das deslocações.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Passageiros (milhares)	Variação (%)
2007	109.102	-
2008	111.254	2,0
2009	108.243	-2,7
2010	109.220	0,9

Evolução passageiros STCP

Análise Sumária

Em 2010 a rede de transportes constituída pela STCP transportou cerca de 109 milhares de passageiros, numa evolução positiva face ao ano transato (0,9%).

Do período em análise foi no ano de 2008 que se registou um número superior de passageiros transportados pela STCP.

À data da elaboração do presente relatório ainda não se encontrava disponível a informação relativa ao ano de 2011.

**Tema**

Mobilidade

Subtema

Transportes Públicos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

m/l

Periodicidade

Anual

Fonte

Metro do Porto, CMM (DPTUP)

Descrição/Metodologia

Metros lineares da rede de Metro do Porto a operar no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia

Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020

Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros (1)

Quadros/Representação Gráfica

<i>Linha</i>	<i>M/L</i>
Linha B	4475
Linha C	6100
Linha D	2970
Total	13545

Extensão Rede Metro do Porto**Análise Sumária**

A rede do Metro do Porto a operar no concelho da Maia, num total de 3 linhas, corresponde a aproximadamente 13.545 metros lineares. De referir que durante 2010 estavam em curso as obras de prolongamento da linha C do Metro do Porto, desde a Estação do ISMAI até à Trofa, as quais foram suspensas, àquela data, devido às restrições orçamentais definidas pelo Governo.

Neste sentido, durante 2011 não se registou qualquer evolução relativamente à extensão da rede do metro no concelho.

**Tema**

Mobilidade

Subtema

Transportes Públicos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

m/l

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DTT)

Descrição/Metodologia

Metros lineares de corredores afetos exclusivamente a transportes públicos.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia
Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020
Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros

Quadros/Representação Gráfica

<i>Ano</i>	<i>M/L</i>
2008	115
2009	115
2010	115

Extensão Corredores BUS**Análise Sumária**

No concelho da Maia existe apenas um pequeno eixo de via afeto exclusivamente ao transporte público rodoviário (autocarros, táxis, etc), correspondendo ao sentido poente/nascente da Praça do Doutor José Vieira de Carvalho, com uma extensão de 115 metros lineares.



Tema Mobilidade	Subtema Transportes Públicos	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DTT)
Descrição/Metodologia N.º de interfaces de passageiros existentes no concelho.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Afirmção do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...); Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);	Meta/Objetivo Município Crescente
---	---

Documentos Referência Estratégica Política Comum de Transportes da União Europeia Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020 Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015	Metas Estratégicas Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros
---	--

Quadros/Representação Gráfica

<i>Ano</i>	<i>n.º</i>
2008	14
2009	15
2010	15

Interfaces de Passageiros

Análise Sumária

O número de interfaces de passageiros no concelho da Maia é de 15, englobando os interfaces da Metro do Porto e da CP, registando-se um ligeiro acréscimo face aos interfaces existentes à data de elaboração do PDM.

Tema

Mobilidade

Subtema

Transportes Sustentáveis

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º/km

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DTT)

Descrição/Metodologia

N.º e extensão das ecopistas de lazer e urbanas existentes no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia
Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana (UE)

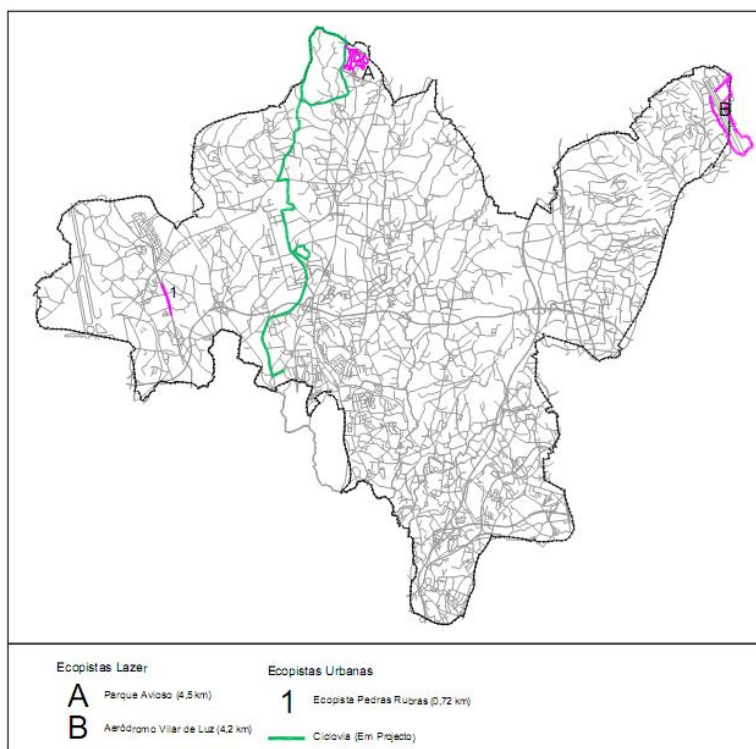
Metas Estratégicas

Política Comum de Transportes da União Europeia define:
 • Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros.
 Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana, tem como um dos objetivos a promoção das deslocações a pé e de bicicleta.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Ecopista	
	Lazer	Urbana
2008	8,7	0
2009	8,7	0,72
2010	8,7	0,72

Extensão Ecopistas



Análise Sumária

No concelho da Maia existem 2 ecopistas de lazer, correspondente à ciclovias do Parque de Avioso e à ciclovias do Aeródromo Municipal de Vilar de Luz, numa extensão total de 8,7 km.

No concelho da Maia existe apenas um troço de ciclovias em meio urbano em Pedras Rubras, executada em 2009 no âmbito das obras de requalificação urbana e de construção do interface de Pedras Rubras do Metro do Porto, com uma extensão total de apenas 0,72 km, correspondendo a um troço isolado que não estabelece rede e complementaridades com sistemas que promoção a mobilidade sustentada. Considera-se que deve ser desenvolvido um conjunto de incentivos à promoção do uso de transportes sustentáveis, passando, nomeadamente pela definição de uma rede pedonal e pela possível integração de ciclovias.

Tema

Mobilidade

Subtema

Transportes Sustentáveis

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º/km

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DTT)

Descrição/Metodologia

N.º e extensão das ruas pedonais existentes no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Municipal

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia
Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana (UE)

Metas Estratégicas

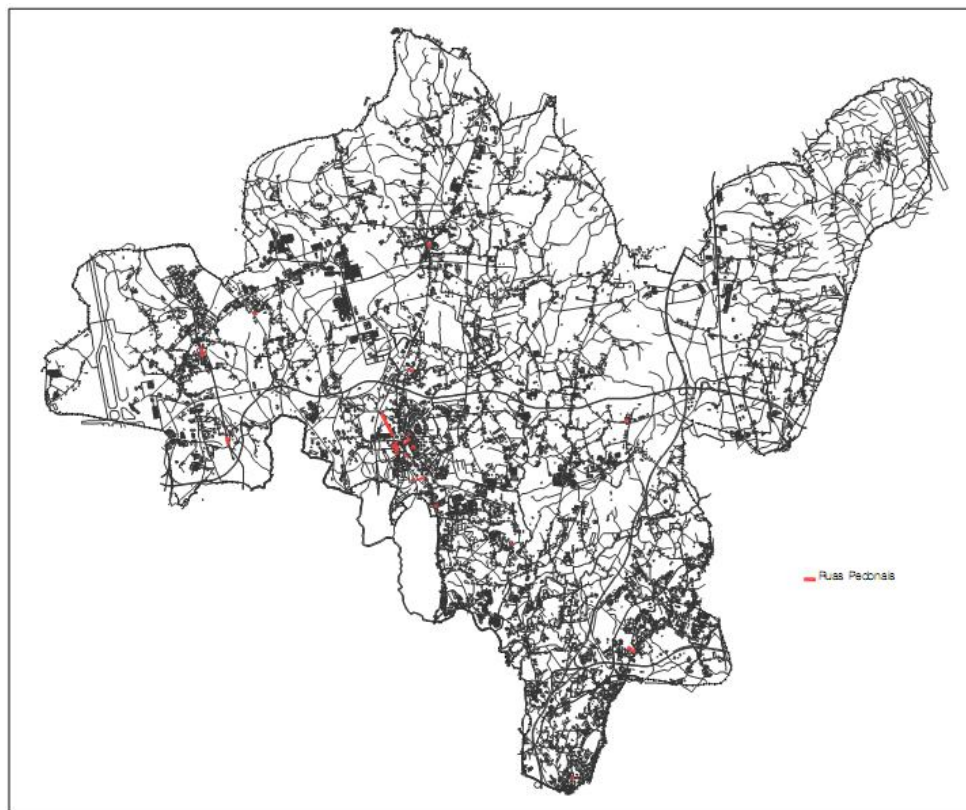
Política Comum de Transportes da União Europeia define:

- Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros.

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana, tem como um dos objetivos a promoção das deslocações a pé e de bicicleta.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Extensão (m/l)
2001	1547
2008	1547
2009	1547
2010	1799
2011	2020

Extensão Ruas Pedonais

Ruas Pedonais, Maia

Análise Sumária

No concelho da Maia existem 2020 metros lineares de ruas afetas ao uso pedonal exclusivo ou condicionado (não sendo este um levantamento rigoroso, no decorrer do processo de monitorização poderão ser acrescentadas mais ruas).

O crescimento verificado na extensão de ruas pedonais resulta, por um lado, do maior conhecimento de ruas de uso pedonal exclusivo ou condicionado, mas já existentes, e por outro lado, do surgimento de novas ruas de uso pedonal exclusivo ou condicionado (p.e. Rua de Crestins, junto à Estação do Metro).

A título de exemplo, apresenta-se dois casos de extensão das ruas pedonais em municípios portugueses. Conforme consultado em relatórios disponibilizados no site das respetivas autarquias, em 2008, Lisboa apresentava cerca de 1836 metros lineares de área pedonal, enquanto Coimbra dispunha de 5350 metros lineares de área pedonal.

**Tema**

Mobilidade

Subtema

Transportes Sustentáveis

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

m/l/1000 habitantes

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DTT)

Descrição/Metodologia

Área Pedonal exclusiva ou partilhada com trânsito condicionado (m/l)/1000hab.

Indicador que traduz a densidade urbana com fortes características para promover a acessibilidade e mobilidade.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana (UE)

Metas Estratégicas

Política Comum de Transportes da União Europeia define:

- Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros.

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana, tem como um dos objetivos a promoção das deslocações a pé e de bicicleta.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Extensão (m/l)	Habitantes	Área Pedonal por mil Hab.
2001	1547	120111	12,88
2008	1547	140859	10,98
2009	1799	143371	12,55
2010	1799	145791	12,34
2011	2020	135306	14,93

Extensão Ruas Pedonais**Análise Sumária**

No concelho da Maia existem 14,93 metros lineares de ruas pedonais ou de acesso condicionado por cada mil habitantes, tendo em conta os casos apresentados anteriormente, e de acordo com os dados preliminares da população residente dos censos de 2011.

Mais se informa que Coimbra apresenta uma densidade de área pedonal por mil habitantes claramente superior (37,31 metros por mil hab.).

Por outro lado, o concelho de Lisboa regista o valor mais reduzido, apenas 3,35 metros por mil hab.

Tema

Mobilidade

Subtema

Transportes Sustentáveis

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (DTT)

Descrição/Metodologia

Corresponde ao quociente entre a extensão de ruas exclusivas ao tráfego de peões ou de acesso condicionado (metros lineares) e a área urbana total do concelho, de acordo com o perímetro urbano delimitado no PDM em vigor.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia
Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana (UE)

Metas Estratégicas

Política Comum de Transportes da União Europeia define:

- Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros.

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana, tem como um dos objetivos a promoção das deslocações a pé e de bicicleta.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Extensão (m/l)	Área Urbana* (ha)	Índice Ruas Pedonais
2008	1547	5510,3	0,28
2009	1547	4796,3	0,32
2010	1799	4796,3	0,38
2011	2020	4796,3	0,42

* - Solo Urbano delimitado PDM em vigor à data

Índice de Ruas Pedonais**Análise Sumária**

O índice de ruas pedonais corresponde a 0,42 metros lineares por ha de área urbana do concelho, havendo um acréscimo em relação ao valor de referência do PDM.



46. Alojamentos
47. Taxa Crescimento Alojamentos
48. Densidade Habitacional
49. Habitantes por Alojamento
50. Edifícios
51. Taxa Crescimento Edifícios
52. N.º médio alojamentos por edifício
53. Fogos Habitação Social
54. N.º Pedidos Habitação Social
55. N.º fogos habitação social atribuídos
56. Processos operações urbanísticas por categoria solo*
57. Processos operações urbanísticas em Uopg*
58. Processos de renovação, requalificação ou reabilitação urbana*
59. N.º de fogos construídos*
60. Percentagem fogos construídos solo rural*
61. Área de solo impermeabilizada*
62. Pedidos de Inutilização Solo Agrícola
63. Intervenções em RAN
64. Pedidos de intervenção em REN
65. Intervenções em REN
66. Licenciamento de novas unidades industriais em áreas de indústria e armazenagem*
67. Unidades Industriais Deficientemente Localizadas Território
68. Deslocalização de Unidades Industriais Deficientemente Localizadas**
69. Taxa Ocupação Solo em Solo Urbano*
70. Taxa ocupação Solo em Solo Urbanizável*
71. Planos de Pormenor em vigor
72. Planos de Pormenor em elaboração
73. Unidades de Execução em Elaboração
74. Imóveis classificados e em vias de classificação
75. Medidas de Valorização e Proteção Patrimonial – Património Edificado
76. Património Edificado – Operações Urbanísticas*
77. Património Edificado – Turismo Rural*
78. Prospeções em áreas de Património Arqueológico
79. Medidas de Valorização e Proteção Patrimonial – Arqueológico
80. N.º de Unidades de Saúde
81. N.º de Unidades de Saúde Familiar
82. N.º de Utentes
83. N.º de médicos de medicina geral e familiar
84. N.º de médicos por 1000 habitantes
85. N.º de enfermeiros
86. N.º de enfermeiros por 1000 habitantes
87. N.º de Jardins-de-Infância
88. N.º de crianças nos Jardins-de-Infância

89. Taxa de Ocupação dos Jardins-de-Infância
90. Taxa de Pré-escolarização
91. N.º de estabelecimentos do 1.º Ciclo de Ensino Básico
92. N.º de Alunos do 1.º Ciclo de Ensino Básico
93. N.º de Salas do 1.º Ciclo de Ensino Básico
94. Taxa de Ocupação do 1.º Ciclo de Ensino Básico
95. N.º de escolas do 2.º/3.º CEB e Ensino Secundário
96. N.º de alunos do 2.º/3.º CEB e Ensino Secundário
97. Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Básico
98. N.º de Creches
99. N.º de Crianças Creches
100. Taxa de Utilização Creches
101. N.º Amas da Segurança Social
102. N.º de crianças Amas
103. Taxa de Cobertura Creches
104. N.º de estabelecimentos com Atividade de Tempos Livres
105. N.º de Crianças ATL
106. Taxa de Cobertura ATL
107. N.º de Lares de Crianças e Jovens
108. N.º de utentes Lares de Crianças e Jovens
109. N.º de Centros de Atividades Ocupacionais
110. Capacidade dos Centros de Atividades Ocupacionais
111. N.º de Utentes dos Centros de Atividades Ocupacionais
112. N.º de lares residenciais
113. N.º de Utentes dos lares residenciais
114. N.º instituições com Transporte de Pessoas com Deficiência
115. N.º Utentes do Transporte de Pessoas com Deficiência
116. Capacidade do Transporte de Pessoas com Deficiência
117. N.º de Centros de Convívio
118. N.º de Utentes dos Centros de Convívio
119. Taxa de Cobertura dos Centros de Convívio
120. N.º de Centros de Dia
121. N.º de Utentes dos Centros de Dia
122. Taxa de Utilização dos Centros de Dia
123. Taxa de Cobertura dos Centros de Dia
124. N.º de Lares de Idosos
125. N.º de Utentes dos Lares de Idosos
126. Taxa de Utilização dos Lares de Idosos
127. Taxa de Cobertura dos Lares de Idosos
128. N.º de estabelecimentos com Serviço de Apoio Domiciliário
129. N.º de Utentes do Serviço de Apoio Domiciliário
130. Capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário
131. N.º de Instalações Desportivas
132. Superfície Desportiva Útil
133. Área Desportiva Útil por Habitante
134. N.º de Parques Infantis
135. Área dos parques Infantis
136. Rácio Habitante por Parque Infantil
137. N.º de Equipamentos Culturais
138. N.º de Equipamentos de Segurança e Proteção Civil

* - a aguardar a apresentação de dados por parte do Departamento de Gestão Urbana que permita alimentar estes indicadores. Embora apareça a referência aos indicadores, os mesmos não são apresentados nas fichas seguintes devido à indisponibilidade de informação.

** - Não se definiu ainda procedimento de recolha de informação para o presente indicador.

Tema

Povoamento

Subtema

Construção e Habitação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Recenseamentos e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

N.º de alojamentos/ fogos existentes no concelho e por freguesia (este último sempre que a informação estiver disponível). De acordo com o conceito do INE, os alojamentos são o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da colectividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

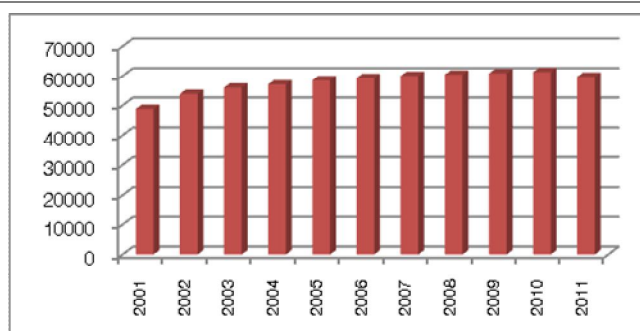
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Alojamentos
2001	48778
2002	53875
2003	56015
2004	57108
2005	58530
2006	59263
2007	59991
2008	60416
2009	60837
2010	61276
2011	59687

N.º Alojamentos, Maia



Unidade de Planeamento	Freguesia	2001		2011	
UP 1	Moreira	4369	6491	5845	8422
	V. N. Telha	2122		2577	
UP 2	Barca	958	6015	1040	7779
	Gemunde	1729		2112	
	Gondim	731		836	
	S. P. Avioso	1109		1798	
	S. M. Avioso	1488		1993	
UP 3	Gueifães	4386	14392	5097	17494
	Maia	4219		5695	
	Vermoim	5787		6702	
UP 4	Nogueira	1756	4212	2402	5368
	Milheirós	1636		1982	
	Silva Escura	820		984	
UP 5	Folgosa	1297	1939	1533	2260
	S. P. Fins	642		727	
UP 6	Águas Santas	10441	15729	12171	18364
	Pedrouços	5288		6193	
Total		48778			59687

Alojamentos por Freguesia e Unidade de Planeamento

Análise Sumária

De acordo com os resultados preliminares dos Censos de 2011, a Maia contava já com cerca de 59687 alojamentos, com um crescimento de mais de 10000 alojamentos face ao resultado de 2001. Assim, verifica-se que a evolução do n.º de alojamentos tem sido crescente. Pese embora nos últimos quatro anos apresentarmos dados estatísticos cujo valor é ligeiramente superior, não se pode esquecer que relativamente aos mesmos os dados apurados resultam de estimativas publicadas anualmente pelo INE.

Numa análise à escala da freguesia, Águas Santas destaca-se como a freguesia que apresenta um n.º de alojamentos claramente superior, sendo seguida por Vermoim e Pedrouços, ainda que cada uma delas apresente cerca de metade dos alojamentos existentes em Águas Santas. Pelo contrário, S. P. Fins, Gondim e Silva Escura são as freguesias com menor n.º de alojamentos, não ultrapassando, cada uma, os 1000 alojamentos, dado tratarem-se de freguesias com características mais rurais e densamente menos povoadas ou pela reduzida dimensão territorial.

Assim, quando analisada a distribuição do n.º de alojamentos de acordo com as Unidades de Planeamento delimitadas para o concelho, que constituem o agrupamento de freguesias, verifica-se que são a UP6 seguida da UP3 que apresentam um maior n.º de alojamentos, sendo, claramente, a UP5 que menor n.º apresenta.

Em 2011, o Grande Porto contava com um total de 622.887 alojamentos, dos quais cerca de 10% estavam localizados no concelho da Maia.

Tema

Povoamento

Subtema

Construção e Habitação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Recenseamentos e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

Variação do número de alojamentos verificada numa determinada unidade territorial e ocorrida num determinado período de tempo.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Municipal

Superior média do Grande Porto

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

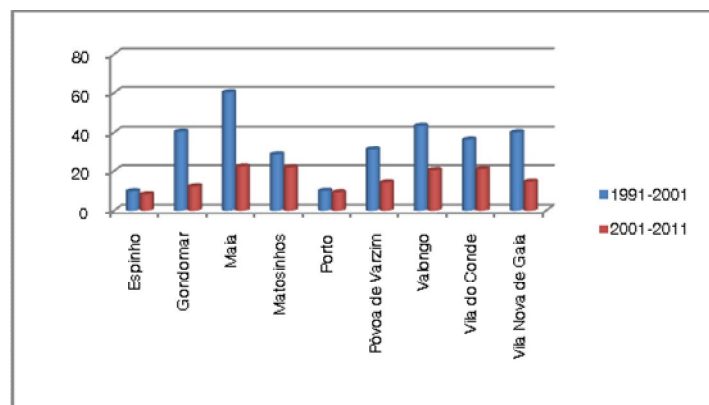
Quadros/Representação Gráfica

Espaço Geográfico	Variação	
	1991-2001	2001-2011
Espinho	9,84	8,3
Gondomar	40,48	12,3
Maia	60,36	22,4
Matosinhos	28,45	21,8
Porto	10,08	9,3
Póvoa de Varzim	31,04	14,3
Valongo	43,39	20,5
Vila do Conde	36,44	21,1
Vila Nova de Gaia	40,12	14,7
AMP	30,45	15,3

Taxa Crescimento Alojamentos, Grande Porto

Unidade de Planeamento	Freguesia	Variação (2001-2011)
UP 1	Moreira	29,7
	V. N. Telha	
UP 2	Barca	29,3
	Gemunde	
	Gondim	
	S. P. Avioso	
UP 3	S. M. Avioso	21,6
	Gueifães	
	Maia	
UP 4	Vermoim	27,4
	Nogueira	
	Milheirós	
UP 5	Silva Escura	16,6
	Folgosa	
UP 6	S. P. Fins	14,3
	Águas Santas	
Total		22,4

Taxa Crescimento Alojamentos, U.P.



Freguesia	Variação (2001-2011)
Águas Santas	16,6
Barca	8,6
Folgosa	18,2
Gemunde	22,2
Gondim	14,4
Gueifães	16,2
Maia	35,0
Milheirós	21,1
Moreira	33,8
Nogueira	36,8
Pedrouços	17,1
S. M. Avioso	33,9
S. P. Avioso	62,1
S. P. Fins	13,2
Silva Escura	20,0
Vermoim	15,8
V. N. da Telha	21,4
Total	22,4

Taxa Crescimento Alojamentos

Análise Sumária

De acordo com os dados preliminares dos Censos de 2011 disponibilizados pelo INE, em 2011, no concelho da Maia existiam já cerca de 59.687 alojamentos, registando-se um crescimento de aproximadamente de 22%, quando comparado com os alojamentos existentes em 2001 (48.778).

Neste período o crescimento do n.º de alojamentos no concelho foi superior à média da AMP (15,3%), mantendo a Maia a característica de ser o concelho da AMP com a maior taxa de crescimento.

A variação do número de alojamentos no espaço infraconcelhio apresenta disparidades curiosas.

São Pedro de Avioso foi a que apresentou o maior crescimento de alojamentos no período de 2001 a 2011, com um crescimento superior a 50% (62,1%), fruto do crescimento demográfico verificado no mesmo período (45,8%, sendo também a freguesia com uma variação relativa da população mais significativa) e da crescente pressão urbanística derivado da integração de parte da freguesia no núcleo urbano do Castelo da Maia e da existência de equipamentos estruturantes no panorama supraconcelhio, como é o caso do ISMAI – Instituto Superior da Maia.

Maia, Moreira, Nogueira e Santa Maria de Avioso são freguesias que também apresentam um crescimento considerável dos alojamentos existentes (mais de um terço do existente em 2001).

Por outro lado, Barca apresenta-se como a freguesia cuja evolução do número de alojamentos não foi tão significativa, ainda assim registou um crescimento positivo (cerca de 8%) o que não foi acompanhado da evolução da população residente, que no período em análise (2001-2011) foi negativa (-4,5%).

Embora individualmente as freguesias que constituem a UP1 não apresentem os valores mais significativos no crescimento do n.º de alojamentos, no conjunto, esta unidade foi a que apresentou uma maior variação dos alojamentos.

A UP6, unidade que apresenta o maior n.º absoluto de alojamentos, foi a que no período de 2001 a 2011 registou o menor crescimento de alojamentos, ainda assim, o crescimento rondou os 14%.

Tema

Povoamento

Subtema

Construção e Habitação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análisen.º/km²**Periodicidade**

Anual

Fonte

INE (Recenseamentos de 2001 e 2011 – dados Provisórios, e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

A densidade habitacional é o quociente entre o número de fogos existentes ou previstos para uma dada porção do território e a área do solo a que respeita (conceito do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio).

A densidade habitacional é expressa em fogos por hectare ou fogos por quilómetro quadrado. Neste documento optou-se por expressar a densidade habitacional em termos de fogos por km² por analogia com a medida utilizada noutros indicadores (p.e: habitantes/km²).

Indicador de avaliação decenal (por freguesia), com estimativas anuais (por concelho).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Aumento nas freguesias urbanas e estabilização nas freguesias rurais

Documentos Referência Estratégica

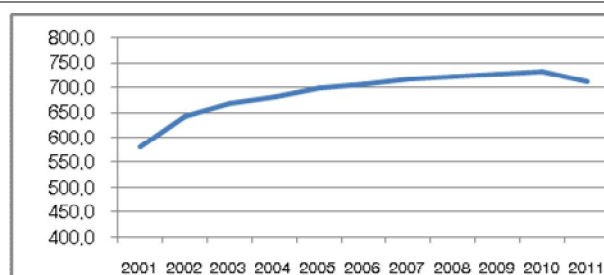
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Espaço Geográfico	Área km ²	Alojamentos		Densidade Habitacional	
		2001	2011	2001	2011
Espinho	21,4	14571	15776	680,9	737,2
Gondomar	133,3	65335	73362	490,1	550,4
Maia	83,7	48778	59687	582,8	713,1
Matosinhos	62,3	67766	82555	1087,7	1325,1
Porto	41,7	125267	136917	3004,0	3283,4
Póvoa de Varzim	81,9	30524	34891	372,7	426,0
Valongo	73	33455	40321	458,3	552,3
Vila do Conde	149,3	31113	37673	208,4	252,3
V. N. de Gaia	170,8	123562	141705	723,4	829,7
Grande Porto	817,4	540068	622887	660,7	762,0

**Densidade Habitacional, Grande Porto****Evolução Densidade Habitacional, Concelho da Maia**

UP	Freguesia	2001		2011	
		UP	Freg.	UP	Freg.
UP 1	Moreira	503,2	499,3	652,9	668,0
	V. N. Telha		504,0		612,1
UP 2	Barca	355,9	306,1	460,3	332,3
	Gemunde		322,0		393,3
	Gondim		529,7		605,8
	S. P. Avioso		239,0		387,5
UP 3	S. M. Avioso	1179,7	620,0	1433,9	830,4
	Gueifães		1471,8		1710,4
	Maia		1168,7		1577,6
UP 4	Vermoim	331,7	1037,1	422,7	1201,1
	Nogueira		430,4		588,7
	Milheirós		478,4		579,5
UP 5	Silva Escura	127,6	156,8	148,7	188,1
	Folgosa		125,9		148,8
UP 6	S. P. Fins	1139,8	132,4	1330,7	149,9
	Águas Santas		1354,2		1578,6
	Pedrouços		872,6		1021,9
Total		582,8		713,1	

Densidade Habitacional, por Unidade de Planeamento e Freguesia

Análise Sumária

Em 2001, a densidade habitacional era de 582 fogos/km², passando, em 2011, a ser de 713,1 fogos por km², em ambos os períodos verifica-se uma densidade inferior à média do Grande Porto, à semelhança de concelhos como Gondomar, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde. A cidade do Porto destaca-se com a densidade habitacional mais elevada, ultrapassando os 3000 alojamentos por km².

Na Maia, este indicador tem apresentado uma evolução crescente, sendo que a diminuição verificada no período de 2010 para 2011 resulta do facto de, nos anos de 2002 a 2010, se estar a trabalhar com as estatísticas de obras concluídas disponibilizadas pelo INE.

Numa análise por Unidade de Planeamento, quer em 2001 quer em 2011, verificava-se que a UP3, constituída pela agregação das freguesias da Cidade da Maia, apresenta a maior densidade habitacional, seguindo-se a UP6 (que engloba as freguesias de Águas Santas e Pedrouços).

Gueifães e Águas Santas são as freguesias que registam uma densidade habitacional superior, pelo contrário, Folgosa e S. P. Fins apresentam uma densidade habitacional inferior, cada uma com cerca de 150 alojamentos por km² (pelo que, a UP 5 é a unidade de planeamento com uma menor densidade habitacional).

A meta definida para o presente indicador foi a de ter uma densidade habitacional crescente nas freguesias urbanas e, por outro lado, uma estabilização nas freguesias rurais do concelho. Face à evolução do presente indicador no período compreendido entre 2001 e 2011, o objetivo está a ser cumprido.

Tema Povoamento	Subtema Construção e Habitação	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise hab./alojamento	Periodicidade Anual	Fonte INE (Recenseamentos de 2001- Dados definitivos e 2011 – dados Provisórios, e Estatísticas Obras Concluídas)
Descrição/Metodologia Número médio de habitantes por cada unidade de alojamento.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos	Meta/Objetivo Município Não definida.
---	---

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

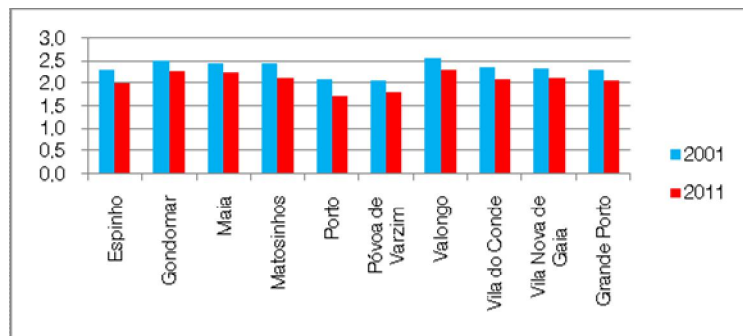
Quadros/Representação Gráfica

Ano	Hab./Fogo
2001	2,5
2002	2,3
2003	2,3
2004	2,3
2005	2,3
2006	2,3
2007	2,3
2008	2,3
2009	2,4
2010	2,4
2011	2,3

Unidade de Planeamento	Habitantes/Fogo	
	2001	2011
UP1	2,4	2,2
UP2	2,6	2,3
UP3	2,5	2,3
UP4	2,6	2,4
UP5	2,8	2,5
UP6	2,4	2,2
Total	2,5	2,3

Habitantes/Fogo, Unidade de Planeamento

Evolução Habitantes/fogo, Maia



Habitantes por Fogo, Grande Porto

Análise Sumária

Em 2001, o número médio de habitantes por fogo na Maia era de 2,5, decrescendo até 2011, passando para 2,3 hab./fogo.

A UP5, constituída pelas freguesias de Folgosa e São Pedro de Fins, área com menor densidade populacional e habitacional, apresenta o maior n.º de habitantes por fogo, traduzindo a existência de um número mais significativo de alojamentos unifamiliares e de agregados familiares de maior dimensão.

O Grande Porto apresentava em 2011 uma média de 2,1 habitantes/fogo, pelo que, a Maia apresenta um número de habitantes por alojamento superior à média do Grande Porto. O concelho do Porto e da Póvoa de Varzim apresentam o menor rácio de população residente por alojamento, respetivamente 1,7 e 1,8 habitantes por fogo.

Tema

Povoamento

Subtema

Construção e Habitação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Recenseamentos de 2001- Dados definitivos e 2011 – dados Provisórios, e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

N.º de edifícios existentes por freguesia (avaliação decenal, anualmente apenas por concelho).

Um edifício é uma construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins (conceito do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

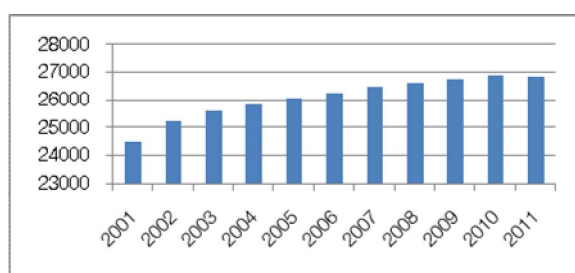
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Espaço Geográfico	Edifícios		Peso relativo 2011
	2001	2011	
Espinho	8027	8898	3,2
Gondomar	35204	36560	13,4
Maia	24500	26835	9,8
Matosinhos	33703	33413	12,2
Porto	46681	44472	16,2
Póvoa de Varzim	15219	17062	6,2
Valongo	17246	18483	6,8
Vila do Conde	20422	22917	8,4
Vila Nova de Gaia	63742	65147	23,8
Grande Porto	264744	273787	100,0

N.º de Edifícios, Grande Porto



Evolução dos Edifícios, Maia

Unidade de Planeamento	Freguesia	Edifícios - 2001		Edifícios - 2011	
UP 1	Moreira	2282	3924	2459	4224
	V. N. Telha	1642		1765	
UP 2	Barca	721	3770	834	4197
	Gemunde	1125		1131	
	Gondim	548		621	
	S. P. Avioso	645		824	
	S. M. Avioso	731		787	
UP 3	Gueifães	2315	5699	2509	6224
	Maia	1308		1395	
	Vermoim	2076		2320	
UP 4	Nogueira	996	2794	1244	3230
	Milheiros	1209		1264	
	Silva Escura	589		722	
UP 5	Folgosa	1012	1457	1307	1862
	S. P. Fins	445		555	
UP 6	Águas Santas	4186	6856	4508	7098
	Pedrouços	2670		2590	
Total		24500		26835	

N.º de Edifícios, por UP e freguesia

Análise Sumária

De acordo com os dados definitivos do Recenseamento de 2001, em 2001, o concelho da Maia registava um total de 24.500 edifícios. As estimativas das obras concluídas ao longo de 2002 até 2010 apontavam para um crescimento exponencial do número de edifícios. Neste sentido, os dados provisórios do recenseamento de 2011 apontam para a existência de um total de 26.835 edifícios, valor superior ao registado em 2001.

Em 2011, o número total de edifícios existentes na Maia corresponde a cerca de 9,8% do total de edifícios do Grande Porto, sendo o quinto concelho da área metropolitana que mais contribui para o n.º de edifícios. Vila Nova de Gaia, por si só, representa quase ¼ dos edifícios existentes no Grande Porto.

Numa desagregação ao nível das Unidades de Planeamento e das freguesias do concelho da Maia, as dinâmicas mostram a existência de realidades distintas de densidade construtiva e, no período de 2001 a 2011, acompanham a tendência de crescimento verificada ao nível do concelho.

À semelhança do ocorrido ao nível da população residente e dos alojamentos, a UP6 é a unidade de planeamento que concentra mais edifícios e a UP5 situa-se na posição contrária.

Tema

Povoamento

Subtema

Construção e Habitação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Recenseamentos de 2001- Dados definitivos e 2011 – dados Provisórios, e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

Variação ocorrida nos edifícios verificada num determinado território e período.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

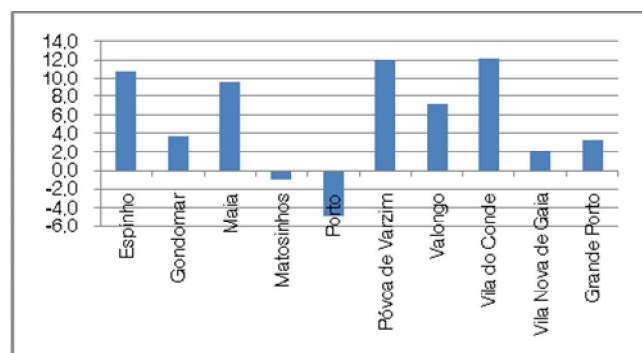
Superior média do Grande Porto

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Taxa Crescimento Edifícios Grande Porto, 2001-2011

Unidade de Planeamento	Freguesia	Variação Edifícios 2001-2011	
		Unidade de Planeamento	Freguesia
UP 1	Moreira	7,65	7,76
	V. N. Telha		7,49
UP 2	Barca	11,33	15,67
	Gemunde		0,53
	Gondim		13,32
	S. P. Avioso		27,75
	S. M. Avioso		7,66
UP 3	Gueifães	9,21	8,38
	Maia		6,65
	Vermoim		11,75
UP 4	Nogueira	15,60	24,90
	Milheirós		4,55
	Silva Escura		22,58
UP 5	Folgosa	27,80	29,15
	S. P. Fins		24,72
UP 6	Águas Santas	3,53	7,69
	Pedrouços		-3,00
Total		9,5	

Taxa Crescimento Edifícios, Maia

Análise Sumária

No período compreendido entre 2001 e 2011, na Maia o crescimento do número de edifícios foi de 9,5%, valor superior à média do Grande Porto (3,4%). Vila do Conde e Póvoa de Varzim foram os concelhos com um crescimento mais significativo. Porto e Matosinhos registaram um decréscimo do número de edifícios.

No que diz respeito ao crescimento por Unidade de Planeamento observa-se que a unidade de planeamento com um menor número absoluto de edifícios (UP5) foi a que, no período entre 2001 e 2011, apresentou o maior crescimento (27,8%). A Unidade de Planeamento que apresenta uma maior densidade habitacional e de edifícios (UP1) registou, pelo contrário, a menor taxa de crescimento, com apenas cerca de 3,5%. Tendo em conta que a UP1 foi a unidade que registou um maior crescimento populacional, resulta que naquele espaço geográfico ainda existia uma capacidade de absorção da procura.

Ao nível das freguesias, a evolução do n.º de edifícios não acompanha diretamente a evolução já apresentada relativamente ao crescimento dos alojamentos.

Assim, enquanto S. P. Avioso se destacou claramente como a freguesia com o maior crescimento de alojamentos, quanto ao crescimento do número de edifícios foi a freguesia de Folgosa que se demarcou, com uma variação de quase 30%.

Pedrouços foi a única freguesia do concelho a registar uma evolução negativa do número de alojamentos, com menos 3%.

Tema

Povoamento

Subtema

Construção e Habitação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Recenseamentos de 2001- Dados definitivos e 2011 – dados Provisórios, e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

N.º médio de alojamentos por edifício.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

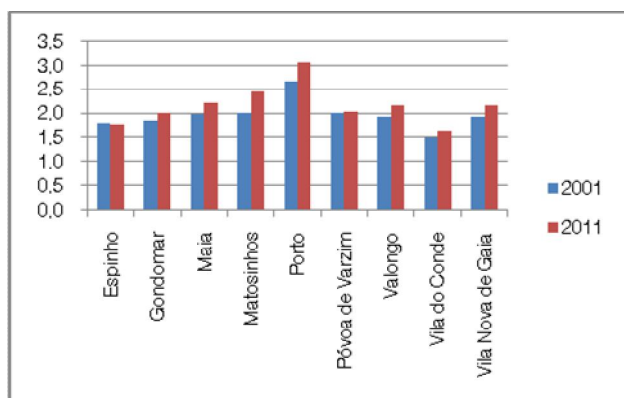
Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Alojamentos por Edifício, Grande Porto

Unidade de Planeamento	Alojamentos/Edifícios	
	2001	2011
UP 1	1,7	2,0
UP 2	1,6	1,9
UP 3	2,5	2,8
UP 4	1,5	1,7
UP 5	1,3	1,2
UP 6	2,3	2,6
Total	2,0	2,2

Alojamentos por Edifício, por UP

Ano	Aloj./Edifício
2001	2,0
2002	2,1
2003	2,2
2004	2,2
2005	2,2
2006	2,3
2007	2,3
2008	2,3
2009	2,3
2010	2,3
2011	2,2

Alojamentos por Edifício, Maia

Freguesia	Alojamentos/Edifícios	
	2001	2011
Águas Santas	2,5	2,7
Barca	1,3	1,2
Folgosa	1,3	1,2
Gemunde	1,5	1,9
Gondim	1,3	1,3
Gueifães	1,9	2,0
Maia	3,2	4,1
Milheirós	1,4	1,6
Moreira	1,9	2,4
Nogueira	1,8	1,9
Pedrouços	2,0	2,4
S. M. Avioso	2,0	2,5
S. P. Avioso	1,7	2,2
S. P. Fins	1,4	1,3
Silva Escura	1,4	1,4
Vermoim	2,8	2,9
V. N. da Telha	1,3	1,5
Total	2,0	2,2

Alojamentos por Edifício, por freguesia

Análise Sumária

A Maia apresentava, em 2011, uma média de 2,2 alojamentos por edifício, valor superior ao registado em 2001, que foi de 2,0, o que traduz um aumento da construção de edifícios de carácter multifamiliar. Em ambos os períodos, é na freguesia da Maia que a média de alojamentos por edifício é superior.

Em 2011, foram os concelhos do Porto e de Matosinhos que registaram uma média de alojamentos por edifício mais elevada.

Fogos Habitação Social		N.º 53	Tendência						
Tema Povoamento	Subtema Construção e Habitação	Modelo DPSIR Resposta							
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ, Espaço Municipal, E.M.)							
Descrição/Metodologia Evolução do n.º total de fogos destinados a habitação social no concelho									
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos		Meta/Objetivo Município Não definida							
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -							
Quadros/Representação Gráfica									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º Fogos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>2453</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>2440</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fogos de Habitação Social, Maia</p>				Ano	N.º Fogos	2010	2453	2011	2440
Ano	N.º Fogos								
2010	2453								
2011	2440								
Análise Sumária									
De acordo com dados disponibilizados pelo Departamento de Educação, Ação Social e Juventude da Câmara Municipal, em 2011, no concelho da Maia, existia um total de 2440 fogos destinados a habitação social, verificando-se um ligeiro decréscimo relativamente aos dados apurados para o ano de 2010.									

N.º de Pedidos Habitação Social		N.º 54	Tendência								
Tema Povoamento	Subtema Construção e Habitação	Modelo DPSIR Estado									
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Espaço Municipal, EM, DEASJ)									
Descrição/Metodologia Evolução do número de pedidos de atribuição de fogos destinados a habitação social.											
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos		Meta/Objetivo Município Não definida									
Documentos Referência Estratégica Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2010		Metas Estratégicas -									
Quadros/Representação Gráfica											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º Pedidos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2009</td> <td>476</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>301</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>132</td> </tr> </tbody> </table>				Ano	N.º Pedidos	2009	476	2010	301	2011	132
Ano	N.º Pedidos										
2009	476										
2010	301										
2011	132										
Pedidos de Habitação Social, Maia											
Análise Sumária Em 2009 deram entrada na Câmara Municipal - Espaço Municipal um total de 476 pedidos para atribuição de habitação social. Em 2010 decresceu o n.º de pedidos para 301, e, em 2011, a informação cedida pelo Departamento de Educação, Ação Social e Juventude, aponta para um total de 132 pedidos de habitação social.											

N.º de Fogos de Habitação Social Atribuídos		N.º 55	Tendência						
Tema Povoamento	Subtema Construção e Habitação	Modelo DPSIR Resposta							
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ, Espaço Municipal, EM)							
Descrição/Metodologia Evolução do n.º total de fogos destinados a habitação social no concelho atribuídos/ocupados.									
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos		Meta/Objetivo Município Não definida							
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -							
Quadros/Representação Gráfica									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º Fogos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>2453</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>59*</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Corresponde a fogos atribuídos apenas em 2011</p> <p>Fogos de Habitação Social Atribuídos, Maia</p>				Ano	N.º Fogos	2010	2453	2011	59*
Ano	N.º Fogos								
2010	2453								
2011	59*								
Análise Sumária									
<p>Em 2010, do total de 2453 fogos destinados a habitação social existentes, estavam atribuídos 2379 fogos, correspondendo a diferença a fogos para os quais se previa a demolição a curto prazo ou a fogos que estavam a ser sujeitos a obras de reparação/reabilitação para efeitos de atribuição.</p> <p>De acordo com a informação prestada pelo Departamento de Educação, Ação Social e Juventude, durante 2011 foram atribuídos um total de 59 fogos para habitação social.</p>									

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Povoamento	Coesão Urbana	Pressão
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
n.º	Anual	CMM (DPTUP e DGU)

Descrição/Metodologia

N.º e área de pedidos de parecer para a inutilização de solos em Reserva Agrícola Nacional

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano (...); Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos;

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

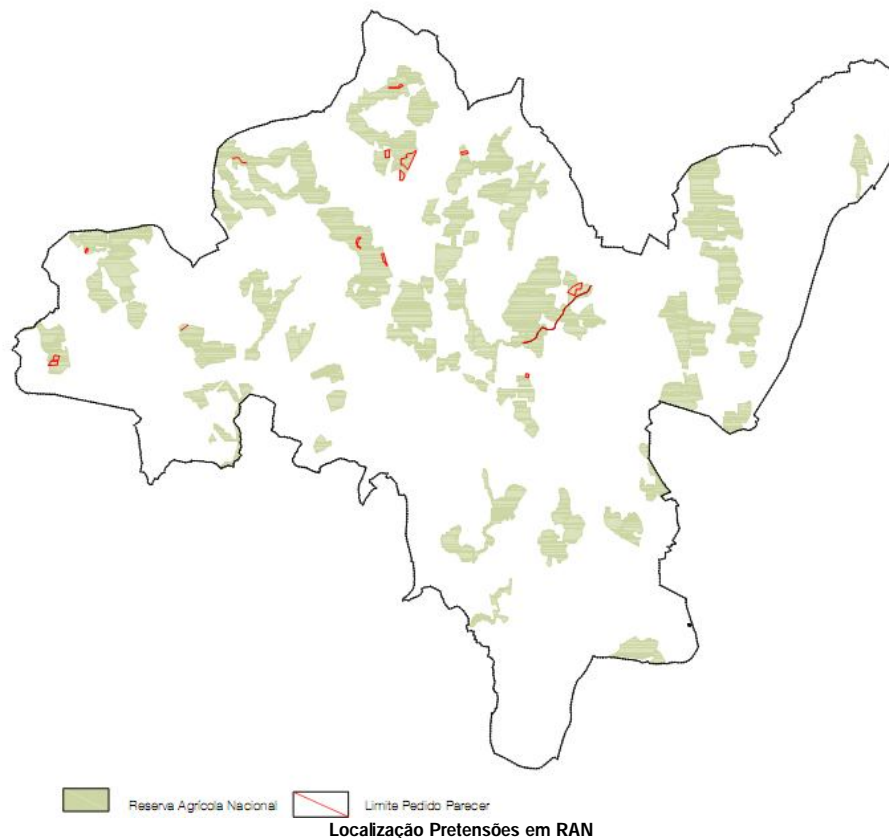
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Total	Tipologia					
		Obras Finalidade Agrícola	Habitação Própria	Infraestrutura Pública Rodoviária	Equipamento Público	Obras indispensáveis à proteção civil	Sem Enquadramento
2009	7	1	2	1	2		1
2010	5		1		2	2	
2011	3	1			2		

Pedidos de Inutilização RAN

**Análise Sumária**

Em 2009, registou-se um total de 7 pedidos de inutilização do solo agrícola, que correspondiam à construção de equipamentos públicos (2), à construção de uma infraestrutura rodoviária, à construção de habitação própria (2) e à construção/ampliação de exploração bovina. Havendo ainda um dos pedidos de parecer para inutilização de solo agrícola que não se enquadrava no regime jurídico da RAN e que foi indeferido.

Em 2010, foram 5 os pedidos de inutilização do solo agrícola, correspondendo a 2 pedidos de construção de um equipamentos públicos, a um pedido de construção de habitação própria e a 2 pedidos para a intervenção em duas linhas de água do concelho, com vista à desobstrução e regularização das mesmas. De salientar que estas últimas suas intervenções, e ainda que incidam em área integrada na RAN, não põem em causa a finalidade agrícola do contínuo natural que integram.

Em 2011, registou-se apenas 3 pedidos de utilização não agrícola de áreas de RAN, correspondendo dois a pedidos de construção de equipamentos públicos e um à construção de uma construção de apoio à atividade agrícola.

Como os pedidos de inutilização do solo agrícola podem acabar por não ser executados por diversas razões, os indicadores seguintes analisam as intervenções que efetivamente ocorreram em áreas de RAN, diferenciando por tipologia e por área inutilizada.

Intervenções em RAN		N.º 63	Tendência																
Tema Povoamento	Subtema Coesão Urbana	Modelo DPSIR Pressão																	
Unidade Análise n.º/m ²	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DPTUP, DCEM, DGU)																	
Descrição/Metodologia N.º e área de reserva agrícola nacional inutilizada para outros usos e ações previstos no regime jurídico da RAN.																			
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano (...); Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos;		Meta/Objetivo Município Não definida																	
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -																	
Quadros/Representação Gráfica																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Freguesia</th> <th>Tipologia</th> <th>Área Inutilizada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2009</td> <td>Moreira</td> <td>Construção Arruamento Pedras Rubras</td> <td>6427,95</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>Vila Nova da Telha</td> <td>Construção Equipamento Habitação Social</td> <td>1000,00</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>Folgosa</td> <td>Construção de Vacaria</td> <td>1276,00</td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;">Intervenções em áreas de RAN</p>				Ano	Freguesia	Tipologia	Área Inutilizada	2009	Moreira	Construção Arruamento Pedras Rubras	6427,95	2011	Vila Nova da Telha	Construção Equipamento Habitação Social	1000,00	2011	Folgosa	Construção de Vacaria	1276,00
Ano	Freguesia	Tipologia	Área Inutilizada																
2009	Moreira	Construção Arruamento Pedras Rubras	6427,95																
2011	Vila Nova da Telha	Construção Equipamento Habitação Social	1000,00																
2011	Folgosa	Construção de Vacaria	1276,00																
Análise Sumária																			
<p>No que diz respeito à inutilização de área de RAN para outros fins ou ações para além de processos de gestão urbanística, nomeadamente no que diz respeito à construção de equipamentos e infraestruturas, no decorrer de 2009, procedeu-se à abertura de um arruamento em Moreira cujo traçado é coincidente com área de reserva agrícola nacional, com uma área inutilizada total de aproximadamente 6 427,95 m², não se tendo registado nenhuma ocorrência em 2010.</p> <p>Em 2011, registou-se a construção de um equipamento de interesse público em área de reserva agrícola nacional, abrangendo uma área total de inutilização de 1.000 m², e bem ainda à construção de uma vacaria, com uma área total de 1276 m².</p> <p>Assim, a inutilização de solo agrícola para outros usos e ações correspondeu a uma total de 8.703,95 m², a qual representa cerca de 0.05% da área total de RAN do município.</p>																			

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Povoamento	Coesão Urbana	Pressão
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
n.º	Anual	CMM (DPTUP)

Descrição/Metodologia

N.º e tipologia dos pedidos de intervenção em Reserva Ecológica Nacional

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo da mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos, pela salvaguarda e valorização dos elementos naturais;

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

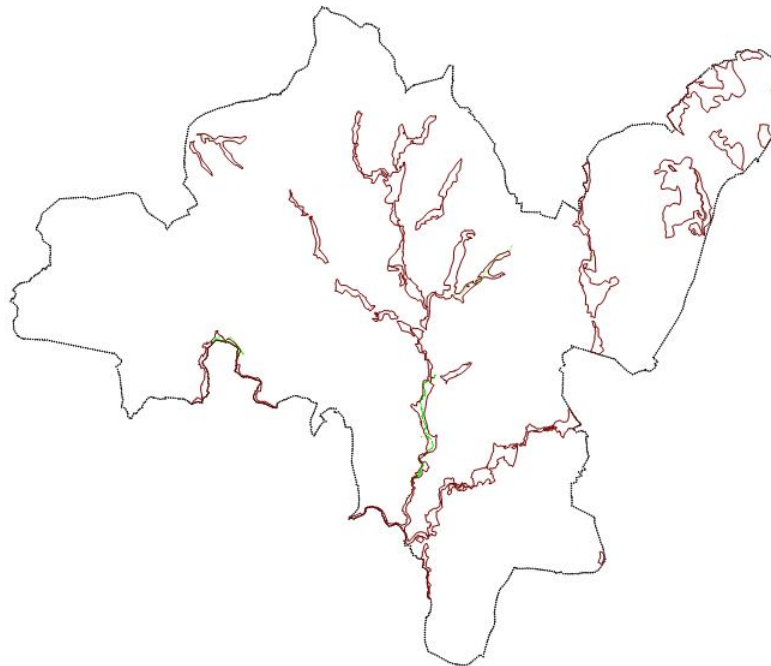
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Total	Tipologia				
		Espaço Verde	Desassoreamento de Ribeiras	Reabilitação ribeira e abertura percurso pedonal	Construção travessia hidráulica	Apoio Agrícola
2009	1	1				
2010	5		3	1	1	
2011	1					1

Pedidos de Intervenção em REN



Localização dos Pedidos de Intervenção em REN


Análise Sumária

Em 2009, a Câmara Municipal, no âmbito do Projeto de execução do designado Parque Urbano de Moreira solicitou a autorização para a ocupação de solos integrados na REN, nas margens do Rio Liça, junto à ETAR de Ponte de Moreira, tendo a presente pretensão obtido parecer favorável por parte da CCDR-N e da ARH-N, na medida que a mesma revela interesse para a população do município da Maia, assim como para a Grande Área Metropolitana do Porto, por se tratar da integração na rede de parques naturais, e bem ainda pelo facto de as ações propostas se coadunarem com o PDM tal como com o atual regime da REN, correspondendo a intervenção em Parque Urbano, intervenção que ainda não foi executada.

Em 2010, foram 5 os pedidos de intervenção em REN, correspondentes a limpeza, desobstrução e regularização de linhas de água e a limpeza de ribeira e criação de percursos pedonais, e bem ainda à construção de uma passagem hidráulica, intervenções que ainda não foram executadas.

Já em 2011, deu entrada na Câmara Municipal apenas um pedido de intervenção para a construção de estruturas de apoio à pecuária, em parcela de terreno sobre a qual recai um subsistema de REN, cuja intervenção abrange 1276 m² de reserva, a qual ainda não foi alvo de decisão.

Intervenções em REN		N.º 65	Tendência
Tema Povoamento	Subtema Coesão Urbana	Modelo DPSIR Pressão	
Unidade Análise n.º/m²	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DGU)	
Descrição/Metodologia N.º, tipologia e área de intervenção de processos de operações urbanísticas e das demais intervenções em área abrangida por Reserva Ecológica Nacional.			
Objetivos PDM/Fator Ambiental Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo da mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos, pela salvaguarda e valorização dos elementos naturais;		Meta/Objetivo Município Não definida	
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -	
Quadros/Representação Gráfica			
Ano	N.º Processos	Área Intervenção	
2009	0	0	
2010	0	0	
2011	1	1276	
Processos em REN			
Análise Sumária			
<p>De acordo com a informação recolhida, durante 2009 e 2010 não se registou qualquer processo de operações urbanísticas em área coincidente com a reserva ecológica nacional.</p> <p>Quanto a 2011, deu entrada na Câmara Municipal o processo de legalização de uma instalação pecuária cuja implantação abrange terrenos de REN.</p> <p>no âmbito das intervenções em REN, desde a entrada em vigor do PDM, surgiram um total de 7 pedidos de autorização para a realização de ações integrados em REN.</p> <p>No entanto, pode acontecer que desses pedidos ou não obtenham parecer favorável por parte das entidades respetivas ou, após parecer positivo, os mesmos não cheguem a ser concretizados, uma vez que caducam no prazo de um ano após a emissão do parecer.</p> <p>Assim, sendo essencial conhecer efetivamente quais os pedidos que são concretizáveis, após confirmação dos dados anteriormente apresentados, constata-se que, durante a vigência do PDM revisto, não se realizou qualquer intervenção em área abrangida por reserva ecológica nacional, com a exceção da situação da instalação pecuária, em processo de legalização, apresentada.</p>			

Unidades Industriais Deficientemente Localizadas Território		N.º 67	Tendência
Tema Povoamento	Subtema Coesão Urbana	Modelo DPSIR Pressão	
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DPTUP)	
Descrição/Metodologia Levantamento das indústrias existentes em todo o território concelhio em áreas não classificadas no PDM em vigor como área de atividades terciárias e áreas de indústria e armazenagem.			
Objetivos PDM/Fator Ambiental		Meta/Objetivo Município Não definida	
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -	
Quadros/Representação Gráfica			
			
Unidades Industriais Deficientemente Localizadas			
Análise Sumária			
<p>Uma das grandes preocupações do PDM, expressa nas suas grandes linhas orientadoras, prende-se com o ordenamento das atividades industriais e de armazenagem, que surgem dispersas por todo o concelho, muitas vezes em situações de incompatibilidade com outras atividades, outras em evidente conflito com valores naturais, como linhas de água e suas margens, ou em sítios de elevado interesse paisagístico.</p> <p>Embora se tenha conhecimento da existência de unidades industriais deficientemente localizadas, não existe um conhecimento absoluto do total de unidades industriais no concelho, localizadas em áreas não classificadas no PDM como áreas de indústria e armazenagem ou áreas de atividades terciárias, tendo o anterior REOT apontado como proposta a inclusão do presente indicador.</p> <p>Assim, do levantamento efetuado registou-se um total de 36 unidades industriais deficientemente localizadas, estando 4 em solo rural e 32 em solo urbano. Dentro do solo classificado como urbano, que corresponde à maioria das empresas, as mesmas distribuem-se por áreas classificadas como áreas de habitação coletiva (HC1 e HC2), áreas de habitação unifamiliar (HU1 e HU2), áreas de habitação coletiva consolidadas, áreas verdes de enquadramento e áreas de estruturação especial.</p> <p>Com vista a alcançar o cumprimento do objetivo relativo à deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas no território, a Câmara Municipal deve identificar incentivos para a deslocalização das mesmas.</p>			

Tema

Povoamento

Subtema

Desenho Urbano

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

n.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DPTUP)

Descrição/Metodologia

N.º e área abrangida pelos planos de pormenor em solo urbano e em solo rural em vigor, avaliando a respetiva percentagem face ao total da área do concelho e à área urbana.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Recurso ao desenho urbano como instrumento de gestão ativa e concertada

Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território concelhio

Meta/Objetivo Municipio

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	PP Solo Urbano		PP Solo Rural		Área concelho abrangida PP	Solo Urbano abrangido PP
	N.º	Área (ha)	N.º	Área (ha)	%	%
2009	0	0	0	0	0	0
2010	1	41,4	0	0	0,5	0,9
2011	1	41,4	0	0	0,5	0,9

Planos de Pormenor em Vigor

Análise Sumária

Com a publicação em Diário da República do Aviso n.º 21989/2010, de 29 de Outubro, que publica o Plano de Pormenor da Quinta da Picua e Áreas Envolventes, existe, no concelho da Maia, apenas um plano de pormenor em vigor, que corresponde a uma área total de 41,4 ha.

A área do concelho abrangida por plano de pormenor em vigor é de apenas 0,5 ha, passando para 0,9 ha quando se tem em consideração a relação com a área do concelho classificada no PDM como solo urbano.

Tema

Povoamento

Subtema

Desenho Urbano

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

n.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DPTUP)

Descrição/Metodologia

N.º e área abrangida pelos planos de pormenor em elaboração no concelho, avaliando a respetiva percentagem face ao total da área do concelho e à área urbana.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Recurso ao desenho urbano como instrumento de gestão ativa e concertada

Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território concelhio

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	PP Elaboração		% área Concelho	% Solo Urbano
	N.º	Área (ha)		
2009	4	106	1,3	2,2
2010	4	115,9	1,4	2,4
2011	5	124,4	1,5	2,6

Planos de Pormenor em Elaboração

Análise Sumária

Tanto em 2009 como em 2010, no território concelhio encontra-se em elaboração quatro planos de pormenor, que abrangiam uma área total de 106 ha e de 115,9 ha, respetivamente. A alteração ocorrida de 2009 para 2010, prende-se com a entrada em vigor do Plano de Pormenor da Quinta da Picua e Áreas Envolventes, e com a decisão de retomar a elaboração do PP de Nogueira/Milheirós.

Para além dos planos em elaboração em 2010, em 2011, a Câmara Municipal deliberou a elaboração de mais um plano, designadamente o Plano de Pormenor do Centro da Cidade, que abrange uma área total de 8,5 ha, totalizando a área dos planos em elaboração durante 2011 cerca de 124,4 ha.

Assim, ao longo dos anos em análise observa-se um franco crescimento da área total do concelho e da área urbana do concelho abrangida por plano de pormenor, correspondendo, em 2011, a 1,5% da área do concelho e a 2,6% do solo urbano do concelho.

Tema

Povoamento

Subtema

Desenho Urbano

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

n.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DPTUP)

Descrição/Metodologia

N.º e área abrangida por unidades de execução aprovadas e em elaboração.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Recurso ao desenho urbano como instrumento de gestão ativa e concertada

Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território concelhio

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	UE aprovada		UE elaboração	
	N.º	Área (ha)	N.º	Área (ha)
2009	0	0	n.a	n.a
2010	0	0	9	306,5
2011	1	11,1	8	124,6

n.a – Não Avaliado

Unidades de Execução**Análise Sumária**

No que diz respeito ao instrumento de execução designado por Unidade de Execução, em 2011, a Câmara Municipal aprovou a delimitação da UE da Zona Desportiva da Cidade, referente a todo o quarteirão da zona desportiva em que se insere, nomeadamente, o Estádio Prof. Dr. José Vieira de Carvalho, o Complexo Municipal de Ténis e o Complexo Municipal de Ginástica.

Durante a vigência do atual PDM, a Câmara Municipal desenvolveu procedimentos com vista à delimitação e aprovação de outras unidades de execução, tendo desenvolvido os trabalhos preparatórios de formalização da proposta.

Em 2010 eram 9 as UE em elaboração e em 2011 eram 8, sendo a área de intervenção de 306,5 ha e de 124,6 ha, respetivamente. Às UE em elaboração correspondem diferentes níveis de execução.

Tema Povoamento	Subtema Património	Modelo DPSIR Resposta
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DCT)
Descrição/Metodologia N.º de imóveis classificados e em vias de classificação.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural	Meta/Objetivo Município Crescente
---	---

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2008	3
2009	3
2010	3
2011	3

Património Classificado ou em Vias

Análise Sumária

Como Património Classificado, temos a Igreja de N. Senhora do Ó, em Águas Santas e o Marco Miliário, o qual foi trasladado para o Museu Etnológico da Maia como medida de preservação do mesmo; e como Património em Vias de Classificação encontra-se o Conjunto constituído pela Igreja e Casa do Mosteiro de S. Salvador de Moreira.

Relativamente a este último, importa desde já referir que foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 18, o Anúncio n.º 1520/2012, por parte do IGESPAR, que publicita o Projeto de Decisão relativo à classificação como Monumento de Interesse Público (MIP) da Igreja e Casa do Mosteiro de S. Salvador de Moreira, freguesia de Moreira da Maia, concelho da Maia, distrito do Porto, e à fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP), aguardando-se a respetiva decisão final.

Tema

Povoamento

Subtema

Património

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DCT)

Descrição/Metodologia

Áreas submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial do património edificado.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Medidas
2008	0
2009	0
2010	0
2011	8

Medidas valorização e Proteção**Análise Sumária**

Para além do património classificado e em vias de classificação, no âmbito do processo de revisão do PDM procedeu-se a uma atualização dos imóveis arrolados como Património Edificado, sendo que na Carta de Ordenamento – Património Edificado, foram registados 436 elementos, dentro dos quais edifícios religiosos, edifícios civis, pontes, edifícios escolares, tanques, entre outros.

Após a publicação do PDM, e em complemento das medidas definidas ao nível do regulamento do PDM de proteção destes imóveis, foram realizadas por parte da Câmara Municipal medidas ou ações de valorização e de proteção patrimonial dos imóveis arrolados como património edificado, muito concretamente ao nível da ampliação e beneficiação de 7 equipamentos escolares.

Como medida de proteção e valorização do património edificado considerou-se igualmente o procedimento em curso de classificação como imóvel classificado do Mosteiro de Moreira.

Assim, julga-se que uma das medidas a implementar passa pelo desenvolvimento, pelo Departamento de Cultura e Turismo, de ações de sensibilização e divulgação com vista à promoção e valorização do património edificado e fomento de uma maior pedagogia de identidade cultural, bem como de ações de promoção do património edificado para utilizações ligadas ao turismo rural ou de habitação ou a outras atividades que potenciem a sua manutenção e recuperação.

Tema

Povoamento

Subtema

Património

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DCT)

Descrição/Metodologia

N.º de prospeções em áreas de património arqueológico e área abrangida pelas mesmas.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º	Área (ha)
2009	2	n.d
2010	12	n.d
2011	27	60

Prospeções em Património Arqueológico

Análise Sumária

Durante o ano de 2009 os trabalhos de prospeção arqueológica incidiram nas freguesias de Silva Escura e Barca. Nesta última, foram detetadas as primeiras evidências de artefactos cerâmicos da Idade do Bronze no cume do Monte de Santa Cruz. Este facto, juntamente com a referência realizada nas memórias paroquiais sobre a existência de uma muralha em talude de terra, cuja origem é atribuída aos Mouros ou Cristãos, justificam a delimitação da zona proteção arqueológica definida no processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Já em 2010 foram realizadas 12 saídas para trabalhos arqueológicos de prospeção, com a adição de novos sítios para adição à Carta Arqueológica.

Em 2011, foram realizadas, por parte do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal, 27 saídas de campo para prospeção arqueológica, com uma área prospectada que ronda os 60 ha.

Embora os dados apresentados representem apenas a atividade municipal nesta matéria, importa referir que, durante 2011, realizaram-se, no território concelhio, um conjunto de prospeções em áreas de património arqueológico, decorrentes da realização de projetos promovidos por entidades públicas ou privadas, designadamente no âmbito dos estudos de impacte ambiental do prolongamento da Linha Verde do Metro, da variante à EN14, da N13 e do *Business Maia Park*.

O crescimento das áreas de prospeção contribui para a salvaguarda do património arqueológico do concelho.

Tema Povoamento	Subtema Património	Modelo DPSIR Resposta
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DCT)
Descrição/Metodologia Áreas submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial (Património Arqueológico)		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural	Meta/Objetivo Município Crescente
---	---

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º	Descrição
2009	1	Mamoia 5 Leandro
2010	2	Lugar Barroso, Nogueira Mamoia 5 Leandro
2011	10	Barroso, Nogueira da Maia Mamoia 1 de Estourandos, Quinta do Penedo, Taim 7, Menir de Taim 2, Agra Arcos Barroso, Nogueira da Maia Forca, Aldeia Nova, Barca

Áreas submetidas a medidas de valorização

Análise Sumária

No que diz respeito às áreas de património arqueológico submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial realizaram-se, em 2009, ações de valorização e preservação da Mamoia 5 do Leandro. As medidas de valorização realizadas na Mamoia 5 do Leandro consistiram em ações de limpeza de matos e lixeiras na envolvente deste monumento. Foram ainda efetuadas ações de consolidação das estruturas arqueológicas assim como o aterro das valas abertas.

Durante o ano de 2010 foram submetidas duas zonas a ações de valorização patrimonial, concretamente o sítio arqueológico do Barroso, em Nogueira (escavações arqueológicas que abrangeram 900 m²) e na Mamoia do Leandro (trabalhos de limpeza, sinalização de segurança e monitorização).

Em 2011, o somatório das áreas submetidas a proteção património arqueológico foi de 54.5 hectares, este valor corresponde às 8 novas áreas de proteção arqueológica a considerar no âmbito da proposta alteração ao PDM, correspondendo aos seguintes sítios arqueológicos: Barroso, Mamoia 1 de Estourandos, Quinta do Penedo, Taim 7, Menir de Taim 2, Agra, Aldeia Nova e Arcos. Foram ainda intervencionados pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal, e de acordo com informação prestada pelo mesmo, dois sítios arqueológicos já presentes na Carta de Património Arqueológico: Barroso, Nogueira da Maia e Forca, Aldeia Nova, Barca.

N.º de Unidades de Saúde		N.º 80	Tendência										
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Saúde	Modelo DPSIR Estado											
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Gabinete Saúde)											
Descrição/Metodologia N.º de Unidades Locais de Saúde, do Serviço Nacional de Saúde. Adota-se a terminologia de Unidade de Saúde, a qual por opção do Governo substituiu as designações anteriormente utilizadas de Centros de Saúde e Extensões de Saúde.													
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida											
Documentos Referência Estratégica Plano Nacional de Saúde 2004-2010 Plano Nacional de Saúde 2011-2016 (Versão discussão pública)		Metas Estratégicas -											
Quadros/Representação Gráfica													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Unidades Saúde</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2008</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>5</td> </tr> </tbody> </table> <p>Unidades de Saúde, Maia</p>				Ano	Unidades Saúde	2008	9	2009	5	2010	5	2011	5
Ano	Unidades Saúde												
2008	9												
2009	5												
2010	5												
2011	5												
Análise Sumária													
<p>Atualmente existe no concelho da Maia um total de 5 unidades de saúde (integrando os Centros de Saúde de Águas Santas, Maia e do Castelo da Maia e as extensões de Milheirós e Nogueira).</p> <p>Relativamente ao valor de referência do PDM verifica-se um decréscimo deste tipo de unidades (que agrega os centros de saúde e extensões de saúde), face à substituição deste tipo de unidades locais de saúde pelas designadas Unidades de Saúde Familiares, que serão abordados na ficha seguinte.</p>													

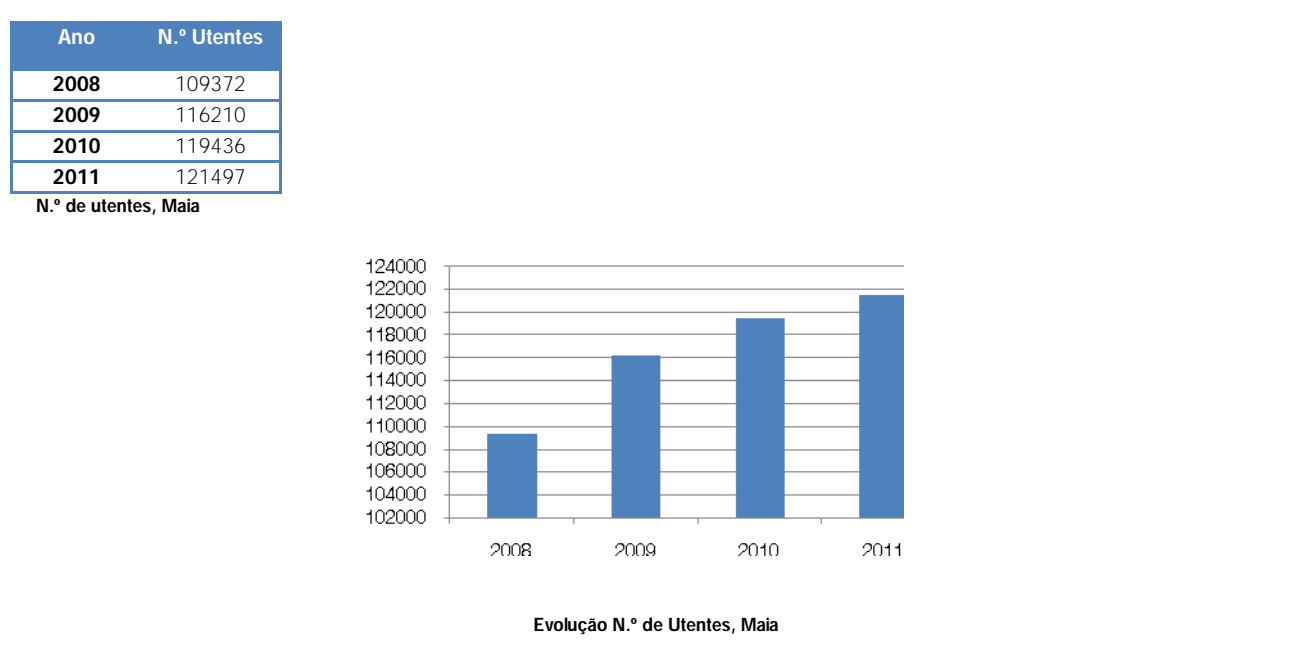
N.º de Unidades de Saúde Familiar		N.º 81	Tendência										
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Saúde	Modelo DPSIR Estado											
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Gabinete Saúde)											
Descrição/Metodologia N.º de Unidades de Saúde Familiar. Define-se como uma Unidade funcional de saúde, isto é, Unidade operativa, funcionalmente autónoma, dos Centros de Saúde dotados de personalidade jurídica e associações de centros de saúde. Compreendem as unidades de saúde familiar, de cuidados na comunidade, de saúde pública. Podem compreender ainda unidades de meios de diagnóstico e tratamento e especialidades, de internamento ou de urgência.													
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Municipio Não definida											
Documentos Referência Estratégica Plano Nacional de Saúde 2004-2010 Plano Nacional de Saúde 2011-2016 (Versão discussão pública)		Metas Estratégicas -											
Quadros/Representação Gráfica													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>USF</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2008</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>8</td> </tr> </tbody> </table> <p>Unidades de Saúde Familiar, Maia</p>				Ano	USF	2008	0	2009	7	2010	8	2011	8
Ano	USF												
2008	0												
2009	7												
2010	8												
2011	8												
Análise Sumária Desde a entrada em vigor do PDM, e muito designadamente da elaboração da designada Carta da Saúde, ocorreram transformações no âmbito do sistema organizacional dos cuidados de saúde primários públicos, pela introdução do conceito de Unidades de Saúde Familiares (USF), com reflexos positivos na prestação dos cuidados de saúde do município. Com a constituição das USF, o concelho foi dotado de um conjunto de equipamentos de saúde, que se traduziram na substituição/encerramento de algumas extensões de saúde, com carácter mais precário. Assim, atualmente a Maia já dispõe de 8 USF, designadamente: Lidador, Odisseia, Pirâmides, Íris, Viver Mais, Pedras Rubras, Alto da Maia e Saúde em Família. Relativamente a 2009, ano em que surgiram as USF no concelho, verifica-se agora a existência de mais uma USF.													

Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Saúde	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Gabinete Saúde)
Descrição/Metodologia N.º de utentes inscritos nas unidades de cuidados do serviço nacional de saúde do concelho (Unidades de Saúde e Unidades de Saúde Familiar)		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)	Meta/Objetivo Município Não definida
--	--

Documentos Referência Estratégica Plano Nacional de Saúde 2004-2010 Plano Nacional de Saúde 2011-2016 (Versão discussão pública)	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica



Análise Sumária

De acordo com os dados fornecidos pelo Gabinete de Saúde da Câmara Municipal, em 2011, encontravam-se inscritos nos equipamentos de saúde primários do concelho da Maia cerca de 121.497 utentes, verificando-se um crescimento bastante significativo relativamente ao valor de referência do PDM (109.372 utentes).

Este crescimento é fruto quer da evolução da oferta na prestação de cuidados de saúde quer do crescimento populacional que o concelho continua a registar.

Ainda assim, é importante referir que a população inscrita nos cuidados de saúde representa apenas 89,9% da população residente no concelho (135306 habitantes de acordo com os resultados preliminares dos censos de 2011).

N.º de Médicos de Medicina Geral e Familiar		N.º 83	Tendência										
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Saúde	Modelo DPSIR Estado											
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Gabinete Saúde)											
Descrição/Metodologia N.º de médicos a exercer funções nas unidades de saúde familiar do concelho.													
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida											
Documentos Referência Estratégica Plano Nacional de Saúde 2004-2010 Plano Nacional de Saúde 2011-2016 (Versão discussão pública)		Metas Estratégicas -											
Quadros/Representação Gráfica													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º Médicos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2008</td> <td>52</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>62</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>74</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>65</td> </tr> </tbody> </table> <p>N.º de Médicos, Maia</p> <p style="text-align: center;">Evolução n.º de Médicos, Maia</p>				Ano	N.º Médicos	2008	52	2009	62	2010	74	2011	65
Ano	N.º Médicos												
2008	52												
2009	62												
2010	74												
2011	65												
Análise Sumária													
<p>Atualmente estão a trabalhar nas unidades dos cuidados de saúde primária do concelho um total de 65 médicos, observando-se um crescimento francamente positivo relativamente ao valor de referência do PDM (52 médicos em 2008). No entanto, regista-se um declínio face ao resultado de monitorização do último ano.</p> <p>Regista-se uma média de 1869 utentes por cada médico a exercer funções nas unidades de saúde.</p>													

N.º de Médicos por 1000 habitantes		N.º 84	Tendência																				
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Saúde	Modelo DPSIR Estado																					
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Gabinete Saúde)																					
Descrição/Metodologia N.º de médicos a exercer funções nas unidades de saúde familiar do concelho por mil habitantes. N.º médicos/População Residente*1000																							
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida																					
Documentos Referência Estratégica Plano Nacional de Saúde 2004-2010 Plano Nacional de Saúde 2011-2016 (Versão discussão pública)		Metas Estratégicas Meta ENDS 2015: 350 médicos por 100 mil hab; Meta PNS 2004-2010:500 enf. por 100 mil hab.; 60 médicos de medicina geral e familiar por 100 mil hab; 5 médicos de saúde pública por 100 mil hab.																					
Quadros/Representação Gráfica																							
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º Médicos</th> <th>População Residente</th> <th>Médicos 1000 Hab.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2008</td> <td>52</td> <td>120111</td> <td>0,43</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>62</td> <td>140859</td> <td>0,44</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>74</td> <td>143371</td> <td>0,52</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>65</td> <td>135306</td> <td>0,48</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	N.º Médicos	População Residente	Médicos 1000 Hab.	2008	52	120111	0,43	2009	62	140859	0,44	2010	74	143371	0,52	2011	65	135306	0,48		
Ano	N.º Médicos	População Residente	Médicos 1000 Hab.																				
2008	52	120111	0,43																				
2009	62	140859	0,44																				
2010	74	143371	0,52																				
2011	65	135306	0,48																				
	<p>Médicos por Mil Habitantes</p> <p>— Médicos 100 000 hab — MFTA</p> <p>Evolução n.º de médicos por mil habitantes</p>																						
Análise Sumária																							
<p>Em 2011, o número de médicos por cada 1000 habitantes do concelho corresponde a 0,48, valor ligeiramente inferior ao registado em 2010 (rácio de 52 médicos por cada 100 mil habitantes). Ainda assim, regista-se um crescimento relativamente ao valor de referência do PDM, aproximando-se, gradualmente, do valor definido no Plano Nacional da Saúde 2004-2010 e na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável de, em 2015, atingir-se a meta de 60 médicos de medicina geral e familiar por 100 mil habitantes.</p>																							

N.º de Enfermeiros		N.º 85	Tendência
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Saúde	Modelo DPSIR Estado	
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Gabinete Saúde)	
Descrição/Metodologia N.º de enfermeiros a exercer funções nas unidades de saúde familiar do concelho.			
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Municipio Não definida	
Documentos Referência Estratégica Plano Nacional de Saúde 2004-2010 Plano Nacional de Saúde 2011-2016 (Versão discussão pública)		Metas Estratégicas -	
Quadros/Representação Gráfica			
Ano	N.º Enfermeiros		
2008	n.a		
2009	n.a		
2010	80		
2011	91		
n.a. Não avaliado			
N.º de Enfermeiros, Maia			
Análise Sumária De acordo com dados prestados pelo Gabinete de Saúde da Câmara Municipal, em 2011, trabalhavam nas unidades de saúde públicas do concelho cerca de 91 enfermeiros, com uma evolução positiva relativa a 2010 Relativamente a este indicador não é possível tirar ilações relativamente à evolução face ao valor de referência do PDM, uma vez que o mesmo até então nunca tinha sido avaliado.			

N.º de Enfermeiros por 1000 habitantes		N.º 86	Tendência
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Saúde	Modelo DPSIR Estado	
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Gabinete Saúde)	
Descrição/Metodologia N.º de enfermeiros a exercer funções nas unidades de saúde familiar do concelho por mil habitantes. N.º enfermeiros/População Residente*1000			
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida	
Documentos Referência Estratégica Plano Nacional de Saúde 2004-2010 Plano Nacional de Saúde 2011-2016 (Versão discussão pública)		Metas Estratégicas Meta ENDS 2015: 350 médicos por 100 mil hab; Meta PNS 2004-2010:500 enf. por 100 mil hab.; 60 médicos de medicina geral e familiar por 100 mil hab; 5 médicos de saúde pública por 100 mil hab.	
Quadros/Representação Gráfica			
Ano	N.º Enfermeiros	Pop. Residente	Enf. 1.000 Hab.
2010	80	145791	0,55
2011	91	135306	0,67
Análise Sumária			
<p>Com um total de 91 enfermeiros a exercer funções nas unidades de saúde do concelho em 2011, estima-se a existência de cerca de 0,67 enfermeiros por cada 1000 habitantes (tomando como dados os resultados preliminares da população residente dos censos de 2011).</p> <p>Assim, com cerca de 67 enfermeiros por 100 mil habitantes, no concelho da Maia ainda se está muito aquém de atingir a meta do Plano Nacional de Saúde 2004-2010 de 500 enfermeiros por 100 mil habitantes.</p>			

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Educação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

FonteCMM (DEASJ)/ <http://roteiro.min.edu.pt>**Descrição/Metodologia**

N.º de jardins-de-infância no concelho por entidade (pública, privada e IPSS).

Estabelecimento de Educação Pré-escolar - Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

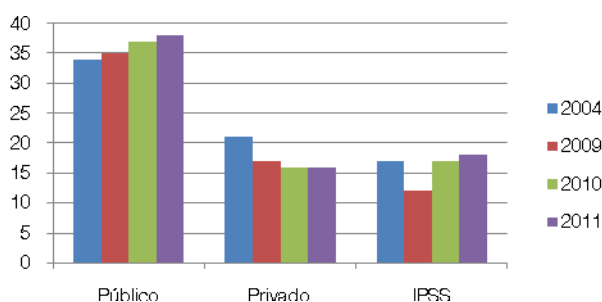
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	JI			Total
	Público	Privado	IPSS	
2004	34	21	17	72
2009	35	17	12	64
2010	37	16	17	70
2011	38	16	18	72

N.º de jardins-de-infância



Evolução n.º de jardins-de-Infância

Análise Sumária

De acordo com os dados recolhidos junto do Departamento de Educação, Ação Social e Juventude e do Roteiro das Escolas do Ministério da Educação, no ano letivo de 2011/2012, funcionavam no concelho um total de 72 estabelecimentos de educação pré-escolar, dos quais 38 públicos, 16 privados e 18 pertencentes a IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Assim, relativamente ao ano de referência do PDM, nomeadamente ano letivo de 2004/2005, dados da Carta Educativa, mantém-se o mesmo número de equipamentos pré-escolares, observando-se um crescimento dos estabelecimentos públicos e das IPSS, em contrapartida de um decréscimo dos equipamentos pertencentes a entidades privadas.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Educação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

FonteCMM (DEASJ)/ <http://roteiro.min.edu.pt>**Descrição/Metodologia**

Evolução do n.º de crianças a frequentar os estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

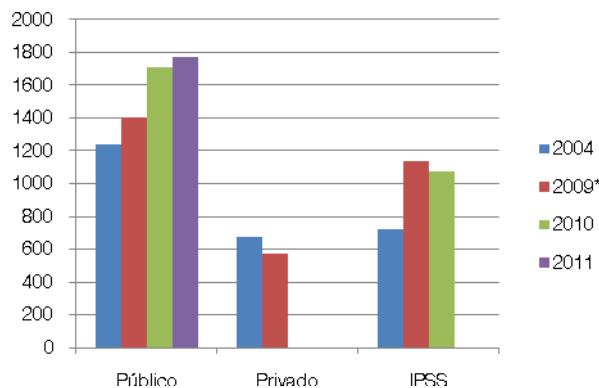
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Crianças			Total
	Público	Privado	IPSS	
2004	1237	676	720	2633
2009*	1403	576	1141	3120
2010	1709	n.d	1071	2780
2011	1771	n.d	n.d	1771

* - Sem informação relativa a 3 JI Privados
n.d. - Informação não disponível

Evolução das crianças nos jardins de infância**Evolução Crianças nos jardins-de-Infância****Análise Sumária**

De acordo com a informação disponibilizada, no ano letivo 2011/2012, inscreveram-se nos jardins-de-infância públicos cerca de 1771 crianças, verificando-se uma evolução francamente positiva face aos anos transatos. No entanto, para o mesmo período não é possível analisar a evolução nos estabelecimentos do setor privado e pertencentes a IPSS.

De salientar que, em 2010/2011, estavam inscritas na educação pré-escolar um total de 2780 crianças, sendo que 1709 das quais frequentavam o serviço público e 1071 as IPSS. Quanto ao n.º de crianças inscritas nos estabelecimentos particulares não foi possível obter dados. Ainda assim, verifica-se um crescimento de cerca de 5,5% no número total de crianças a frequentar a educação pré-escolar, relativamente ao ano letivo de 2004/2005.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Educação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

FonteCMM (DEASJ)/ <http://roteiro.min.edu.pt>**Descrição/Metodologia**

Evolução da taxa de ocupação dos estabelecimentos de educação pré-escolar.

Relação entre a capacidade de um edifício escolar em regime normal de funcionamento e o n.º de crianças que o frequentam.

Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

100%

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Taxa Ocupação		
	Público	Privado	IPSS
2004	93,4	81,9	64
2009	93,5	n.d	n.d
2010	81,4	n.d	n.d
2011	85,3	n.d	n.d

n.d - Não Disponível

Taxa de Ocupação Jardim-de-Infância

Análise Sumária

A taxa de ocupação média dos estabelecimentos públicos era de 85,3%, em 2011/2012. Este valor é inferior ao registado em 2004/2005 (93,4%), mas evidencia uma tendência crescente face ao ano letivo de 2010/2011.

Para a tipologia de equipamentos pertencentes às IPSS e à rede privada não é possível avaliar a evolução da taxa de ocupação, na medida em que não foram disponibilizados dados que permitam essa análise.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Educação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte – 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010)

Descrição/Metodologia

Evolução da taxa de pré-escolarização, também designada por taxa de cobertura da educação pré-escolar.

Relação entre o n.º de crianças a frequentar a educação pré-escolar com o n.º de crianças em idade de frequentar este nível de ensino, isto é, dos 3 aos 5 anos.

Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Municipal

90%

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Metas Estratégicas

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável apresenta como meta aumentar a frequência no pré-escolar:

- Crianças de 5 anos – atingir 100% até 2009;

- Crianças entre 3 e 5 anos – atingir 90% até 2010

- Crianças entre 0 e 3 anos – atingir 30% até 2008 e 35% em 2010

Quadros/Representação Gráfica

	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010
Portugal	78,6	78,5	79,8	83,4	85,0
Continente	78,1	78,0	79,5	83,2	84,7
Norte	75,6	76,8	79,3	83,9	87,3
Grande Porto	69,7	71,1	73,0	80,1	83,4
Espinho	98,0	94,9	103,2	112,2	113,0
Gondomar	44,0	47,1	48,6	55,7	58,6
Maia	48,8	53,5	55,0	65,6	66,1
Matosinhos	65,9	70,5	69,6	75,3	81,1
Porto	130,6	128,7	134,8	142,3	142,4
Póvoa de Varzim	61,6	63,3	67,2	73,3	80,9
Valongo	67,0	67,4	66,8	75,1	78,0
Vila do Conde	80,2	81,5	80,6	80,5	87,3
Vila Nova de Gaia	57,0	56,9	59,6	67,0	71,3

Taxa de pré-escolarização

Análise Sumária

Ao contrário da metodologia utilizada nos REOT elaborados em anos antecedentes, a presente análise tem como fonte não o levantamento realizado pela DEASJ da CMMaia mas os dados relativos à taxa bruta de pré-escolarização disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, no âmbito dos anuários estatísticos, pelo que, os valores agora apresentados podem diferir dos apresentados em anos transatos.

Assim, no ano letivo de 2009/2010, a Maia registou uma taxa de pré-escolarização de 66,1%, apresentando sempre uma evolução positiva desde 2004/2005, permitindo ir de encontro à meta nacional definida na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Quando comparado com os demais concelhos do Grande Porto, apenas o concelho de Gondomar apresenta uma taxa de pré-escolarização inferior. De referir a elevada taxa de pré-escolarização do Porto, o que traduz a elevada capacidade de atração que o mesmo exerce.

A Maia tem apresentado sempre uma taxa inferior à média da taxa verificada nos espaços geográficos que integra, nomeadamente do Grande Porto e da Região Norte.

Por outro lado, o Porto apresenta uma taxa de pré-escolarização superior a 100%, o que reflete a procura dos estabelecimentos por parte de crianças residentes noutros concelhos, como o caso da Maia.

Tendo em conta a meta estratégica definida na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável de atingir uma taxa de pré-escolarização de 90% das crianças entre os 3 e os 5 anos de idade, considera-se que a Maia encontra-se longe de atingir a meta.

N.º de Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico **N.º 91** **Tendência**

Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Educação	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ) e http://roteiro.min.edu.pt
Descrição/Metodologia Evolução do n.º de estabelecimentos existentes no concelho com a oferta do 1.º ciclo do ensino básico, por entidade (pública e privada).		

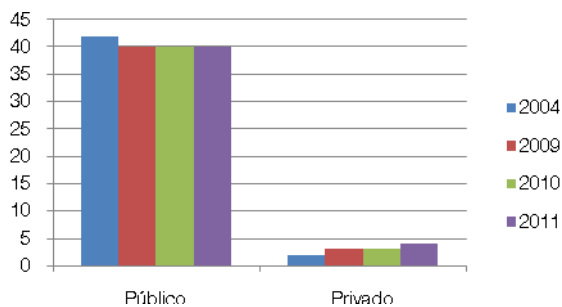
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)	Meta/Objetivo Município Não definida
--	--

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	EB1		Total
	Público	Privado	
2004	42	2	44
2009	40	3	43
2010	40	3	43
2011	40	4	44

N.º de Escolas 1CEB



Evolução escolas do 1.º CEB

Análise Sumária

A Maia dispõe atualmente de um total de 44 escolas com o 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), das quais 4 estabelecimentos pertencem à oferta privada. As restantes 40 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB) são da rede pública, associadas em agrupamentos de escolas, e encontram-se distribuídas por todas as freguesias do concelho.

Quanto à oferta pública verifica-se um decréscimo relativamente a 2004/2005, em que estavam em funcionamento 42 escolas públicas. No entanto, esta evolução reflete a aposta da Câmara Municipal na requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, através da construção de novos centros escolares e pela ampliação e beneficiação de uma série de estabelecimentos, o que, por outro lado, se traduziu na desativação de um número maior de escolas, mais reduzidas, e nas quais não se observava a adequação dos espaços às atuais exigências do ensino.

No total, verifica-se que existe o mesmo número de escolas que à data da elaboração da Carta Educativa.

N.º de Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico		N.º 92	Tendência																						
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Educação	Modelo DPSIR Estado																							
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ) e http://roteiro.min.edu.pt																							
Descrição/Metodologia Evolução do n.º de alunos a frequentar as escolas do 1.º ciclo do ensino básico no concelho por entidade (pública e privada).																									
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Municipio Não definida																							
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -																							
Quadros/Representação Gráfica																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ano</th> <th colspan="2">EB1</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Público</th> <th>Privado*</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2004</td> <td>4975</td> <td>326</td> <td>5301</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>4871</td> <td>430</td> <td>5301</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>4996</td> <td>n.d</td> <td>4996</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>4898</td> <td>n.d</td> <td>4898</td> </tr> </tbody> </table> <p>* - Dados de 2009 de acordo com o Anuário estatístico da Região Norte – 2010 n.d. Não disponível N.º de Alunos 1CEB, Maia</p> <p style="text-align: center;">Evolução do n.º de Alunos, Maia</p>				Ano	EB1		Total	Público	Privado*	2004	4975	326	5301	2009	4871	430	5301	2010	4996	n.d	4996	2011	4898	n.d	4898
Ano	EB1		Total																						
	Público	Privado*																							
2004	4975	326	5301																						
2009	4871	430	5301																						
2010	4996	n.d	4996																						
2011	4898	n.d	4898																						
Análise Sumária																									
<p>No ano letivo 2010/2011, inscreveram-se nas escolas públicas do 1º CEB do concelho 4898 alunos, assistindo-se a um decréscimo da procura deste nível de ensino, ainda que pouco significativo, uma vez que, no ano letivo 2004/2005, estavam inscritos cerca de 4975 alunos.</p> <p>No que diz respeito à procura por estabelecimentos de educação do 1.º CEB de índole privada apenas se dispõe de informação relativa ao ano letivo de 2004/2005 e 2009/2010, observando-se, neste último, um crescimento do n.º de alunos inscritos dos estabelecimentos de educação privados.</p>																									

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Educação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de salas afetas ao ensino do 1.º ciclo do ensino básico no concelho por entidade (pública e privada).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

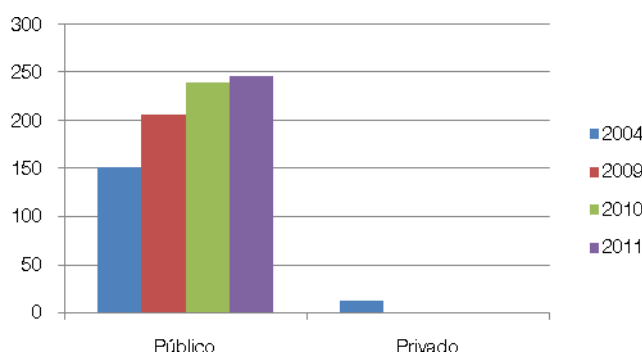
-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º de salas EB1		Total
	Público	Privado*	
2004	152	12	164
2009	206	n.d	206
2010	240	n.d	240
2011	246	n.d	246

* - Dados de 2009 de acordo com o Anuário estatístico da Região Norte – 2010
n.d. Não disponível

N.º de Salas 1CEB, Maia

**Análise Sumária**

Nas 40 escolas públicas do 1º CEB em funcionamento no ano letivo 2010/2011 existiam 246 salas de aula, registando-se, assim, uma média de 20,3 alunos por sala.

Relativamente ao n.º total de salas de aula do 1.º CEB públicas verifica-se um crescimento francamente positivo (mais de 50%), uma vez que em 2004/2005 eram somente 152 salas, o que não traduzindo o aumento exponencial do n.º de escolas e do n.º de alunos, como anteriormente, já se verificou, reflete a recente construção de novos centros escolares com maior capacidade e bem ainda a implementação, em todas as escolas, do regime de funcionamento normal, objetivo de referência do sistema educativo, a eliminação do regime desdobrado de funcionamento e a implementação da escola a tempo inteiro.

A evolução do n.º de salas da oferta privada certamente que também foi positiva, face ao crescimento do n.º de estabelecimentos, no entanto, não se dispõe de informação concreta que o permita confirmar.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Educação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ)

Descrição/Metodologia

Evolução da taxa de ocupação das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB).

Relação entre a capacidade de um edifício escolar em regime normal de funcionamento e o n.º de alunos que o frequentam em período diurno.

Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

100%

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Taxa Ocupação	
	Público	Privado
2004	130,9	108,7
2009	103,1	n.d
2010	86,7	n.d
2011	83,0	n.d

Taxa de Ocupação EB1, Maia**Análise Sumária**

Em 2011/2012, a taxa de ocupação média das escolas do 1º CEB público era de 83%, evoluindo positivamente face aos anos transatos em que a taxa era ligeiramente superior a 100% (103,1% em 2009/2010 e 130,9% em 2004/2005), diminuição esta que constitui um reflexo do crescimento do n.º de salas e da conseqüente eliminação do n.º de turmas em horário desdobrado.

Importa também referir que a existência de alunos com NEE – Necessidades Educativas Especiais, num total de 32 no ano letivo 2011/2012, faz com que o número máximo de alunos por sala seja mais reduzido que os 25 que cada sala pode comportar, fazendo com que a taxa de ocupação seja inferior.

Quanto às escolas EB1 da rede privada no ano letivo de 2004/2005 a taxa de ocupação era de 108,7%, não havendo informação que permita avaliar a evolução quanto aos demais anos.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Educação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte – 2008, 2009 e 2010)

Descrição/Metodologia

N.º de escolas com o 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e com Ensino Secundário no concelho por entidade (pública e privada).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Municipal

Não defenida

Documentos Referência Estratégica

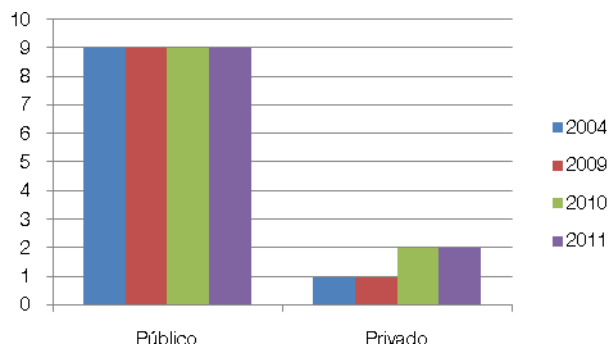
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	EB2/3 e Sec.		Total
	Público	Privado	
2004	9	1	10
2009	9	1	10
2010	9	2	11
2011	9	2	11

Escolas com o 2/3 CEB e Secundário, Maia**Evolução das Escolas com o 2/3 CEB e Secundário, Maia****Análise Sumária**

No que diz respeito à oferta de estabelecimentos de ensino com o 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e com o ensino secundário da rede pública no concelho da Maia mantém a oferta de 9 escolas. Embora, em termos estritamente quantitativos, não se verifique qualquer variação positiva na oferta, ainda assim regista-se uma franca melhoria ao nível qualitativo, face à realização de algumas reorganizações, designadamente pelo facto de a Escola Secundária de Águas Santas, no ano letivo de 2010/2011, ter passado a integrar também o 2.º CEB, passando a designar-se por Escola Básica e Secundária de Águas Santas.

Quanto aos estabelecimentos de carácter privado, na Maia continua a funcionar o INED, com oferta letiva ao nível do secundário, tendo recentemente sido inaugurado o 2.º e 3.º CEB e o ensino Secundário no Colégio Novo da Maia, registando-se uma melhoria positiva da oferta disponibilizada neste domínio.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Educação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

Carta Educativa do Concelho da Maia, INE (Anuário Estatístico da Região Norte – 2008, 2009 e 2010)

Descrição/Metodologia

N.º de alunos a frequentar os estabelecimentos com o 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e com Ensino Secundário no concelho, por entidade (pública e privada).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

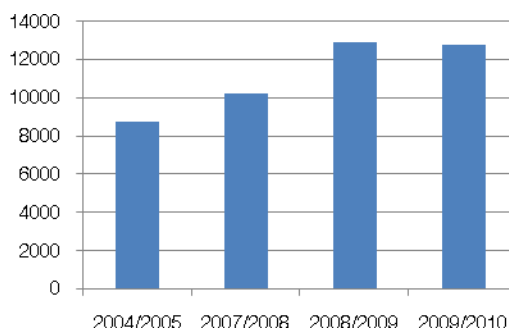
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Nível Ensino	2004/2005			2007/2008			2008/2009			2009/2010		
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
2.º CEB	2577	0	2577	2689	83	2772	2836	93	2929	2957	95	3052
3.º CEB	3636	0	3636	4045	78	4123	5138	300	5438	5406	157	5563
Sec.	2325	223	2548	2888	451	3339	3903	665	4568	3612	589	4201
Total	8538	223	8761	9622	612	10234	11877	1058	12935	11975	841	12816

N.º alunos do 2/3 CEB e Secundário, Maia**Evolução do n.º de Alunos do 2/3 CEB e Secundário, Maia****Análise Sumária**

De acordo com os dados do Anuário Estatístico da Região Norte, no ano letivo de 2009/2010, estavam inscritos um total de 12.816 alunos no 2.º/3.º CEB e Ensino Secundário, valor ligeiramente inferior ao registado em 2008/2009 (12.935 alunos). Esta situação pode ser reflexo de desvio da procura para a rede privada e bem ainda para estabelecimentos de ensino de outros concelhos.

Ainda assim, a procura registada é mais significativa que a observada em 2004/2005 (8761 alunos), registando um crescimento de cerca de 31%.

Numa desagregação por nível de ensino verifica-se em todos os períodos uma predominância das crianças inscritas no 3.º CEB.

Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Básico		N.º 97	Tendência
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Educação	Modelo DPSIR Estado	
Unidade Análise %	Periodicidade Anual	Fonte INE (Anuário Estatístico da Região Norte – 2008, 2009 e 2010)	
Descrição/Metodologia			
Evolução da taxa de escolarização das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB).			
Relação entre o número de alunos matriculados num determinado ano de escolaridade e a população estimada com idade própria para frequência desse ano de escolaridade.			
Exprime-se em percentagem.			
Objetivos PDM/Fator Ambiental		Meta/Objetivo Município	
Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		100%	
Documentos Referência Estratégica		Metas Estratégicas	
-		-	
Quadros/Representação Gráfica			
	2007/2008	2008/2009	2009/2010
Grande Porto	118,6	132,1	127,1
Espinho	162,8	173,4	169,1
Gondomar	96,3	107,8	103,6
Maia	89,2	96,3	95,8
Matosinhos	111,3	123,8	122,6
Porto	201,0	238,5	220,5
Póvoa de Varzim	115,0	116,9	115,4
Valongo	119,5	130,9	124,7
Vila do Conde	108,7	116,0	115,8
Vila Nova de Gaia	100,6	112,9	110,7
Taxa Bruta de Escolarização Ensino Básico, Grande Porto			
Análise Sumária			
Pelos motivos já expostos ao nível da taxa de pré-escolarização, para o presente indicador optou-se por utilizar o indicador de taxa bruta de escolarização do ensino básico divulgada pelo INE através dos Anuários Estatísticos.			
Neste ciclo de ensino, a taxa de escolarização deveria corresponder a 100%, uma vez que se trata de um nível de ensino de carácter obrigatório e que se rege pelo princípio da proximidade.			
No entanto, no ano letivo 2009/2010, a taxa de escolarização na Maia cifra-se em 95,8%, inferior ao registado em 2008/2009, o que reflete uma capacidade superior de atração dos concelhos limítrofes, situação provavelmente advinda dos movimentos pendulares efetuados pelos pais ou encarregados de educação.			
De acordo com os dados divulgados pelo INE, a Maia apresenta a mais baixa taxa de escolarização do ensino básico comparativamente com os demais concelhos do Grande Porto.			

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

N.º de estabelecimentos com a valência de creche

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

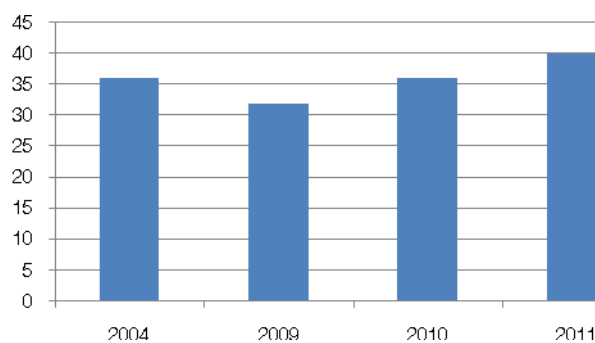
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Creches	
	Particular	IPSS
2004	20	16
2009	18	14
2010	21	15
2011	24	16

N.º de Creches, Maia



Evolução n.º de Creches, Maia

Análise Sumária

A valência de creche, em 2011, no concelho da Maia está dividida pelas instituições de carácter privado, 24 estabelecimentos, e as entidades da rede solidária (IPSS), com 16, perfazendo um total de 40 estabelecimentos com serviço de creche.

Em relação aos dados da Carta Social, elaborada no âmbito do processo de revisão do PDM, e datados de 2004, observa-se um aumento do número total de creches, em resultado do maior número de entidades privadas com esta valência, mantendo-se o mesmo n.º de IPSS com serviço de creche.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

N.º de utentes a frequentar a valência de creche

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

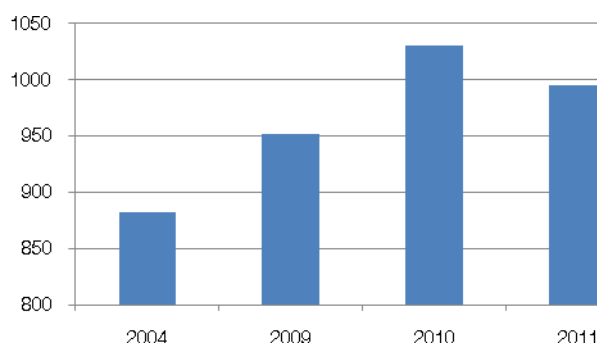
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Crianças	
	Particular	IPSS
2004	361	521
2009	465	487
2010	485	546
2011	443	552

N.º de Crianças Creches, Maia



Evolução n.º de Crianças Creches, Maia

Análise Sumária

O n.º total de crianças a frequentar as creches foi de 882, em 2004, de 952, em 2009, de 1031, em 2010, e de 995, em 2011.

De referir que não se dispõe de informação relativa ao n.º de crianças a frequentar determinados estabelecimentos com a valência de creche, pelo que, o presente dado encontra-se subavaliado.

No período em análise, verifica-se um crescimento significativo até 2010, sendo que em 2011 existe um decréscimo do n.º de crianças a frequentar as creches. A diminuição do n.º total foi sentida nos estabelecimentos particulares (no entanto, é para estes estabelecimentos que não se dispõe de informação sobre o n.º de utentes).

Ainda assim, considera-se que a evolução deste indicador é positiva.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

Relação existente entre o número de crianças inscritas nos estabelecimentos e a capacidade instalada dos mesmos.

Permite dar a conhecer a relação entre a oferta e a procura.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Municipio

100%

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Taxa Utilização
2004	70,3
2009	85,0
2010	87,8
2011	88,3

Evolução Taxa Utilização Creches, Maia

Análise Sumária

Para uma otimização dos recursos existentes a taxa de utilização dos estabelecimentos de ensino deveria corresponder a 100%. No entanto, e tendo em conta os dados da capacidade instalada dos estabelecimentos com a valência de creche, disponibilizados na carta Social do MTSS, em 2011, a taxa de utilização correspondia a 88,3%, ainda assim superior à verificada em anos transatos.

Desta feita, e embora não atinja o limiar máximo, podemos considerar a evolução do presente indicador positiva.

N.º de Amas da Segurança Social		N.º 101	Tendência -						
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado							
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ)							
Descrição/Metodologia Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais. Destina-se a crianças até aos 3 anos.									
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida							
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -							
Quadros/Representação Gráfica									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Taxa Cobertura</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>18</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>18</td> </tr> </tbody> </table> <p>N.º de Amas, Maia</p>				Ano	Taxa Cobertura	2010	18	2011	18
Ano	Taxa Cobertura								
2010	18								
2011	18								
Análise Sumária									
<p>Relativamente à oferta destinada a crianças entre os 0 e os 2 anos, considerou-se importante incluir no sistema de avaliação do estado do ordenamento do território o indicador relativo às designadas "Amas", serviço pago pela segurança social e que consubstancia uma alternativa ao sistema de educação convencional.</p> <p>De acordo com dados fornecidos pelo Departamento de Educação e Ação Social da Câmara Municipal, tanto em 2010 como em 2011, existia no concelho da Maia um total de 18 amas.</p>									

N.º de Crianças Amas		N.º 102	Tendência -						
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado							
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ)							
Descrição/Metodologia N.º de crianças a frequentar o serviço de AMAS da Segurança Social									
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida							
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -							
Quadros/Representação Gráfica									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º Crianças</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>77</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>77</td> </tr> </tbody> </table> <p>N.º de Crianças em Amas, Maia</p>				Ano	N.º Crianças	2010	77	2011	77
Ano	N.º Crianças								
2010	77								
2011	77								
Análise Sumária									
Nos períodos em análise, verifica-se a existência no concelho da Maia de um total de 77 crianças a frequentar o serviço de amas da segurança social, registando-se, assim, uma média de cerca de 4 crianças por cada ama.									

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

Relação entre o número de crianças inscritas nas creches e a população residente com menos de 3 anos.

Para o cálculo do presente indicador teve-se como base as projecções da população estimada para 2009 e 2010 com menos de 3 anos. Face aos resultados dos censos 2011 verificou-se que as projecções da população estavam sobreavaliadas. Neste sentido, e uma vez que á data da elaboração do presente relatório, ainda não se encontravam disponíveis os dados da população por idade, para o cálculo da população prevista em 2011 com 0 a 2 anos, considerou-se a mesma percentagem de população existente neste grupo etário em 2001 (3.95 da população total).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

30% da população entre os 0 e os 2 anos inclusive

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

A União Europeia define com meta 30% da população entre os 0 e os 2 anos.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Taxa Cobertura
2004	19,1
2009	17,4
2010	18,4 (19,7)
2011	18,9 (20,4)

Evolução Taxa Cobertura Creches, Maia

Análise Sumária

Entre 2004 e 2011, a taxa de cobertura dos estabelecimentos com a valência de creche tem decrescido, fixando-se atualmente em 18,9% da população com idade entre os 0 e os 2 anos.

No entanto, reitera-se que o n.º de utentes das creches encontra-se subavaliado pela inexistência de informação para alguns equipamentos. Se para além das crianças a frequentar os estabelecimentos com valência de creche, também considerarmos o n.º de crianças a frequentar o serviço de amas a taxa de cobertura é ligeiramente superior, sendo de 19,7%, em 2010, e 20,4%, em 2011.

A Maia encontra-se aquém da meta definida pela União Europeia e por Portugal, de atingir uma taxa de cobertura das creches de 30%, devendo, por isso, desenvolver ações de fomento da valência de creche, aproximando dos valores de referência.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

N.º de estabelecimentos com a valência de ATL - Atividades de Tempos Livres

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

<i>Ano</i>	<i>ATL's</i>			
	Part.	IPSS	Púb.	Total
2004	8	9	16	33
2009	16	5	0	21
2010	3	6	0	9
2011	3	6	0	9

N.º de ATL's, Maia

Análise Sumária

Tendo presente o objetivo de implementação da escola a tempo inteiro a existência dos serviços de ATL deixa de ser necessário para ocupar os tempos livres das crianças, pelo que, indiretamente a meta para este indicador passa pela diminuição do n.º de estabelecimentos.

Assim, e muito embora a existência deste tipo de valência esteja em declínio fruto da aposta na escola a tempo inteiro, no concelho da Maia, em 2011, ainda existiam 3 ATL de entidades privadas e 6 ATL que integram as IPSS.

Em 2004, dados da Carta Social elaborada no âmbito do processo de revisão do PDM, a oferta ascendia aos 33 estabelecimentos (os ATL de indole privada eram 16, das IPSS eram 5 e públicos eram 16, sendo que esta última oferta deixou de existir, pelas razões já expostas).

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

N.º de crianças a frequentar os estabelecimentos com a valência de ATL - Atividades de Tempos Livres

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

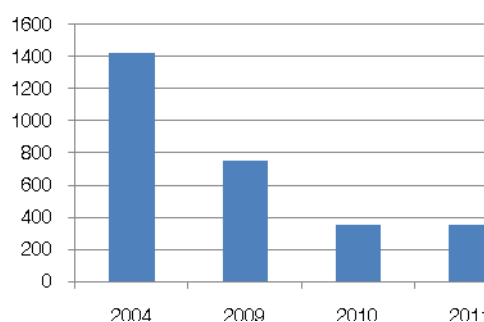
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Espaço Geográfico	N.º de Crianças		
	Part	IPSS	Total
Águas Santas			
Barca	n.d		n.d
Folgosa			
Gemunde			
Gondim			
Gueifães		50	50
Maia	59	145	204
Milheirós			
Moreira			
Nogueira			
Pedrouços		75	75
S. M. Avioso			
S. P. Avioso			
S. P. Fins			
Silva Escura			
V. N. Telha			
Vermoim		28	28
Total	59	298	357

N.º de Crianças ATL Maia



Evolução n.º Crianças ATL Maia

Análise Sumária

Reflexo da diminuição significativa do n.º de ATL a funcionar no concelho, assiste-se também a uma redução do número de crianças que frequentam esta valência, passando de 1428, em 2004, para 357, em 2010 e em 2011, verificando-se cerca de menos de um terço do existente à data da elaboração da Carta Social.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

N.º de crianças a frequentar os estabelecimentos com a valência de ATL - Atividades de Tempos Livres

Para o cálculo do presente indicador teve-se como base as projeções da população estimada para 2009 e 2010 com 6 a 9 anos e com 6 a 14 anos. Face aos resultados dos censos 2011 verificou-se que as projeções da população estavam sobreavaliadas. Neste sentido, e uma vez que à data da elaboração do presente relatório, ainda não se encontravam disponíveis os dados da população por idade, para o cálculo da população prevista em 2011, considerou-se a mesma percentagem de população existente nestes grupos etários em 2001 (4,4% e 5,9%, respetivamente).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Municipio

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Taxa Cobertura	
	6 aos 9	6 aos 14
2004	26,9	11,8
2009	12,0	5,2
2010	5,6	2,4
2011	6,0	4,5

Taxa Cobertura Crianças ATL Maia**Análise Sumária**

Em 2011, taxa de cobertura média concelhia era de 4,5%, sendo que se se considerar apenas as crianças dos 6 aos 9 anos a taxa de cobertura dos ATL é de 6,0%.

Comparativamente com 2004, a taxa de cobertura sofreu um declínio significativo, período em que o valor registado era de 11,8% e de 26,9%, respectivamente para as crianças com 6 a 14 anos, e 6 a 9 anos, fruto da redução da procura deste tipo de valência social, dada a implementação da escola a tempo inteiro.

N.º de Lares de Crianças e Jovens		N.º 107	Tendência -										
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado											
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt											
Descrição/Metodologia N.º de estabelecimentos com a valência de lar de crianças e jovens. Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.													
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida											
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -											
Quadros/Representação Gráfica													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Lar Crianças e Jovens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2004</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table> <p>Lar de Crianças e Jovens, Maia</p>				Ano	Lar Crianças e Jovens	2004	1	2009	1	2010	1	2011	1
Ano	Lar Crianças e Jovens												
2004	1												
2009	1												
2010	1												
2011	1												
Análise Sumária													
Relativamente à valência de LAR DE CRIANÇAS E JOVENS, a Fundação Lar Evangélico Português, situada na freguesia de Águas Santas, mantém-se como a única instituição no concelho da Maia que acolhe crianças/jovens. A sua área de influência transcende o panorama concelhio, acolhendo crianças e jovens de todo o país.													

N.º de utentes do Lar de Crianças e Jovens		N.º 108	Tendência										
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado											
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt											
Descrição/Metodologia N.º crianças e jovens a frequentar os estabelecimentos com a valência de lar de crianças e jovens.													
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida											
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -											
Quadros/Representação Gráfica													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Lar Crianças e Jovens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2004</td> <td>65</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>68</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>42</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>68</td> </tr> </tbody> </table> <p>Lar de Crianças e Jovens, Maia</p>				Ano	Lar Crianças e Jovens	2004	65	2009	68	2010	42	2011	68
Ano	Lar Crianças e Jovens												
2004	65												
2009	68												
2010	42												
2011	68												
Análise Sumária													
<p>A Fundação Lar Evangélico Português acolhia, em 2011, cerca de 68 crianças/jovens.</p> <p>Assim, 2010 salienta-se como o ano em que o número de crianças a frequentar o lar é mais reduzido.</p> <p>Esta instituição apresentava, em 2011, uma taxa de ocupação de 100%.</p>													

N.º de Centro de Atividades Ocupacionais		N.º 109	Tendência										
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado											
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt											
Descrição/Metodologia N.º de centros de atividades ocupacionais (CAO). Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.													
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida											
Documentos Referência Estratégica Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 Estratégia Nacional da Pessoa Com Deficiência 2011-2013		Metas Estratégicas -											
Quadros/Representação Gráfica													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2004</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>3</td> </tr> </tbody> </table> <p>Centros de Atividades Ocupacionais, Maia</p>				Ano	N.º	2004	3	2009	3	2010	3	2011	3
Ano	N.º												
2004	3												
2009	3												
2010	3												
2011	3												
Análise Sumária													
No concelho da Maia existem duas instituições que dispõem de Centros de Atividades Ocupacionais, que prestam apoio a pessoas portadoras de deficiência, nomeadamente a APPACDM, com estabelecimentos nas freguesias de S. P. Avioso e de Vermoim, e a Criança Diferente, sita em Milheirós, ambas IPSS.													

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

N.º de centros de atividades ocupacionais (CAO).

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020
Estratégia Nacional da Pessoa Com Deficiência 2011-2013
Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Metas Estratégicas

Aumentar até 2009 em 10% a capacidade dos CAO (Meta do SIDS).
Medida da ENDEF 2011-2013 é a de executar o aumento da capacidade dos centros de atividades ocupacionais até 2013.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2004	67
2009	65
2010	63
2011	65

Capacidade CAO, Maia

Análise Sumária

De acordo com a informação recolhida junto do Departamento de Educação, Ação Social e Juventude, face aos dados da carta Social, de 2004, observa-se um ligeiro decréscimo da capacidade instalada dos CAO no concelho, passando para um total de 65 utentes em 2011.

Assim, a oferta existente no concelho não está a contribuir para o cumprimento da meta nacional de aumentar a oferta e 10%, definida no âmbito do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, bem como do crescimento previsto na ENDEF 2011-2013.

No entanto, não podemos esquecer que a APPACDM tem uma candidatura aprovada no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano do QREN 2007-2013 para a construção de um equipamento social que permitirá dotar o concelho com mais 30 vagas em CAO, o qual prevê-se que esteja terminado em 2013.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

N.º de utentes dos centros de atividades ocupacionais (CAO).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020
Estratégia Nacional da Pessoa Com Deficiência 2011-2013
Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Metas Estratégicas

Aumentar até 2009 em 10% a capacidade dos CAO (Meta do SIDS).
Medida da ENDEF 2011-2013 é a de executar o aumento da capacidade dos centros de atividades ocupacionais até 2013.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2004	67
2009	65
2010	63
2011	65

Utentes CAO, Maia

Análise Sumária

De acordo com a informação recolhida, em 2011, frequentavam os CAO do concelho cerca de 65 utentes, observando-se um ligeiro decréscimo do n.º de utentes em relação ao ano de 2004, mas observando um crescimento face a 2010.

Para a análise deste indicador deve-se ter em conta também a evolução da população residente no concelho com deficiência. De momento não dispõe de informação relativamente a esse parâmetro, o qual se procurará integrar no próximo relatório.

N.º de Lar Residencial		N.º 112	Tendência										
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado											
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt											
Descrição/Metodologia N.º de lares residenciais para pessoas portadoras de deficiência. Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.													
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Municipio Não definida											
Documentos Referência Estratégica Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 Estratégia Nacional da Pessoa Com Deficiência 2011-2013		Metas Estratégicas Medida da ENDEF 2011-2013 é a de executar o aumento da capacidade dos lares residenciais até 2013.											
Quadros/Representação Gráfica													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2004</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>				Ano	N.º	2004	1	2009	1	2010	1	2011	1
Ano	N.º												
2004	1												
2009	1												
2010	1												
2011	1												
Lar residencial pessoas com deficiência, Maia													
Análise Sumária Quanto à valência de lar residencial de acolhimento temporário para pessoas portadoras de deficiência, no concelho da Maia apenas a instituição "A Criança Diferente" presta este tipo de resposta social, permanecendo igual ao verificado em 2004.													

N.º de utentes Lar Residencial		N.º 113	Tendência										
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado											
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt											
Descrição/Metodologia N.º de utentes a frequentar os lares residenciais para pessoas portadoras de deficiência.													
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Municipio Crescente											
Documentos Referência Estratégica Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 Estratégia Nacional da Pessoa Com Deficiência 2011-2013		Metas Estratégicas Medida da ENDEF 2011-2013 é a de executar o aumento da capacidade dos lares residenciais até 2013.											
Quadros/Representação Gráfica													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2004</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>				Ano	N.º	2004	10	2009	10	2010	10	2011	10
Ano	N.º												
2004	10												
2009	10												
2010	10												
2011	10												
Utentes lar residencial pessoas com deficiência, Maia													
Análise Sumária													
<p>Em 2011 frequentavam o lar residencial, de carácter temporário, de pessoas com deficiência um total de 10 utentes, verificando-se a manutenção deste número ao longo dos anos em análise.</p> <p>No entanto, o projeto da APPACDM, já referido, aponta também para a criação de 24 vagas em Lar Residencial, o que se traduzirá num crescimento considerável da oferta existente, indo de encontro ao objetivo definido na Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013.</p>													

N.º de Instituições com Transporte de Pessoas com Deficiência		N.º 114	Tendência						
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado							
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte www.cartasocial.pt							
Descrição/Metodologia N.º de instituições que prestam serviço de transporte de pessoas com deficiência. Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.									
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida							
Documentos Referência Estratégica Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 Estratégia Nacional da Pessoa Com Deficiência 2011-2013		Metas Estratégicas -							
Quadros/Representação Gráfica									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>				Ano	N.º	2010	1	2011	1
Ano	N.º								
2010	1								
2011	1								
Instituições com Transporte de Pessoas com Deficiência									
Análise Sumária									
<p>Atualmente, o transporte público de pessoas com deficiência é assegurado pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, não sendo possível avaliar a evolução deste tipo de serviço no concelho, uma vez que apenas em 2010 passou a constituir um indicador de avaliação do estado do ordenamento do território no concelho.</p> <p>Neste âmbito, importa referir que a Câmara Municipal da Maia também presta o serviço de transporte de pessoas com deficiência nas deslocações diárias casa-escola. De acordo com dados fornecidos pelo Departamento de Trânsito e Transportes, em 2010, beneficiavam deste serviço cerca de 94 crianças.</p>									

N.º de Utentes do Transporte de Pessoas com Deficiência		N.º 115	Tendência						
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado							
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte www.cartasocial.pt							
Descrição/Metodologia N.º de utentes do serviço de transporte de pessoas com deficiência.									
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida							
Documentos Referência Estratégica Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 Estratégia Nacional da Pessoa Com Deficiência 2011-2013		Metas Estratégicas -							
Quadros/Representação Gráfica									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>21</td> </tr> </tbody> </table>				Ano	N.º	2010	13	2011	21
Ano	N.º								
2010	13								
2011	21								
N.º Utentes Transporte de Pessoas com Deficiência									
Análise Sumária									
O transporte de pessoas com deficiência era prestado a 13 utentes, em 2010, e a 21 utentes, em 2011, observando um crescimento significativo da procura neste período.									

Capacidade do Transporte Pessoas com Deficiência		N.º 116	Tendência						
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado							
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte www.cartasocial.pt							
Descrição/Metodologia N.º de utentes máximo admitido para o serviço de transporte de pessoas com deficiência.									
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida							
Documentos Referência Estratégica Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 Estratégia Nacional da Pessoa Com Deficiência 2011-2013		Metas Estratégicas -							
Quadros/Representação Gráfica									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>13</td> </tr> </tbody> </table>				Ano	N.º	2010	13	2011	13
Ano	N.º								
2010	13								
2011	13								
N.º Utentes Transporte de Pessoas com Deficiência									
Análise Sumária									
De acordo com os dados recolhidos na Carta Social disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social, tanto em 2010 como em 2011, era de 13 utentes a capacidade instalada do serviço de transporte de pessoas com deficiência. Assim, verifica-se que o número de utentes a beneficiar do serviço é claramente superior.									

N.º Centros de Convívio		N.º 117	Tendência										
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado											
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ)											
Descrição/Metodologia N.º de centros de convívio. Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.													
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida											
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -											
Quadros/Representação Gráfica													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Centro Convívio</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2004</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>5</td> </tr> </tbody> </table> <p>N.º Centros Convívio</p>				Ano	Centro Convívio	2004	1	2009	1	2010	5	2011	5
Ano	Centro Convívio												
2004	1												
2009	1												
2010	5												
2011	5												
Análise Sumária													
<p>Relativamente aos centros de convívio, e de acordo com a informação prestada pelo Departamento de Educação, Ação Social e Juventude, para além do Centro Social e Paroquial da Maia, já em funcionamento em 2004, atualmente existem mais 4 centros de convívio, distribuídos pelas seguintes freguesias: Folgosa (dois centros), Vermoim e Pedrouços.</p> <p>A evolução da oferta de centros de convívio é fracamente positiva no período em análise.</p>													

N.º Utentes Centros de Convívio		N.º 118	Tendência										
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado											
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ)											
Descrição/Metodologia N.º de utentes a frequentar os centros de convívio.													
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida											
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -											
Quadros/Representação Gráfica													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º Utentes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2004</td> <td>43</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>45</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>91</td> </tr> </tbody> </table> <p>N.º Utentes Centros Convívio</p>				Ano	N.º Utentes	2004	43	2009	25	2010	45	2011	91
Ano	N.º Utentes												
2004	43												
2009	25												
2010	45												
2011	91												
Análise Sumária													
<p>Em 2011, eram 91 o n.º de utentes a frequentar os Centros de Convívio do concelho.</p> <p>Assim, regista-se uma subida considerável do n.º de utentes relativamente a 2004 (43 utentes).</p>													

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ)

Descrição/Metodologia

Relação entre o n.º de utentes a frequentar os Centros de Convívio e a população residente estimada para um determinado ano com 65 ou mais anos.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Utentes
2004	0,31
2009	0,17
2010	0,29
2011	0,50

N.º Utentes Centros Convívio

Análise Sumária

Considerando o número de utentes dos Centros de Convívio da Maia, o concelho apresentava, em 2011, uma taxa de cobertura de apenas 0,5% da população estimada com 65 ou mais anos

Assim, e embora se trate de taxas inferiores a 1%, verifica-se uma considerável subida relativamente à taxa de cobertura verificada em 2004 (0,31%).

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

N.º de Centros de Dia.

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Centros Dia
2004	11
2009	11
2010	15
2011	15

N.º Centros de Dia, Maia

Espaço Geográfico	Centros de Dia		
	Part.	IPSS	Total
Águas Santas		2	2
Barca			
Folgosa			
Gemunde			
Gondim			
Gueifães		1	1
Maia			
Milheirós		1	1
Moreira		2	2
Nogueira	1		1
Pedrouços	3	2	5
S. M. Avioso		1	1
S. P. Avioso			
S. P. Fins			
Silva Escura	1	1	2
V. N. Telha			
Vermoim			
Total	5	10	15

Centros de Dia, Maia, 2011

Análise Sumária

Em 2011, existia no concelho da Maia um total de 15 equipamentos sociais com a valência de centro de dia, observando-se um crescimento da oferta relativamente aos anos de 2009 e 2004, nos quais se registaram apenas 11 centros de dia.

Face aos dados de monitorização de 2010, observa-se uma redução do n.º de centros de dia das IPSS, colmatado pelo aparecimento de mais um estabelecimento de índole privada com esta oferta.

Pedrouços é a freguesia que apresenta um número mais elevado de centros de dia.

N.º Utentes Centros de Dia		N.º 121	Tendência																																																																																									
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado																																																																																										
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt																																																																																										
Descrição/Metodologia N.º de utentes a frequentar os Centros de Dia do concelho.																																																																																												
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida																																																																																										
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -																																																																																										
Quadros/Representação Gráfica																																																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º Utentes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2004</td> <td>267</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>321</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>307</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>327</td> </tr> </tbody> </table> <p>N.º Utentes Centros de Dia, Maia</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Espaço Geográfico</th> <th colspan="3">Utentes Centros de Dia</th> </tr> <tr> <th>Part.</th> <th>IPSS</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Águas Santas</td> <td></td> <td>63</td> <td>63</td> </tr> <tr> <td>Barca</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Folgosa</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Gemunde</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Gondim</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Gueifães</td> <td></td> <td>35</td> <td>35</td> </tr> <tr> <td>Maia</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Milheirós</td> <td></td> <td>21</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td>Moreira</td> <td></td> <td>55</td> <td>55</td> </tr> <tr> <td>Nogueira</td> <td>3</td> <td></td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Pedrouços</td> <td>13</td> <td>91</td> <td>104</td> </tr> <tr> <td>S. M. Avioso</td> <td></td> <td>27</td> <td>27</td> </tr> <tr> <td>S. P. Avioso</td> <td></td> <td></td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>S. P. Fins</td> <td></td> <td></td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Silva Escura</td> <td>n.d</td> <td>19</td> <td>19</td> </tr> <tr> <td>V. N. Telha</td> <td></td> <td></td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Vermoim</td> <td></td> <td></td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>16</td> <td>311</td> <td>327</td> </tr> </tbody> </table> <p>Utentes Centros de Dia, Maia, 2011</p>				Ano	N.º Utentes	2004	267	2009	321	2010	307	2011	327	Espaço Geográfico	Utentes Centros de Dia			Part.	IPSS	Total	Águas Santas		63	63	Barca				Folgosa				Gemunde				Gondim				Gueifães		35	35	Maia				Milheirós		21	21	Moreira		55	55	Nogueira	3		3	Pedrouços	13	91	104	S. M. Avioso		27	27	S. P. Avioso			0	S. P. Fins			0	Silva Escura	n.d	19	19	V. N. Telha			0	Vermoim			0	Total	16	311	327
Ano	N.º Utentes																																																																																											
2004	267																																																																																											
2009	321																																																																																											
2010	307																																																																																											
2011	327																																																																																											
Espaço Geográfico	Utentes Centros de Dia																																																																																											
	Part.	IPSS	Total																																																																																									
Águas Santas		63	63																																																																																									
Barca																																																																																												
Folgosa																																																																																												
Gemunde																																																																																												
Gondim																																																																																												
Gueifães		35	35																																																																																									
Maia																																																																																												
Milheirós		21	21																																																																																									
Moreira		55	55																																																																																									
Nogueira	3		3																																																																																									
Pedrouços	13	91	104																																																																																									
S. M. Avioso		27	27																																																																																									
S. P. Avioso			0																																																																																									
S. P. Fins			0																																																																																									
Silva Escura	n.d	19	19																																																																																									
V. N. Telha			0																																																																																									
Vermoim			0																																																																																									
Total	16	311	327																																																																																									
Análise Sumária																																																																																												
<p>Em 2011, frequentavam os centros de dia do concelho cerca de 327 utentes, com crescimento significativo relativamente a 2004 (267 utentes).</p> <p>Reflexo do n.º mais significativo de centros de dia, a freguesia de Pedrouços é a que apresenta um número mais elevado de utentes, representando cerca de 1/3 do total de utentes.</p>																																																																																												

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

Relação entre o n.º de utentes a frequentar os centros de dia e a capacidade instalada dos centros de dia.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Taxa Utilização
2004	77,8
2009	95,0
2010	71,2
2011	84,5

Taxa de Utilização Centros de Dia, Maia

Espaço Geográfico	Taxa Utilização
Águas Santas	70,0
Barca	
Folgosa	
Gemunde	
Gondim	
Gueifães	100,0
Maia	
Milheirós	35,0
Moreira	91,7
Nogueira	75,0
Pedrouços	111,8
S. M. Avioso	135,0
S. P. Avioso	
S. P. Fins	
Silva Escura	76,0
V. N. Telha	
Vermoim	
Total	84,5

Taxa de Utilização Centros de Dia, Maia, 2011

Análise Sumária

Em 2011, os centros de dia existentes no concelho apresentam uma capacidade instalada (n.º total de utentes que pode albergar) de 387 utentes, pelo que, estando a frequentar os centros de dia cerca de 327 utentes, verifica-se, em 2011, uma taxa de utilização de aproximadamente 84,5%. Assim, existe ainda alguma capacidade para acolhimento de mais utentes.

Quando comparado com anos anteriores verifica-se um aumento da taxa de utilização (exceto face a 2009 em que a taxa foi de 95%).

Analisando a distribuição da taxa pelas diferentes freguesias verifica-se a existência de discrepâncias significativas. Santa Maria de Avioso e Pedrouços apresentam uma taxa sobrelevada. No outro extremo, destaca-se a freguesia de Milheirós como a que tem uma taxa de utilização mais reduzida.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

Relação entre o n.º de utentes a frequentar os centros de dia e a população residente com 65 ou mais anos.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Taxa Cobertura
2004	2,10
2009	2,14
2010	2,00
2011	1,79

Taxa de Cobertura Centros de Dia, Maia

Análise Sumária

Em 2011, os centros de dia do concelho eram frequentados por cerca de 1,79% da população residente no concelho com 65 ou mais anos. Em relação a 2004 verifica-se um ligeiro decréscimo da taxa de cobertura.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

N.º de Lares de Idosos.

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Lares
2004	7
2009	6
2010	12
2011	19

Lares de Idosos, Maia

Espaço Geográfico	Lares		
	Part.	IPSS	Total
Águas Santas	1	3	4
Barca			
Folgosa			
Gemunde			
Gondim			
Gueifães		1	1
Maia	1	1	2
Milheirós			
Moreira			
Nogueira	3		3
Pedrouços	4	1	5
S. M. Avioso			
S. P. Avioso			
S. P. Fins			
Silva Escura	1		1
V. N. Telha	2		2
Vermoim	1		1
Total	13	6	19

Lares de Idosos, Maia, 2011

Análise Sumária

Em 2011 registou-se um total de 19 estabelecimentos com a valência de lar de idosos, 13 pertencentes a instituições privadas e 6 a IPSS. A evolução tem sido positiva ao longo dos anos em análise, registando-se mais do dobro dos lares existentes em 2004, o que traduz uma melhoria da oferta disponível à população.

À semelhança das demais ofertas sociais de apoio à população idosa, também para esta valência se assiste a uma maior predominância de estabelecimentos na freguesia de Pedrouços.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

N.º de utentes a frequentar os Lares de Idosos.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Municipio

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Utentes
2004	194
2009	280
2010	328
2011	328

N.º Utentes Lares de Idosos, Maia

Espaço Geográfico	Lares		
	Part.	IPSS	Total
Águas Santas	n.d	84	84
Barca			
Folgosa			
Gemunde			
Gondim			
Gueifães		44	44
Maia	7	50	57
Milheirós			
Moreira			
Nogueira	9		9
Pedrouços	81	23	104
S. M. Avioso			
S. P. Avioso			
S. P. Fins			
Silva Escura	n.d		n.d
V. N. Telha	6		6
Vermoim	n.d		n.d
Total	103	201	304

n.d. – Não disponível

N.º Utentes Lares de Idosos, Maia, 2011**Análise Sumária**

Apesar do crescimento significativo do n.º absoluto de estabelecimentos com a valência de lar de idosos, o mesmo não se reflete no aumento do n.º de utentes, tendo o crescimento no período entre 2004 a 2010 sido de apenas 7%, passando de 194 utentes para 328 utentes, e no ano de 2011 decrescido para 304 utentes.

No entanto, e como observado no quadro apresentado, não se encontrava disponível informação relativamente a algumas instituições sociais.

Tal como observado para a distribuição absoluta do n.º de lares, é a freguesia de Pedrouços que regista um maior n.º de utentes a frequentar a valência de lar.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

Relação entre o n.º de utentes a frequentar os lares de idosos e a capacidade instalada dos lares de idosos

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

100%

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Taxa Utilização
2004	96,50
2009	92,40
2010	105,13
2011	74,7

Taxa Utilização Lares de Idosos, Maia

Espaço Geográfico	Taxa Utilização
Águas Santas	100,00
Barca	
Folgosa	
Gemunde	
Gondim	
Gueifães	100,00
Maia	35,85
Milheirós	
Moreira	
Noqueira	100,00
Pedrouços	100,00
S. M. Avioso	
S. P. Avioso	
S. P. Fins	
Silva Escura	n.d
V. N. Telha	85,71
Vermoim	n.d
Total	74,69

Taxa Utilização Lares Idosos, Maia, 2011

Análise Sumária

Em 2011, a taxa de utilização dos lares de idosos correspondia a 74,7%, diminuindo significativamente face aos resultados de monitorização dos anos transatos, não indo de encontro à meta definida de obter uma taxa de utilização de 100%, por forma a assegurar a rentabilidade e racionalidade dos espaços existentes.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

Relação entre o n.º de utentes a frequentar os lares de idosos e a população residente com 75 ou mais anos.

Para o cálculo do presente indicador teve-se em consideração as projeções da população residente para 2009 e 2010. Tendo em conta que face aos dados provisórios dos censos de 2011, verificou-se que as mesmas se encontravam sobreavaliadas, para o ano de 2011 considerou-se a mesma percentagem de população com 75 ou mais anos existente em 2001.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Taxa Cobertura
2004	4,1
2009	5,0
2010	5,8
2011	5,8

Taxa Cobertura Lares de Idosos, Maia

Análise Sumária

Em 2011, frequentavam os lares de idosos cerca de 5,8% da população residente estimada com 75 ou mais anos. Ao longo dos anos em análise observa-se um crescimento progressivo da taxa de cobertura desta valência.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

N.º de equipamentos sociais com a valência de serviço de apoio domiciliário (SAD).

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Municipal

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional da Pessoa Com Deficiência 2011-2013

Metas Estratégicas

Aumento capacidade Serviço de Apoio Domiciliário (ENDEF 2011-2013)

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2004	n.a
2009	n.a
2010	13
2011	15

N.º Estabelecimentos com SAD, Maia

Espaço Geográfico	SAD		
	Part.	IPSS	Total
Águas Santas		1	1
Barca			
Folgosa			
Gemunde			
Gondim			
Gueifães		1	1
Maia	2	2	4
Milheirós		1	1
Moreira			
Nogueira*	2		2
Pedrouços	2	2	4
S. M. Avioso			
S. P. Avioso	1		1
S. P. Fins			
Silva Escura			
V. N. Telha		1	1
Vermoim			
Total	7	8	15

N.º Estabelecimentos com SAD, Maia, 2011**Análise Sumária**

No ano de 2011, registou-se um total de 15 instituições com a valência de serviço de apoio domiciliário (SAD), com 7 instituições de carácter privado e 8 pertencentes a IPSS, observando um crescimento face ao levantamento efetuado em 2010.

Maia e Pedrouços são as freguesias com um número total de instituições com SAD mais significativo.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

N.º de utentes a usufruir da valência de serviço de apoio domiciliário (SAD).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Municipio

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional da Pessoa Com Deficiência 2011-2013

Metas Estratégicas

Aumento capacidade Serviço de Apoio Domiciliário (ENDEF 2011-2013)

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2004	n.a
2009	n.a
2010	357
2011	317

N.º utentes do SAD, Maia

Espaço Geográfico	Utentes SAD		
	Part.	IPSS	Total
Águas Santas		35	35
Barca			
Folgosa			
Gemunde			
Gondim			
Gueifães		60	60
Maia	26	77	103
Milheirós		37	37
Moreira			
Noqueira*	2		2
Pedrouços*	5	70	75
S. M. Avioso			
S. P. Avioso	4		4
S. P. Fins			
Silva Escura			
V. N. Telha		38	38
Vermoim			
Total	37	317	354

* - Sem informação relativamente a instituições particulares

N.º utentes do SAD, Maia, 2011

Análise Sumária

Em 2011, eram abrangidos pelo Serviço de Apoio Domiciliário cerca de 354 utentes (37 no privado e 317 nas IPSS). Relativamente a 2010, observa-se um ligeiro declínio. No entanto, e dado que não existe informação relativamente a duas instituições de carácter particular, o resultado pode ser inverso.

A Maia destaca-se como a freguesia cujas instituições cobrem um maior de utentes, sendo seguida pela freguesia de Pedrouços.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

Capacidade instalada, em termos de número de utentes que pode acolher, os Serviços de Apoio Domiciliário das instituições.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional da Pessoa Com Deficiência 2011-2013

Metas Estratégicas

Aumento capacidade Serviço de Apoio Domiciliário (ENDEF 2011-2013)

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2004	n.a
2009	n.a
2010	542
2011	513

Capacidade do SAD, Maia

Espaço Geográfico	Total
Águas Santas	35
Barca	
Folgosa	
Gemunde	
Gondim	
Gueifães	60
Maia	160
Milheirós	40
Moreira	
Nogueira*	32
Pedrouços*	100
S. M. Avioso	
S. P. Avioso	40
S. P. Fins	
Silva Escura	
V. N. Telha	46
Vermoim	
Total	513

* - Sem informação relativamente a instituições particulares

Capacidade do SAD, Maia, 2011**Análise Sumária**

A capacidade de resposta que as instituições com SAD do concelho tinham, em 2011, era de um total de 513 utentes. Face a 2010 observa-se um declínio da capacidade, o que não vai ao encontro do objetivo definido ao nível da ENDEF 2011-2013 de aumentar a capacidade deste tipo de resposta social.

Embora em termos absolutos se registre um decréscimo, não se pode esquecer que:

- não existe informação relativa a duas instituições de carácter privado;
- a curto prazo, prevê-se que a oferta seja substancialmente superior, face à execução dos projetos de algumas instituições, cujas candidaturas foram já aprovadas no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano e do PARES, e que incluem o serviço de apoio domiciliário, com cerca de uma centena de vagas.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Desportivos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DFD)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º total de instalações desportivas, desagregadas por tipologia e freguesia.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

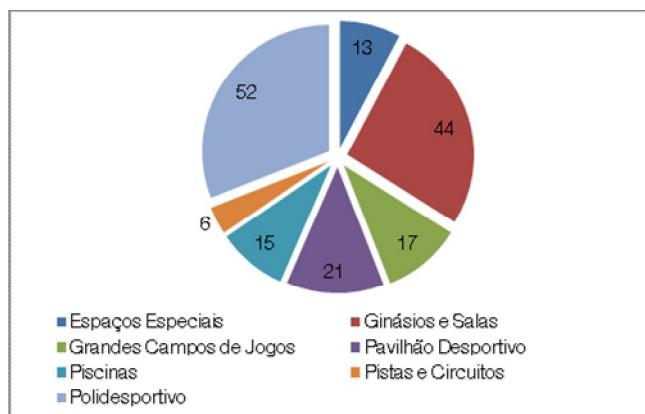
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2007	124
2009	134
2010	134
2011	168

Instalações Desportivas, Maia**N.º de Instalações Desportivas por Tipologia, 2011**

Espaço Geográfico	Total
Águas Santas	35
Barca	2
Folgosa	9
Gemunde	8
Gondim	1
Gueifães	14
Maia	13
Milheirós	3
Moreira	17
Nogueira	7
Pedrouços	10
S. M. Avioso	10
S. P. Avioso	6
S. P. Fins	5
Silva Escura	1
V. N. Telha	5
Vermoim	35
Total	168

Instalações desportivas, freguesia, 2011**Análise Sumária**

No concelho da Maia existia, em 2011, um total de 168 instalações desportivas, registando-se um acréscimo face ao valor base da carta desportiva elaborada no âmbito do processo de revisão do PDM, em que o n.º de equipamentos era de 124.

Atualmente, destacam-se os polidesportivos/parques desportivos (52), seguindo-se o grupo de equipamentos inseridos na tipologia de Ginásios e Salas, num total de 44 (ainda que muitos correspondam a ginásios de índole privada, existe ainda um número significativo de salas municipais integradas nos complexos desportivos municipais) e, bem ainda, os pavilhões desportivos (21).

Numa distribuição por freguesia, Águas Santas e Vermoim apresentam uma clara supremacia, com 35 equipamentos desportivos cada. Pelo contrário, às freguesias de Barca, Gondim e Silva Escura registam o valor mais reduzido, consentâneo com a baixa pressão demográfica destas unidades territoriais.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Desportivos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análisen.º (m²)**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (DFD)

Descrição/Metodologia

Evolução da área da superfície desportiva útil das instalações desportivas existentes no concelho.

A superfície desportiva útil corresponde à superfície delimitada pelo traçado do jogo ou prática, acrescida das áreas de segurança mínimas necessárias.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2007	210240,80
2009	329969,00
2010	n.d
2011	335452,27*

n.d. - Não Disponível

* - dado subavaliado

Superfície Desportiva Útil, Maia

Espaço Geográfico	Total
Águas Santas	23309,23
Barca	5278,5
Folgosa	121300,5
Gemunde	21324
Gondim	6528
Gueifães	7637,31
Maia	2096
Milheirós	6686
Moreira	9435,96
Nogueira	13747
Pedrouços	26838
S. M. Avioso	8357,69
S. P. Avioso	2144
S. P. Fins	8365,56
Silva Escura	13640
V. N. Telha	16653
Vermoim	42111,52
Total	335452,27

Superfície Desportiva Útil, freguesia, 2011**Análise Sumária**

Atualmente, a superfície desportiva útil dos equipamentos desportivos existentes no concelho totaliza cerca de 335.452 m².

Comparando com os dados existentes à data da elaboração da Carta Desportiva, no âmbito do processo de revisão do PDM observa-se um crescimento assinalável, fruto quer da aposta na construção de novos equipamentos desportivos por parte da Câmara Municipal, quer da instalação de equipamentos de índole privada, sobretudo Ginásios. De facto, entre 2007 e 2011 passou-se de um total de 124 para um total de 168 equipamentos desportivos.

Assim, face a 2007, observou-se um crescimento de cerca de 59% da área desportiva útil dos equipamentos desportivos.

Ainda assim, é importante ressaltar que a área desportiva útil dos equipamentos desportivos encontra-se subavaliada devido ao facto de até à data de elaboração do REOT ainda não se ter recebido informação relativa à área desportiva útil de alguns equipamentos desportivos de índole privada, na sua maioria de Ginásio e Salas.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Desportivos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análisen.º (m²/hab.)**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (DFD)

Descrição/Metodologia

Rácio entre a superfície desportiva útil sobre a população residente num determinado período de tempo.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO)

Metas Estratégicas

4 m² de superfície desportiva útil por habitante, que se reparte pelas tipologias de equipamentos de base de modo a atribuir: 95% de área a reservar para atividades ao ar livre, 2 a 2,5% para salas de desporto e 1,5% para superfícies de plano de água em piscinas cobertas ou ao ar livre.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2007	1,75
2009	2,31
2010	n.d
2011	2,48

n.d. – Não disponível

Superfície Desportiva Útil/Habitante, Maia

Espaço Geográfico	Total
Águas Santas	0,85
Barca	2,00
Folgosa	32,75
Gemunde	4,09
Gondim	2,96
Gueifães	0,64
Maia	0,17
Milheirós	1,38
Moreira	0,73
Nogueira	2,51
Pedrouços	2,21
S. M. Avioso	1,85
S. P. Avioso	0,56
S. P. Fins	4,55
Silva Escura	5,44
V. N. Telha	2,83
Vermoim	2,67
Total	2,48

Superfície Desportiva Útil/Habitante, Freguesia, 2011**Análise Sumária**

Em 2011, observa-se uma área desportiva útil por habitante de cerca de 2,48 m², crescendo consideravelmente face ao valor apurado em 2007, que não atingia os 2 m²/hab.

Numa análise à escala infraconcelhia observam-se disparidades significativas. Folgosa destaca-se claramente como a freguesia que apresenta um rácio de área desportiva útil por habitante superior, uma vez que, por um lado, estamos perante uma freguesia na qual se localiza o Aeródromo Municipal de Vilar de Luz, que dispõe de grandes espaços de uso especial destinados à prática de atividades de recreio e lazer, por outro lado, é uma das freguesias cuja dinâmica populacional é mais reduzida.

Paralelamente, Gemunde, S. P. de Fins e Silva Escura são freguesias que também apresentam um rácio superior à meta definida pela Unesco de 4 m² ADU/hab.

Pela negativa, surge Gueifães e Maia, duas das freguesias da designada Cidade da Maia, e ainda a freguesia de S. P. de Avioso e de Moreira, as quais, embora possuem um elevado número de equipamentos, não atingem 1 m² ADU/hab.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Desportivos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de Parques infantis existentes no concelho por freguesia e respetiva propriedade (designadamente câmara municipal e juntas de freguesia).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

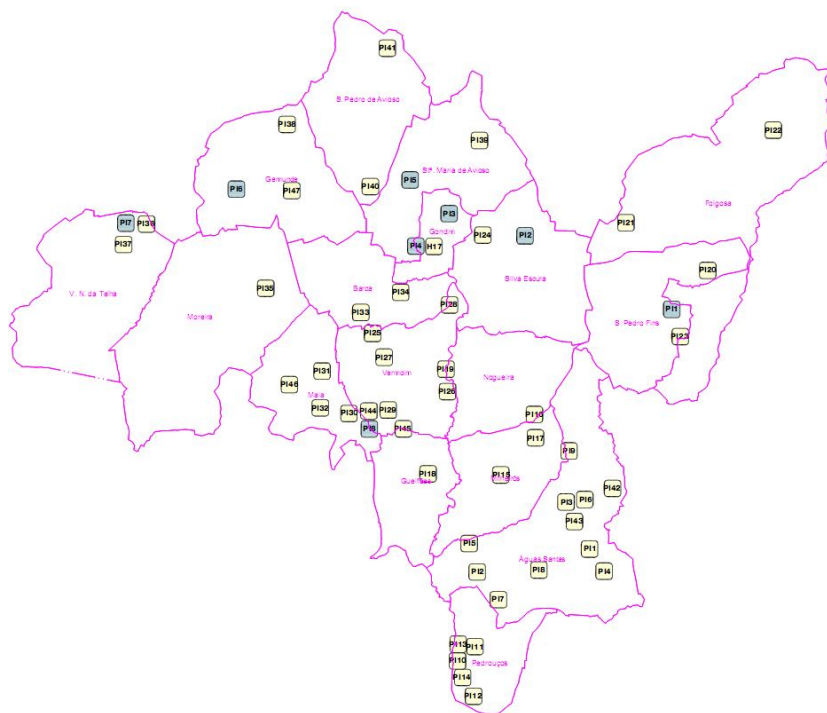
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Parques Infantis
2007	36
2011	58

Evolução Parques Infantis, Maia

Freguesia	CM	JF	Total
Águas Santas	12		12
Barca	1		1
Folgosa	3		3
Gemunde	2	1	3
Gondim		2	2
Gueifães	1		1
Maia	4		4
Milheirós	3		3
Moreira	1		1
Nogueira	1		1
Pedrouços	4		4
S. M. Avioso	1	1	2
S. P. Avioso	4		4
S. P. Fins	1	1	2
Silva Escura	1	1	2
V. N. Telha	2	1	3
Vermoim	9	1	10
Total	50	8	58

Parques Infantis por freguesia, 2011**Análise Sumária**

No concelho da Maia, e segundo o levantamento fornecido pela Divisão de Ambiente, em 2011, existiam 58 parques infantis, 50 a cargo da Câmara Municipal e 8 propriedade das respetivas Juntas de Freguesia.

Face ao valor apurado aquando a elaboração da Carta Desportiva no âmbito do processo de revisão do PDM verificou-se um crescimento substancial, indo ao encontro do objetivo definido de fomento desta tipologia de espaços de jogo e recreio.

A freguesia de Águas Santas, e como seria de esperar devido à elevada densidade demográfica aí registada, apresenta o número de parques infantis mais elevado, representando cerca de 20% do total de parques infantis existentes no concelho, seguindo-se, de perto, a freguesia de Vermoim.

As demais freguesias apresentam valores absolutos de parques infantis residuais, realçando-se que Barca, Moreira e Nogueira apenas dispõem, cada uma, de um único parque infantil.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Desportivos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análisen.º (m²)**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Total de área de implantação dos parques infantis por freguesia.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Municipio

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Freguesia	CM	JF	Total
Águas Santas	1264		1264
Barca	261		261
Folgosa	267		267
Gemunde	160	58	218
Gondim		350	350
Gueifães	280		280
Maia	399		399
Milheirós	283,5		283,5
Moreira	140		140
Nogueira	30		30
Pedrouços	830		830
S. M. Avioso	100	80	180
S. P. Avioso	895		895
S. P. Fins	147	105	252
Silva Escura	472	120	592
V. N. Telha	891	50	941
Vermoim	1061	140	1201
Total	7480,5	903	8383,5

Área Parques Infantis por freguesia, 2011**Análise Sumária**

Os 58 parques infantis registados, em 2011, no concelho ocupavam uma área total de 8383,5 m². Destes, cerca de 90% correspondem aos parques pertencentes à Câmara Municipal.

Registando um número superior de parques, Águas Santas e Vermoim são também as freguesias que apresentavam uma área ocupada superior. No sentido oposto surge a freguesia de Nogueira.

Para o presente indicador não é possível estabelecer comparação com os valores anteriores e avaliar a tendência uma vez que apenas no corrente ano se passou a integrar estes dados no sistema de monitorização.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Desportivos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análisen.º (m²)**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Rácio entre a população residente, com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, e o número de parques infantis. Embora a população entre os 0 e os 12 anos seja considerada o público-alvo desta tipologia de equipamentos considerou o grande grupo etário dos 0 aos 14 anos, pela disponibilização de dados por parte do Instituto Nacional de Estatística.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Freguesia	População 2011 0 14 anos (1)	Rácio população por parque infantil
Águas Santas	4831	402,6
Barca	371	371,0
Folgosa	598	199,3
Gemunde	870	290,0
Gondim	393	196,5
Gueifães	1757	1757,0
Maia	2154	538,5
Milheirós	832	277,3
Moreira	2277	2277,0
Nogueira	1021	1021,0
Pedrouços	1758	439,5
S. M. Avioso	800	400,0
S. P. Avioso	672	168,0
S. P. Fins	317	158,5
Silva Escura	497	248,5
V. N. Telha	958	319,3
Vermoim	2672	267,2
Total	22778	392,7

(1) Dados apurados a 7 de Dezembro 2011 pelo INE

Rácio Habitantes por Parque Infantil, por freguesia, 2011**Análise Sumária**

Em 2011, existiam cerca de 392 habitantes com 14 ou menos anos por cada parque infantil. Moreira e Gueifães, densamente povoadas e com reduzido n.º de parques infantis são as freguesias com um registo de habitantes por parque mais elevado, devendo-se definir estratégias de programação destes equipamentos nestas áreas.

Em 2001, o concelho da Maia, com um total de 36 parques infantis, observava um rácio de 581.67 hab. com menos de 14 anos por parque infantil.

No período em análise observa-se uma evolução positiva do rácio de parques infantis por habitante.

N.º de Equipamentos Culturais e Cívicos		N.º 137	Tendência								
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado									
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM									
Descrição/Metodologia N.º de equipamentos na tipologia de culturais e cívicos.											
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Não definida									
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -									
Quadros/Representação Gráfica											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2009</td> <td>27</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>26</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>26</td> </tr> </tbody> </table>				Ano	N.º	2009	27	2010	26	2011	26
Ano	N.º										
2009	27										
2010	26										
2011	26										
Equipamentos Culturais e Cívicos											
Análise Sumária											
Em 2009 registaram 27 equipamentos públicos inseridos na tipologia de equipamentos culturais e cívicos, passando quer em 2010 quer em 2011 a registar-se apenas um total de 26 equipamentos, dado o encerramento do Museu Automóvel da Maia.											

N.º de Equipamentos de segurança e proteção civil		N.º 138	Tendência
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Sociais	Modelo DPSIR Estado	
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM	
Descrição/Metodologia N.º de equipamentos de Segurança e Proteção Civil.			
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Municipio Não definida	
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -	
Quadros/Representação Gráfica			
Ano	Segurança e Proteção Civil		
	PSP	GNR	Bombeiros
2009	3	2	4
2010	3	2	4
2011	3	2	4
Equipamentos Segurança e Proteção Civil			
Análise Sumária			
<p>Na Maia existem 3 postos da PSP (Maia, Águas Santas e Aeroporto), 2 postos da GNR (S. P. Avioso e Brigada de Trânsito na A3) e duas corporações de bombeiros voluntários com dois quartéis cada.</p> <p>Os equipamentos de segurança e proteção civil existentes no concelho continuam a ser, em termos absolutos, os mesmos que existiam à data de elaboração dos trabalhos de revisão do PDM. No entanto, desde então, observou-se a desativação do quartel da GNR existente no centro da Maia e a respetiva deslocalização para um novo edifício na freguesia de S. P. de Avioso.</p>			



- 139. Áreas Verdes Públicas
- 140. Capitação de Espaços Verdes
- 141. Total de Árvores
- 142. N.º de Árvores per Capita
- 143. Seccionamento dos Ecossistemas
- 144. Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas
- 145. Investimento público no ordenamento dos cursos de água
- 146. Área de margem e de leito reabilitada
- 147. Percentagem do concelho coberta por floresta
- 148. Área Florestal Ardida
- 149. Área Florestal Ardida Requalificada Ambientalmente ***
- 150. Coberto Florestal – introdução de Novas Espécies ***
- 151. Superfície Agrícola Utilizada
- 152. Taxa de Abandono Agrícola
- 153. Áreas de Uso agrícola submetidas a projetos FEDER
- 154. Área afetada por níveis sonoros acima dos limites legais
- 155. População afetada por níveis sonoros acima dos limites legais
- 156. Medidas de minimização de ruído
- 157. Queixas recebidas relativamente a ruído automóvel
- 158. Qualidade do Ar
- 159. Emissão de gases com efeito estufa
- 160. Estabelecimentos industriais abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007
- 161. Acidentes Industriais
- 162. Acidentes viários envolvendo substâncias perigosas
- 163. População Servida por Sistema de Abastecimento de Água
- 164. Caudal de Água Captado
- 165. Volume de Consumo de Água
- 166. M³ de água consumida por habitante
- 167. População servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais
- 168. M³ de águas residuais drenadas e tratadas
- 169. Reutilização de águas residuais tratadas
- 170. Produção de Resíduos
- 171. Capitação diária de resíduos por habitante
- 172. N.º de Ecopontos
- 173. N.º de fogos abrangidos pelo sistema porta-a-porta

Tema

Ambiente

Subtema

Espaços Verdes

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º (m²)

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Evolução das áreas destinadas a espaços verdes de utilização pública.

Evolução, anual, das áreas destinadas a espaços verdes de utilização pública executada por entidade, isto é, Câmara Municipal e outras entidades (este último engloba os espaços executados no âmbito das obras particulares e outras entidades públicas).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

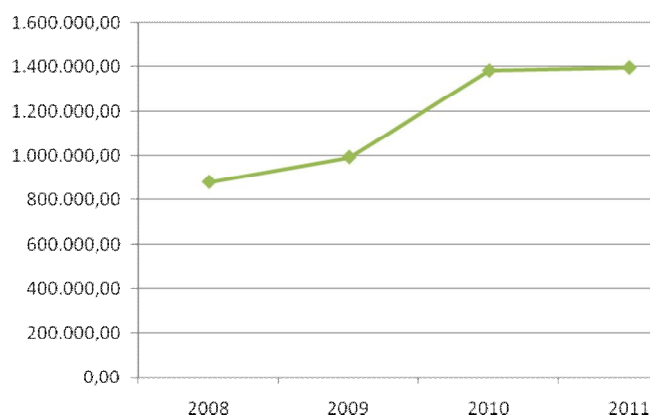
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Áreas Verdes (m²)	Executado CM	Executado outras Entidades
2008	880.843,56	-	-
2009	993.663,22	93733,46	19086,2
2010	1.382.276,53	29465,77	8903,54
2011	1.395.596,79	1746,70	48828,51

Áreas Verdes



Evolução das Áreas Verdes

Análise Sumária

Em 2011, os espaços verdes do município totalizavam uma área total de 1.395.596,79 m², com uma evolução positiva relativamente a 2008 (880.843,56 m²), a qual se ficou a dever, sobretudo, à construção de áreas verdes efetuada pelo município durante 2009, mas também a um levantamento mais rigoroso das áreas verdes de uso público existentes no Município.

Em 2009, a maior parte das áreas verdes públicas executadas foram promovidas pela Câmara Municipal (93.733,46m²). Em 2010, esse valor foi de 29.465,77 m² e, em 2011, de apenas 1746,7 m². Ao contrário da tendência decrescente verificada na promoção municipal de novas áreas verdes, assistiu-se a um crescimento positivo das áreas verdes executadas por outras entidades, atingindo, em 2011, um valor de cerca de 48.828 m².

Capitação de Áreas Verdes

N.º 140

Tendência ▲

Tema

Ambiente

Subtema

Espaços Verdes

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análisen.º (m²)**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente), INE (Anuário Estatístico da Região Norte, 2008, 2009 e 2009, e dados Preliminares dos Censos de 2011)

Descrição/Metodologia

Relação entre a área verde de uso público existente no município e a população residente.

Área total de espaços verdes/total de população residente.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.

Meta/Objetivo Município

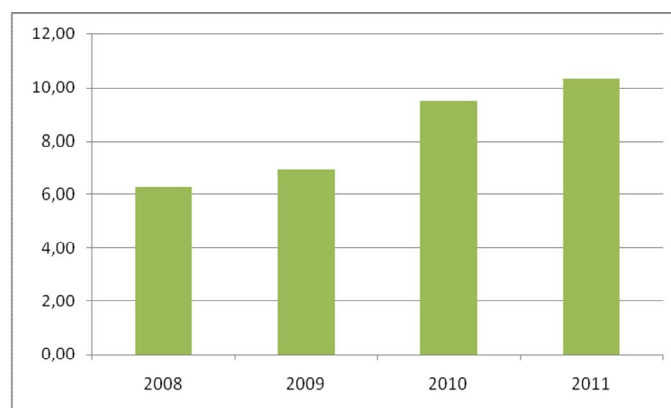
Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas40 m²/hab, sendo de 30 m²/hab para a EVP e 10 m²/hab para a EVS (Declaração Princípios da Quercus)
12 m²/hab (Recomendação da ONU)**Quadros/Representação Gráfica**

Ano	Área Verde	Habitante	Área Verde/Hab.
2008	880843,56	140859	6,25
2009	993663,22	143371	6,93
2010	1382276,53	145791	9,48
2011	1395596,79	135306	10,31

Área Verde Pública por Habitante**Evolução da Área Verde Pública por Habitante****Análise Sumária**

Tendo em conta as estimativas da população residente em 2008, a área verde por habitante, era de aproximadamente 6,25 m². Os resultados de monitorização mostram uma evolução positiva do presente indicador que, em 2011, registava já um rácio de 10,31 m²/hab., valor bem próximo de atingir o valor de referência definido pela ONU para a área verde por habitante, que se situa em 12 m² por habitante.

Tema Ambiente	Subtema Espaços Verdes	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Div. Ambiente)
Descrição/Metodologia Avaliação, anual, do número total de árvores de rua existentes no concelho, com a descrição, anual, do n.º de novas árvores plantadas nos arruamentos municipais.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.	Meta/Objetivo Município Crescente
---	---

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Total	Plantadas
2009	n.d	509
2010	n.d	115
2011	10507	729

Árvores de rua, Maia**Análise Sumária**

Em 2009, a Câmara Municipal procedeu à arborização de um total de 44 arruamentos, correspondendo a um total de 509 exemplares de árvores implantados na rede viária municipal. Em 2010, verificou-se a arborização de um total de 14 arruamentos (115 árvores).

Embora não exista informação quanto ao número total de árvores de rua existentes no concelho para os anos 2009 e 2010, em 2011 efetuou-se um levantamento e georreferenciação de todas as árvores existentes nos arruamentos municipais, que permitiu concluir existirem 10507 árvores, das quais 729 foram plantadas em 2011.

N.º de Árvores per Capita		N.º 142	Tendência				
Tema Ambiente	Subtema Espaços Verdes	Modelo DPSIR Estado					
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Div. Ambiente), INE (Anuário Estatístico da Região Norte, 2008, 2009 e 2009, e dados Preliminares dos Censos de 2011)					
Descrição/Metodologia Evolução do n.º de árvores de rua existentes no concelho por habitante. Foram de cálculo: n.º de árvores existente no ano (n)+n.º de árvores plantadas no ano (n+1) - n.º de árvores abatidas no ano (n+1)/n.º de habitantes no ano (n+1)							
Objetivos PDM/Fator Ambiental Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.		Meta/Objetivo Município Crescente					
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -					
Quadros/Representação Gráfica							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>árvores/habitante</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2011</td> <td>0,08</td> </tr> </tbody> </table> <p>Capitação de árvores por habitante</p>				Ano	árvores/habitante	2011	0,08
Ano	árvores/habitante						
2011	0,08						
Análise Sumária							
<p>Atendendo a que a arborização de arruamentos assume também um papel importante nas áreas urbanas, em termos ambientais e paisagísticos, no sentido em que podem assumir parte integrante de corredores verdes/ecológicos que estabelecem a ligação entre espaços verdes, considerou-se oportuno, e para além da avaliação do n.º total de árvores, estabelecer a relação das mesmas com a população residente.</p> <p>Assim, e de acordo com o levantamento realizado, em 2011, a capitação de arborização por habitante era de 0,08 (unidades/habitante). Relativamente a este indicador não existe nenhum valor de referência ou meta a atingir, por forma a avaliar a performance do concelho da Maia.</p> <p>No entanto, de acordo com pesquisa efetuada, estão a ser desenvolvidas por outras autarquias e regiões (Oeiras e Açores) uma política de uma árvore plantada por cada habitante, por forma a igualar o número de árvores existentes ao número total de habitantes do espaço geográfico.</p>							

Tema

Ambiente

Subtema

Seccionamento dos Ecossistemas

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análisen.º (m² e m/l)**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (DPTUP, DCEM)

Descrição/MetodologiaMetros lineares de sistemas fragmentados e m² de sistemas seccionados por sistema.**Objetivos PDM/Fator Ambiental**

Paisagem

Meta/Objetivo Município

Diminuição

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	M/L Sistema Seccionado			M2 Sistema Seccionado		
	RAN	REN	Áreas Florestais	RAN	REN	Áreas Florestais
2009	273	0	0	6472,95	0	0
2010	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0

Seccionamento dos Ecossistemas**Análise Sumária**

Subjacente aos princípios do PDM está o objetivo de evitar a fragmentação dos ecossistemas e habitats naturais através da manutenção de contínuos naturais.

Os ecossistemas mais relevantes do concelho estão presentes nas áreas agrícolas, florestais e nas áreas adjacentes aos cursos de água, salvaguardados no PDM pela integração das mesmas em Reserva Agrícola Nacional, em Reserva Ecológica Nacional e nas diferentes categorias de áreas florestais.

Desde a entrada em vigor do PDM de 2009, a construção da PS12 A, no âmbito das obras da Sociedade Metro do Porto, S.A., traduziu-se na única construção de infraestruturas de carácter rodo ferroviário que conduziu à fragmentação de um ecossistema, designadamente RAN, numa extensão de 273 m/l. Este fracionamento do sistema abrangeu uma área de 6.472,95 m².

Durante o ano de 2010 e de 2011 não se verificou qualquer tipo de construção conducente ao agravamento da fragmentação dos ecossistemas.

Tema

Ambiente

Subtema

Recursos Hídricos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

Qualitativo

Periodicidade

Anual

Fonte

www.snirh.pt

Descrição/Metodologia

Qualidade das Águas Superficiais, que correspondem às águas interiores, com exceção das águas subterrâneas, águas de transição, águas costeiras, incluindo-se nesta categoria, no que se refere ao estado químico, as águas territoriais. N.º de análises com valores superiores aos máximos admitidos para rega.

Avaliação do estado qualitativo das águas subterrâneas (todas as águas que se encontram abaixo da superfície do solo, na zona saturada, e em contacto direto com o solo ou com o subsolo).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Recursos Hídricos

Meta/Objetivo Município

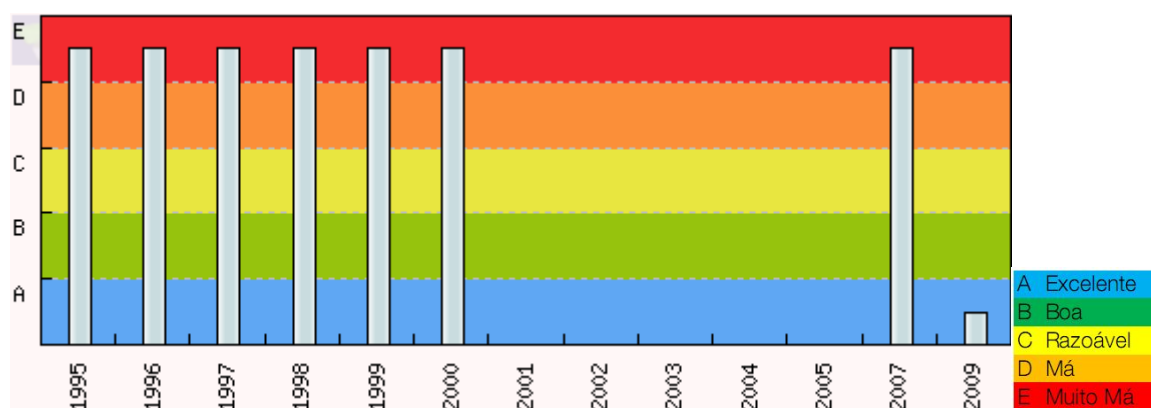
Crescente

Documentos Referência Estratégica

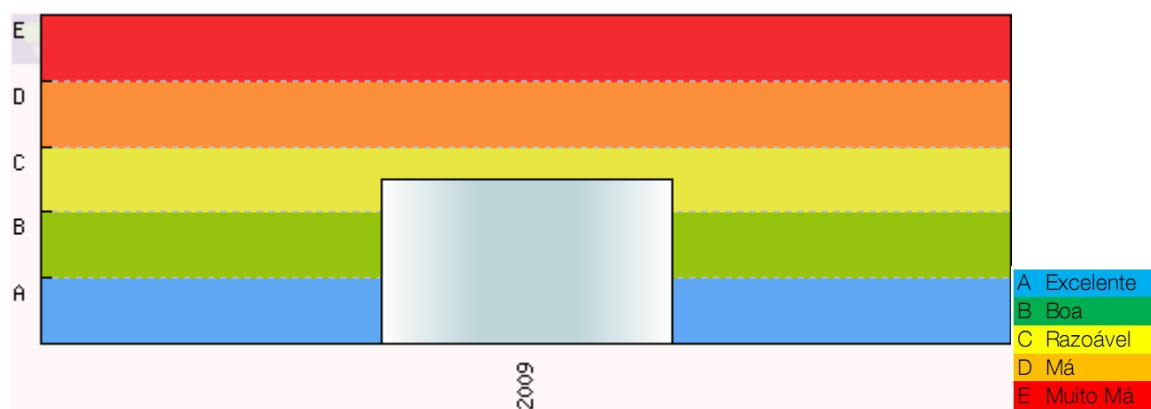
Plano Nacional da Água (PNA)

Metas Estratégicas

PNA - Não deteriorização do estado de qualidade do meio hídrico em relação ao estado atual

Quadros/Representação Gráfica

Qualidade das Águas Superficiais - Estação Ponte de Moreira



Qualidade das Águas Superficiais - Estação Ponte da Pedra (Leça)

Análise Sumária

No que diz respeito à Qualidade das Águas Superficiais, de acordo com os dados disponibilizados pelo SNIRH - Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos, só a partir de 2009 se obteve, na estação de Ponte de Moreira, a classificação na classe A - Excelente, o que reflete, de alguma forma, o esforço que tem vindo a ser feito pelo município no sentido de inverter as classificações de Muito Má, registadas no período entre 1995 a 2000 e em 2007.

Relativamente à Estação de Ponte da Pedra (do Rio Leça) em 2009 a qualidade da água era razoável.

Não é possível atualizar o presente indicador uma vez que os dados disponibilizados na plataforma do SNIRH continuam a reportar-se ao ano de 2009.

Relativamente à qualidade das águas subterrâneas, previsto igualmente neste tema, não é objeto de apresentação de dados pelo facto de, até esta data, não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Investimento Público no ordenamento das margens dos cursos de água

N.º 145

Tendência

Tema

Ambiente

Subtema

Recursos Hídricos

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DFP e Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Investimentos realizados pela Câmara Municipal, em euros, no ordenamento das margens dos cursos de água.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Recursos Hídricos

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Investimento
2009	0,00
2010	15.750,00
2011	4.830,00

Investimento no ordenamento das margens dos cursos de água**Análise Sumária**

Durante o ano de 2009, não se verificou qualquer investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água. Quanto ao ano transato, e de acordo com informação prestada pelo Departamento de Finanças e Património, o investimento municipal no ordenamento das margens dos cursos de água foi de 15.750,00 euros, correspondendo a projetos de limpeza, desassoreamento e reconstrução de margens e leitos de linhas de água e seu tratamento paisagístico.

No ano de 2011, o investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água foi de 4890 euros, conforme informação prestada pela Divisão de Ambiente.

Percentagem de área do concelho coberta por floresta

N.º 147

Tendência

Tema

Ambiente

Subtema

Flora

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º (%)

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (GTF)

Descrição/Metodologia

Evolução da área florestal existente no concelho.

Corresponde à Área florestal/área total do concelho*100.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_Flora

Meta/Objetivo Municipio

Não Definida

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

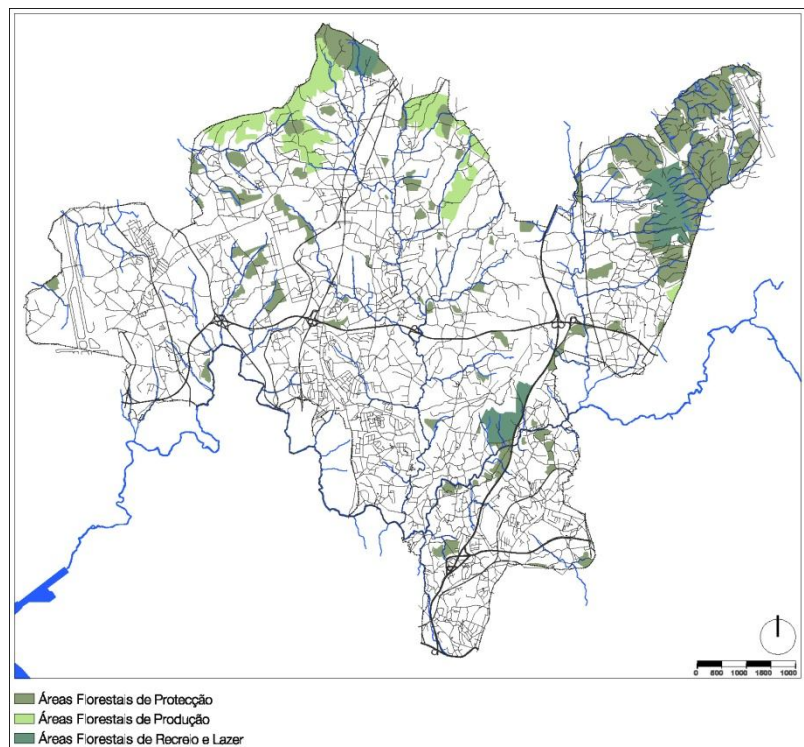
Metas Estratégicas

ENDS tem como vetor estratégico a gestão sustentável dos recursos florestais e a sua proteção adequada

Quadros/Representação Gráfica

Ano	%
2011	44,81

Percentagem área florestal, Maia



Áreas Florestais PDM 2009

Análise Sumária

De acordo com a informação prestada por parte do Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal, em 2011, correspondia a cerca de 44,8% a área do território concelhio coberta por povoamentos florestais.

De referir que de acordo com o definido no âmbito do processo de revisão do PDM, em 2009, na Maia, 1138,3 ha do território foi classificado nas diferentes categorias de solo referentes a Áreas Florestais, representando cerca de 13,5% da área total do concelho, dos quais 696,4 ha são Área Florestal de Protecção, 273,1ha são Áreas Florestais de Produção e 168,8 ha são Áreas Florestais de Recreio e Lazer. Assim, verifica-se que persistem no concelho alguns povoamentos florestais classificados noutras categorias de uso do solo.

Tema Ambiente	Subtema Flora	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise n.º/ha	Periodicidade Anual	Fonte CMM (GTF)
Descrição/Metodologia N.º de fogos registados e área florestal afetada por incêndios florestais.		

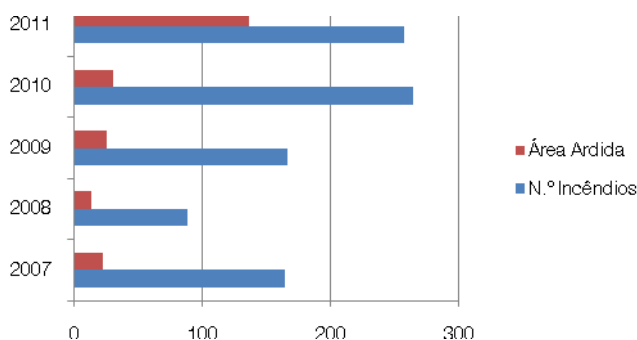
Objetivos PDM/Fator Ambiental FA_Flora	Meta/Objetivo Município Decrescente
--	---

Documentos Referência Estratégica Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) Estratégia Nacional para a Floresta (RCM n.º 114/2006, de 15 de Setembro)	Metas Estratégicas ENDS define como meta nacional eliminar incêndios com áreas > 1000 ha e área média anual ardida < 100 000 ha até 2012 ENF apresenta como objetivo principal a diminuição dos riscos aos quais os espaços florestais são suscetíveis, designadamente a redução da vulnerabilidade a incêndios florestais
--	---

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Incêndios	Área Ardida (ha)
2007	164	21,88
2008	88	12,86
2009	166	25,14
2010	264	30,27
2011	257	136,17

Evolução n.º incêndios e área ardida



Evolução n.º incêndios e área ardida

Análise Sumária

De acordo com informação prestada pelo Gabinete Técnico Florestal, no ano de 2009, registaram-se 166 fogos florestais, em 2010, 264 e, em 2011, um total de 257, correspondendo, respetivamente, a cerca de 25 ha, 30 ha e 136 ha de área florestal ardida.

Comparativamente com os anos transatos, a área ardida em 2011 foi consideravelmente superior, ainda que, em termos de n.º de ocorrências de incêndios se destaque pela negativa o ano de 2010.

A Câmara Municipal, nomeadamente por parte do seu Gabinete Técnico Florestal, deverá desenvolver ações junto dos proprietários das áreas ardidas, incentivando a requalificação das mesmas e a introdução de novas espécies.

Tema

Ambiente

Subtema

Solo

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º (ha)

Periodicidade

Decenal

Fonte

INE – Recenseamento Agrícola

Descrição/Metodologia

Evolução da área, em hectares, da superfície agrícola utilizada no concelho.

A superfície agrícola utilizada (SAU) corresponde à superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes (INE).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_Solo

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

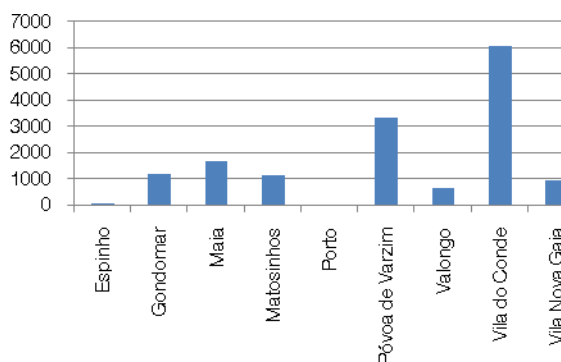
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	SAU (ha)
1999	1776
2009	1719

Superfície Agrícola Utilizada, Maia**Superfície Agrícola Utilizada, Grande Porto, 2011****Análise Sumária**

De acordo com o último recenseamento agrícola de Portugal, datado de 2009, correspondia a 1719 ha a área do concelho relativa a Superfície Agrícola Utilizada, observando-se um decréscimo face a 1999, em que a SAU era de 1776 ha.

Tal reforça a característica do concelho de declínio da atividade agrícola, reforçado pela evolução negativa das empresas e da população ativa no setor primário.

Em termos absolutos, a Maia é o terceiro concelho do Grande Porto que em 2009 registava o valor mais elevado de SAU, só sendo superado pelos concelhos cuja atividade agrícola ainda é significativa, concretamente a Póvoa de Varzim e Vila do Conde. Os concelhos de Espinho e do Porto apresentam uma área de SAU bastante reduzida.

Taxa de Abandono Agrícola		N.º 152	Tendência						
Tema Ambiente	Subtema Solo	Modelo DPSIR Estado							
Unidade Análise n.º (ha)	Periodicidade Decenal	Fonte INE – Recenseamento Agrícola							
Descrição/Metodologia Superfície agrícola não utilizada (SANU)/Superfície Agrícola (SA) x 100 Superfície agrícola não utilizada é a superfície da exploração anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já o não é por razões económicas, sociais ou outras. Não entra em rotações culturais. Pode voltar a ser utilizada com auxílio dos meios geralmente disponíveis na exploração. Superfície Agrícola corresponde à soma da superfície agrícola utilizada, da superfície das matas e florestas sem culturas sob-coberto, da superfície agrícola não utilizada e das outras superfícies da exploração (conceito Instituto Nacional de Estatística).									
Objetivos PDM/Fator Ambiental FA_Solo		Meta/Objetivo Município Não definida							
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -							
Quadros/Representação Gráfica									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1999</td> <td>1,04</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>Taxa Abandono Agrícola, Maia</p>				Ano	%	1999	1,04	2009	
Ano	%								
1999	1,04								
2009									
Análise Sumária									
<p>Em 1999, a Taxa de Abandono Agrícola (relação entre a superfície agrícola não utilizada (27ha) e a superfície agrícola total, 2593 ha) era de 1,04%.</p> <p>À data de elaboração do presente relatório não foi possível atualizar os dados para o presente indicador, devido à inexistência de informação do último recenseamento agrícola quanto à superfície agrícola não utilizada.</p>									

Áreas de uso agrícola submetidas a projetos financiados pelo FEDER

N.º 153

Tendência

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Ambiente	Solo	Estado
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
n.º (ha)	Anual	FEDER

Descrição/Metodologia

Levantamento das áreas de uso agrícola submetidas a projectos financiados pelo FEDER.

Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Municipio
FA_Solo	Não definida

Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas
-	-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	ha
2009	0
2010	0
2011	0

Área Agrícola submetida a projetos financiados FEDER**Análise Sumária**

Quer no âmbito do anterior quadro comunitário de apoio quer do atual QREN 2007-2013 não houve qualquer projeto em áreas de uso agrícola submetidas a financiamento por parte do FEDER, o que traduz o escasso investimento nesta área.

Embora a designação do indicador ambiental seja Área Agrícola submetida a projetos FEDER, e tendo conhecimento que o financiamento para o setor agrícola provém diretamente de outros fundos de financiamento, desenvolver-se-á diligências no sentido de obter a informação junto dessas entidades e, em futuros relatórios, serão apresentados os dados que forem disponibilizados.

Tema

Ambiente

Subtema

Poluição Sonora e Atmosférica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

5 em 5 anos

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Evolução das áreas afetadas por níveis sonoros acima dos limites legais, no período diurno/entardecer/noturno (Lden) e noturno (Ln).

Soma das áreas com níveis sonoros superior aos limites legais para zona mista (LAeq \geq 65 B(A)) para o período diurno/entardecer/noturno e no noturno considerando as isofónicas superiores a 55 dB(A).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_Ruído

Meta/Objetivo Municipio

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 janeiro)

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

dB (A) Lden LN	Concelho	
	Área	%
Lden < 55	3753,55	46
55 < Lden < 60	1801,61	22
56 < Lden < 65	1224,81	15
65 < Lden < 70	687,51	8
70 < Lden < 75	407,51	5
Lden > 75	369,1	4
Lden \geq 65	1464,12	18
Ln < 45	1117,4	14
45 < Ln < 50	976,92	12
50 < Ln < 55	1659,23	20
55 < Ln < 60	1801,61	22
60 < Ln < 65	1224,81	15
65 < Ln < 75	687,51	8
Ln > 70	776,61	9
Ln \geq 55	4490,54	54

Classificação Zonas Concelho**Análise Sumária**

Considerando a proposta de Carta de Classificação de Zonas, em 2008, cerca de 18% do território no período global e aproximadamente 54% no período noturno encontra-se acima dos limites máximos admissíveis para as zonas sujeitas a classificação (situação evidenciada no quadro apresentado). Estas áreas localizam-se, fundamentalmente, em torno das principais vias de tráfego e de atravessamentos de avenidas com elevados fluxos de tráfego.

Nestas circunstâncias, e de acordo com o enunciado no Regulamento Geral do Ruído, será necessária a elaboração de um Plano Municipal de Redução de Ruído.

A atualização dos valores referentes ao presente indicador será efetuada a cada 5 anos, por obrigatoriedade legislativa de revisão das cartas de ruído ao fim do período referido.

População afetada por níveis sonoros acima dos limites legais		N.º 155	Tendência										
Tema Ambiente	Subtema Poluição Sonora e Atmosférica	Modelo DPSIR Estado											
Unidade Análise N.º	Periodicidade 5 em 5 anos	Fonte CMM (Div. Ambiente)											
Descrição/Metodologia Porcentagem de população exposta a determinadas classes de níveis sonoros expressas em décibéis (dB (A)).													
Objetivos PDM/Fator Ambiental Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_Ruído		Meta/Objetivo Município Decrescente											
Documentos Referência Estratégica Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 janeiro)		Metas Estratégicas Pretende-se reduzir o número de pessoas expostas a níveis sonoros superiores a 65 dB(A) no período diurno e 55 dB(A) no período noturno, de acordo com o Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 janeiro											
Quadros/Representação Gráfica													
<table border="1" style="margin: auto;"> <thead> <tr> <th colspan="2">Porcentagem da População Exposta a Ruído Ambiente Exterior - 2008</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Zona sensível:</td> <td>Período global de 24h (Lden) – cerca de 5% (4,97%);</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Período noturno (Ln) – cerca de 10% (9,57%);</td> </tr> <tr> <td>Zona Mista</td> <td>Período global de 24h (Lden) – cerca de 9% (8,61%);</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Período noturno (ln) – cerca de 20% (20,16%).</td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;">População afetada por níveis sonoros acima dos limites</p>				Porcentagem da População Exposta a Ruído Ambiente Exterior - 2008		Zona sensível:	Período global de 24h (Lden) – cerca de 5% (4,97%);		Período noturno (Ln) – cerca de 10% (9,57%);	Zona Mista	Período global de 24h (Lden) – cerca de 9% (8,61%);		Período noturno (ln) – cerca de 20% (20,16%).
Porcentagem da População Exposta a Ruído Ambiente Exterior - 2008													
Zona sensível:	Período global de 24h (Lden) – cerca de 5% (4,97%);												
	Período noturno (Ln) – cerca de 10% (9,57%);												
Zona Mista	Período global de 24h (Lden) – cerca de 9% (8,61%);												
	Período noturno (ln) – cerca de 20% (20,16%).												
Análise Sumária													
<p>Em 2008, a população municipal exposta a níveis sonoros acima dos limites, na zona sensível, durante o período global (Lden) corresponde a 5% da população, duplicando quando se tem em consideração apenas o período noturno (Ln).</p> <p>Na zona mista, 9% da população encontra-se exposta a níveis sonoros acima dos limites no período global (Lden), passando para cerca de 20% no período noturno (Ln).</p>													

Medidas de minimização de ruído		N.º 156	Tendência
Tema Ambiente	Subtema Poluição Sonora e Atmosférica	Modelo DPSIR Estado	
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Div. Ambiente)	
Descrição/Metodologia Evolução, anual, do número de medidas de minimização do ruído implementadas no município. Descrição com a identificação do: n.º/tipologia e investimento/ha.			
Objetivos PDM/Fator Ambiental Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_Ruído		Meta/Objetivo Município Crescente	
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -	
Quadros/Representação Gráfica			
Análise Sumária			
Como medida de minimização do ruído encontra-se em desenvolvimento a 1ª Fase do Plano Municipal de Redução do Ruído. Assim, ainda não foram implementadas outras medidas de redução do ruído uma vez que apenas recentemente foram definidas as zonas de conflito.			

Queixas recebidas relativas a ruído automóvel

N.º 157

Tendência ▲

Tema

Ambiente

Subtema

Poluição Sonora e Atmosférica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Evolução, anual, do número de exposições relativas ao ruído automóvel.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_Ruído

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

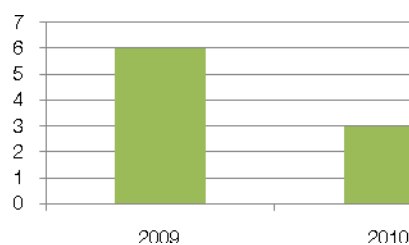
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2009	6
2010	3

Queixas Ruído Automóvel, Maia**Queixas Ruído Automóvel, Maia****Análise Sumária**

Durante 2009, a Câmara Municipal recebeu um total de 6 queixas relativas ao nível de ruído provocado pelo tráfego, enquanto, em 2010, apenas foram rececionadas um total de 3 exposições, indo de encontro da meta definida de redução do n.º de queixas recebidas.

Tema

Ambiente

Subtema

Poluição Sonora e Atmosférica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

www.qualar.org (APA)

Descrição/Metodologia

Evolução do número de dias com índice da qualidade do ar Muito Bom, Bom, Média, Fraco e Má (constituído por 5 poluentes: Dióxido de azoto (NO₂), Monóxido de carbono (CO 8h), Ozono (O₃), Partículas inaláveis ou finas (PM₁₀). O índice de qualidade do ar de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. A Maia insere-se na área Porto Litoral.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_Poluição Atmosférica

Meta/Objetivo Municipal

Aumento dos dias com qualidade do ar Muito Bom e Bom em detrimento dos restantes

Documentos Referência Estratégica

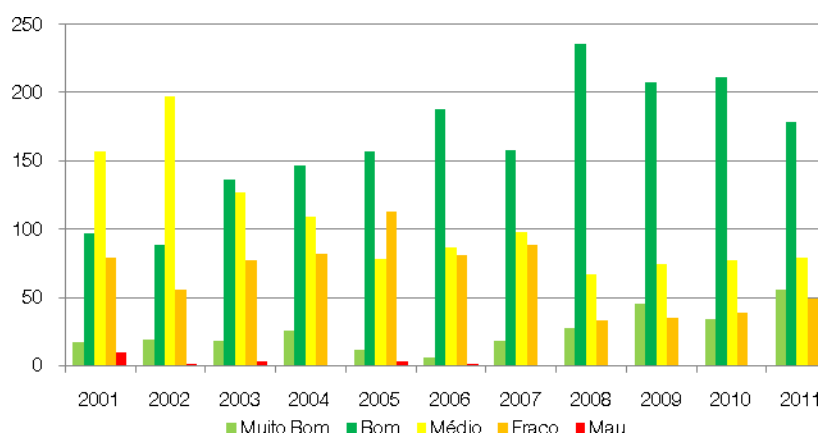
Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS)

Metas Estratégicas

Meta Qualitativa – Preservar a qualidade do ar nos casos em que esta seja aceitável e melhorá-la nos restantes (SIDS)

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	n.d
2001	18	97	157	80	10	3
2002	20	89	198	56	2	
2003	19	137	127	78	4	
2004	26	147	110	82	1	
2005	12	157	79	113	4	
2006	7	188	87	81	2	
2007	19	158	98	89	1	
2008	28	236	67	34	1	
2009	46	208	75	36	0	
2010	35	212	78	39	1	
2011	56	179	80	50	0	

N.º de dias incluídos em cada uma das classes do índice de Qualidade do Ar, Porto Litoral**Índice de Qualidade do Ar, Porto Litoral****Análise Sumária**

Em 2011 verificou-se um maior n.º de dias com índice de qualidade do ar Bom, seguindo-se o Médio, o Muito Bom e o Fraco. Não se registou qualquer dia na classe do Mau. Verifica-se um crescimento acentuado do n.º de dias com o índice de qualidade do ar Bom e Muito Bom, relativamente aos anos de 2001 a 2007, pese embora o ligeiro decréscimo em relação a 2008, 2009 e 2010. Em 2011, correspondeu a cerca de 64% o n.º total de dias com índice de qualidade do ar Muito Bom ou Bom, sendo que em 2010 e em 2008 era, respetivamente de 67,7% e 69,6%.

Tema

Ambiente

Subtema

Poluição Sonora e Atmosférica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

www.qualar.org (APA)

Descrição/Metodologia

Avaliação das emissões de gases com origem antrópica que contribuem para o efeito de estufa, desagregadas por poluente e estação (avaliado em termos de n.º de análises com valores superiores aos máximos admitidos).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_10 - Poluição Atmosférica

Meta/Objetivo Município

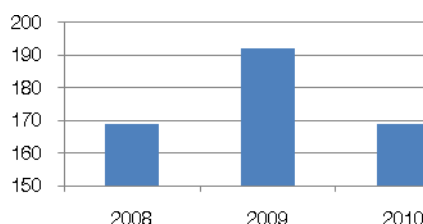
Diminuição n.º excedências

Documentos Referência Estratégica

Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS)

Metas Estratégicas

Meta Qualitativa – Preservar a qualidade do ar nos casos em que esta seja aceitável e melhorá-la nos restantes (SIDS)

Quadros/Representação Gráfica

N.º Total de Excedências, Maia

Estação	N.º Excedências - 2008						N.º Excedências - 2009						N.º Excedências - 2010					
	PM 2.5	SO2	PM 10	NO2	CO	O3	PM 2.5	SO2	PM 10	NO2	CO	O3	PM 2.5	SO2	PM 10	NO2	CO	O3
Vermoim	-	0	28 (a)	0	0	42 (d)	-	0	35 (a)	0	0	50 (d)	-	0	27 (a)	0	0	8 (b)
V. N. da Telha	-	0	17 (a)	0	0	50 (d)	-	0	11 (a)	0	0	40 (d)	-	0	123	0	0	6 (b)
Águas Santas	-	0	-	10	0	-	-	1 (g)	-	9 (g)	0	0	-	-	-	-	-	-
Total	-	0	45	10	0	114	-	1	46	9	0	136	-	0	150	0	0	19
Excedências Máx.			35	18		25			35	18		25 (a)			35	18		25 (a)

(a) - Proteção da saúde humana - Base Diária

(b) - Proteção saúde Humana - Base Octo-Horária (Directiva 2002/3/CE) - 25 excedências máximas permitidas

(c) - Proteção saúde Humana - Base Octo-Horária (Portaria 623/96)

(d) - Proteção da Vegetação - Base Diária

(e) - Proteção Saúde Humana - Base Horária - Limiar de Informação à População

(f) - Proteção da Vegetação - Base Horária

(g) - Proteção Saúde Humana - Base Horária (DI 111/2002)

Total de Excedências por Estação e Poluente ⁽¹⁾, Maia

(1) Poluentes: PM 2.5 – partículas < 2.5 µm; SO2 – Dióxido de Enxofre; PM 10 – Partículas <10 µm; NO2 – Dióxido de Azoto; CO – Monóxido de Carbono; O3 – Ozono

Análise Sumária

No que se refere ao n.º total de excedências pela totalidade dos poluentes observa-se um crescimento do n.º de excedências de 2008 para 2009, em que se registou um valor de 192 excedências, retomando em 2010 o total de excedências registado em 2008 (169).

Numa desagregação por poluente e estação, durante o ano de 2010, registou-se um total de 27 e 123 excedências ao nível do poluente Partículas < 10 e 12 e 7 excedências no poluente Ozono, respetivamente na Estação de Vermoim e V. N. da Telha.

Importa referir que para o poluente Partículas < 10 o limiar de excedências são de 35, tendo a Maia registado um total de 150 excedências.

Tema

Ambiente

Subtema

Riscos Tecnológicos

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

www.apa.pt

Descrição/Metodologia

Contabilização do número de estabelecimentos industriais abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências para o Homem e o ambiente, transpondo para o direito nacional a Directiva n.º 2003/105/CE.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_05 – Riscos Tecnológicos

Meta/Objetivo Município

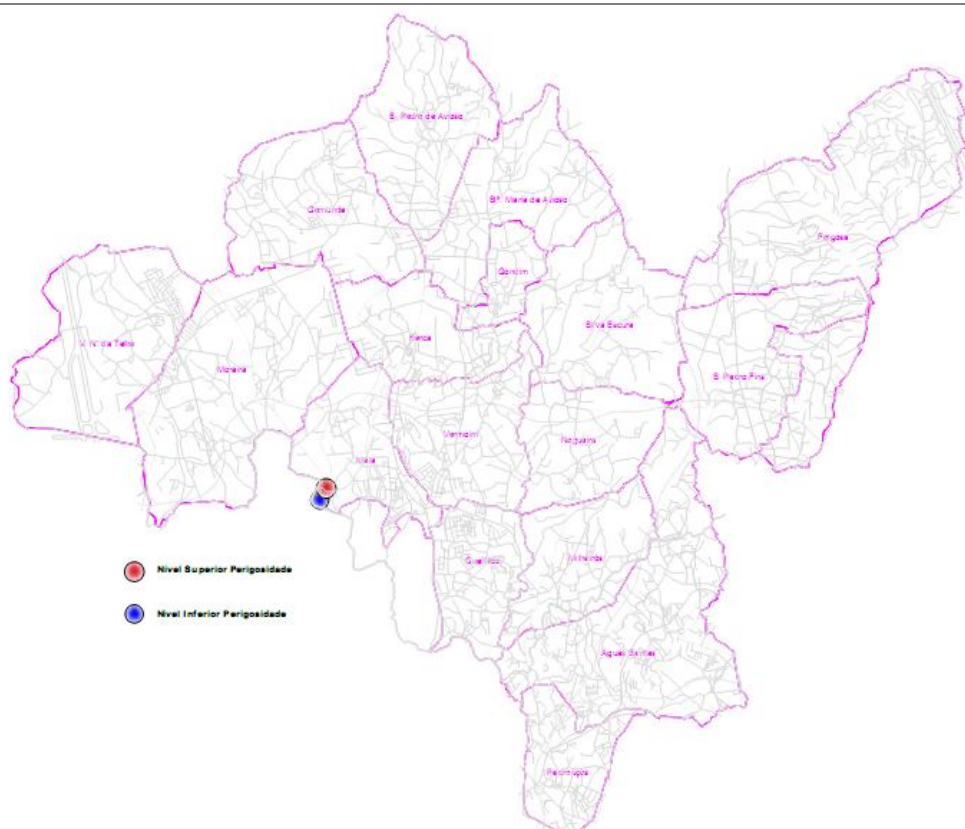
Não Definida

Documentos Referência Estratégica

Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho

Metas Estratégicas

- Garantir a prevenção de acidentes graves e limitação das suas consequências para o ambiente;
 - Assegurar que na elaboração, revisão e alteração dos planos municipais de ordenamento do território sejam fixadas distâncias de segurança entre os estabelecimentos que contenham substâncias perigosas e os elementos sensíveis do território;
 - Garantir a existência de planos de emergência internos e externos para o controlo de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas nos estabelecimentos de nível superior de perigosidade
- Meta – Consolidar a implementação do regime de prevenção de acidentes graves através dos instrumentos definidos na legislação, em particular das obrigações introduzidas pela entrada em vigor do DL 254/2007
Relatório de Estado do Ambiente – 2009 (APA)

Quadros/Representação Gráfica

Estabelecimentos Industriais Abrangidos DL 254/2007, Maia

Análise Sumária

Na Maia existem dois estabelecimentos industriais onde estão presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às quantidades indicadas no anexo I do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho, respeitantes ao fabrico e armazenamento de produtos químicos, designadamente:

- Cin (Fábrica) – Nível Inferior de Perigosidade
- Cin (Distribuição) – Nível Superior de Perigosidade

Os estabelecimentos localizam-se na freguesia da Maia, face à EN 13.

Tema

Ambiente

Subtema

Riscos Tecnológicos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (SMPCM)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de acidentes industriais

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_05 – Riscos Tecnológicos

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

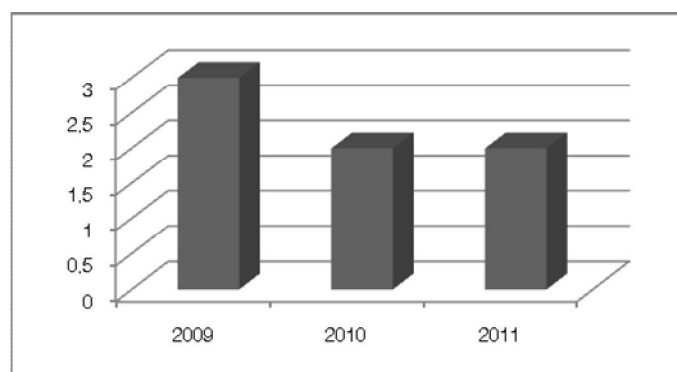
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2009	3
2010	2
2011	2

N.º Acidentes Industriais, Maia**N.º Acidentes Industriais, Maia****Análise Sumária**

No que diz respeito aos acidentes industriais, em 2009, verificaram-se três incêndios em unidades industriais, os quais tiveram lugar na Zona Industrial da Maia I. No entanto, tanto em 2010 como em 2011, o n.º de acidentes industriais decresceu ligeiramente, passando para 2 acidentes industriais em cada ano.

Tema

Ambiente

Subtema

Riscos Tecnológicos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (SMPCM)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de acidentes viários envolvendo o transporte de substâncias perigosas.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_05 – Riscos Tecnológicos

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

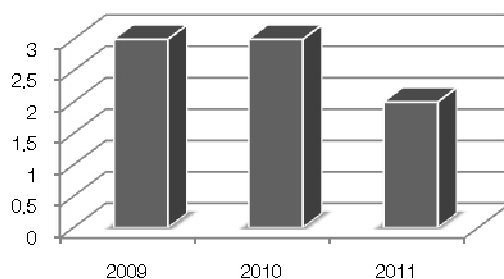
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2009	3
2010	3
2011	2

N.º Acidentes Viários, Maia**N.º Acidentes Viários, Maia****Análise Sumária**

De acordo com informação prestada por parte do Serviço Municipal de Proteção Civil da Maia, durante 2009, registaram-se apenas três acidentes viários envolvendo veículos que transportavam substâncias perigosas, sem grande magnitude e impacte no território e no ambiente, tendo-se registado o mesmo número de acidentes em 2010.

No decorrer do ano civil de 2011, observaram-se apenas dois acidentes viários envolvendo veículos de transportes de substâncias perigosas, diminuindo face aos anos transatos.

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

N.º (%)

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (SMAS)

Descrição/Metodologia

População residente que é servida por sistemas de abastecimento de água. O abastecimento da água potável em quantidade e qualidade adequada é essencial para garantir a qualidade de vida das populações. Exprime-se em percentagem da população abrangida.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Municipio

95% da população

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II)

Metas Estratégicas

95% da população (PEAASAR II)

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Pop. Servida Abastecimento Água
2010	95%

População servida Abastecimento de Água, Maia

Análise Sumária

No que diz respeito à rede pública de abastecimento de água a mesma corresponde a 100% do território concelhio, sendo que a população servida por sistema público de abastecimento de água representava, em 2010, 95% da população residente no concelho, verificando-se o cumprimento da meta estabelecida no âmbito do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2013) de 95% da população servida com sistema público de abastecimento de água.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados pelo facto de até esta altura não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Caudal de Água Captado		N.º 164	Tendência				
Tema	Subtema	Modelo DPSIR					
Ambiente	Infraestruturas	Resposta					
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte					
N.º (m³)	Anual	CMM (SMAS)					
Descrição/Metodologia							
Determinação dos volumes de água captada nas captações de água de origem subterrânea ou superficial para distribuição nas redes públicas de abastecimento de água (m³).							
Objetivos PDM/Fator Ambiental		Meta/Objetivo Municipio					
FA06_Infraestruturas		Decrescente					
Documentos Referência Estratégica		Metas Estratégicas					
-		-					
Quadros/Representação Gráfica							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Caudal Captado (m3)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>9.499.306</td> </tr> </tbody> </table> <p>1 - o valor apresentado é estimado dado que à data não se dispõe de resultados de Dez. 2010</p> <p>Caudal de Água captado</p>				Ano	Caudal Captado (m3)	2010	9.499.306
Ano	Caudal Captado (m3)						
2010	9.499.306						
Análise Sumária							
<p>Em 2010 correspondeu a 9.499.306 m³ o total de caudal de água captado para distribuição nas redes públicas de abastecimento de água (o valor apresentado é estimado, dado que, em Jan. de 2011, ainda não se dispunha de resultados definitivos relativos a Dez. 2010). Toda a água fornecida pelo Sistema de Abastecimento Público, é adquirida na sua totalidade às empresas Águas do Douro e Paiva e Águas do Noroeste.</p> <p>A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados pelo facto de até à presente data não ter sido possível reunir a informação de base necessária.</p>							

Volume de consumo de água		N.º 165	Tendência				
Tema	Subtema	Modelo DPSIR					
Ambiente	Infraestruturas	Pressão					
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte					
N.º (m³)	Anual	CMM (SMAS)					
Descrição/Metodologia							
Determinação dos volumes de água consumidos nas redes públicas de abastecimento de água (m³).							
Objetivos PDM/Fator Ambiental		Meta/Objetivo Município					
FA06_Infraestruturas		Decrescente					
Documentos Referência Estratégica		Metas Estratégicas					
-		-					
Quadros/Representação Gráfica							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Consumo Água (m3)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>8.057.034</td> </tr> </tbody> </table> <p>Volume Consumo de Água</p>				Ano	Consumo Água (m3)	2010	8.057.034
Ano	Consumo Água (m3)						
2010	8.057.034						
Análise Sumária							
<p>Como apresentado anteriormente, em 2010, correspondeu a 9.499.306 m³ o total de caudal de água captado para distribuição nas redes públicas de abastecimento de água. No entanto, o volume de água consumida foi ligeiramente inferior, registando-se um consumo total de água de 8.057.034 m³.</p> <p>A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados pelo facto de até à presente data não ter sido possível reunir a informação de base necessária.</p>							

M³ de Água Consumida por Habitante		N.º 166	Tendência				
Tema	Subtema	Modelo DPSIR					
Ambiente	Infraestruturas	Pressão					
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte					
N.º (m ³ /hab.)	Anual	CMM (SMAS)					
Descrição/Metodologia							
Relação entre o total de água consumida da rede pública de abastecimento de água e a população residente.							
Objetivos PDM/Fator Ambiental		Meta/Objetivo Municipio					
FA06_Infraestruturas		Decrescente					
Documentos Referência Estratégica		Metas Estratégicas					
-		-					
Quadros/Representação Gráfica							
<table border="1" style="margin: auto;"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>M3 Água Consumida por Habitante</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>0,159</td> </tr> </tbody> </table> <p>Água consumida por Habitante, Maia</p>				Ano	M3 Água Consumida por Habitante	2010	0,159
Ano	M3 Água Consumida por Habitante						
2010	0,159						
Análise Sumária							
<p>Durante 2010, cada habitante residente no concelho consumiu cerca de 0,159 m³ de água.</p> <p>A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados pelo facto de até à presente data não ter sido possível reunir a informação de base necessária.</p>							

População Servida por Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

N.º 167

Tendência ▼

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

N.º (%)

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (SMAS)

Descrição/Metodologia

População residente que é servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais. Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais possibilitam a redução da poluição dos meios hídricos e asseguram a proteção da saúde pública.

Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

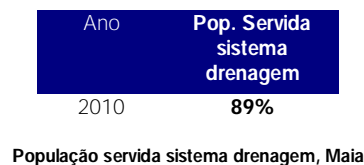
90% população

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II)

Metas Estratégicas

95% da população (PEAASAR II)

Quadros/Representação Gráfica**Análise Sumária**

Relativamente à rede pública de drenagem de águas residuais, o concelho da Maia possui três sistemas de drenagem (ETAR de Cambados, ETAR de Ponte de Moreira e ETAR de Parada), com uma capacidade instalada de 360.000 m³, sendo que a população servida pelo sistema público de drenagem e tratamento de águas residuais corresponde a 89%, em 2010, de acordo com dados disponibilizados pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia.

Assim, verifica-se que o concelho está muito próximo de atingir a meta nacional definida no PEAASAR (2007-2013) que estabelece como valor de referência servir 90% da população do país com sistema públicos de drenagem e tratamento de águas residuais.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados pelo facto de até à presente data não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (SMAS)

Descrição/Metodologia

Evolução anual dos m³ de águas residuais drenadas Permite avaliar o volume de água residual drenada nas estações de tratamento (ETAR).
Evolução anual dos m³ de águas residuais tratadas. Permite avaliar o volume de água residual tratada nas estações de tratamento (ETAR).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Tratamento de 100% das águas residuais drenadas

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II)

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Volume água Residual Drenada	Volume água Residual Tratada
2010	9.030.955	9.030.955

Água drenada e tratada, Maia

Análise Sumária

Em 2010, o volume de água residual drenada foi de 9.030.955 m³, sendo que o volume de águas residuais tratadas em estações de tratamento (ETAR) do concelho foi de 9.030.955 m³, verificando que o volume de água tratada correspondeu à totalidade de água drenada, cumprindo com o objetivo definido para a relação entre os dois indicadores em presença.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados pelo facto de até à presente data não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Ambiente	Infraestruturas	Resposta
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
N.º	Anual	CMM (SMAS)

Descrição/Metodologia

Avaliar o volume de águas residuais tratadas em ETAR que são objeto de reutilização. A reutilização consiste no tratamento e na utilização de água residual com qualidade adequada para outros usos, p.e.: rega espaços verdes, campos de golfe, zonas agrícolas e florestais, lavagem de pavimentos, permitindo a redução dos caudais captados.

Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Municipio
FA06_Infraestruturas	

Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas
Plano Nacional da Água (PNA)	PNA - Promoção da reutilização da água para fins menos exigentes

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Reutilização Água
2010	0

Água Reutilizada, Maia

Análise Sumária

O Plano Nacional da Água define como objetivo a promoção da reutilização da água para fins qualitativamente menos exigentes, pelo que, se considerou a integração deste indicador no sistema de avaliação do estado do ordenamento do território. No entanto, de acordo com informação disponibilizada pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, em 2010, o volume de águas residuais tratadas em estações de tratamento (ETAR) do concelho não foi objeto de reutilização para outros fins menos exigentes.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados pelo facto de até à presente data não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Pressão/Resposta

Unidade Análise

kg.

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Maiambiente)

Descrição/Metodologia

Determinação do volume de resíduos produzidos no concelho, distinguindo por indiferenciados e seletivos.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência EstratégicaPlano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos
Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais**Metas Estratégicas**Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos – Garantia de uma produção de 1200 gr hab/ dia;
Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais – Garantia uma redução de cerca de 20% na produção de resíduos industriais**Quadros/Representação Gráfica**

Ano	Total (kg.)	Indiferenciados		Seletivos	
		Kg.	%	Kg.	%
2009	59.959.200,00	46.366.160,00	77,33	13.593.040,00	22,67
2010	60.750.100,00	46.285.460,00	76,19	14.464.640,00	23,81
2011	60.829.000,00	44.504.000,00	73,16	16.325.000,00	26,84

Análise Sumária

Quanto à recolha de resíduos sólidos urbanos, em 2011, a mesma correspondeu a 60.829.000 kg, dos quais 73,16% diziam respeito a resíduos indiferenciados e 26,84% à recolha seletiva.

Quanto aos anos transatos, assistiu-se a um ligeiro crescimento do volume total de resíduos sólidos recolhidos no concelho. No entanto, assistiu-se a um crescimento do peso da recolha seletiva, em detrimento da recolha de resíduos indiferenciados.

Verifica-se, assim, que a totalidade dos resíduos produzidos no concelho é enviada para tratamento/Reciclagem e Valorização de Resíduos.

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

kg./hab./dia

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Maiambiente)

Descrição/Metodologia

Determinação da capitação do volume de resíduos produzidos no concelho, distinguindo por indiferenciados e seletivos, diária pela população residente.

Exprime-se em kg./Habitante/dia.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos

Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais

Metas Estratégicas

Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos – Redução de 1,4% da capitação diária até 2016, face ao valor de referência de 2007

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Total (kg.)	kg/hab./dia	Indiferenciados		Seletivos	
			Kg.	kg/hab/dia	Kg.	kg/hab/dia
2009	59.959.200,00	1,15	46.366.160,00	0,89	13.593.040,00	0,26
2010	60.750.100,00	1,14	46.285.460,00	0,87	14.464.640,00	0,27
2011	60.829.000,00	1,23	44.504.000,00	0,90	16.325.000,00	0,33

Capitação Resíduos por habitante**Análise Sumária**

De 2009 para 2011, assiste-se a um crescimento da capitação diária de resíduos por habitante, o que contraria as metas nacionais de redução de 10%, do PPRU, ou de 1,4% (PERSU) da capitação diária.

Sendo de salientar que as metas nacionais foram definidas tendo em conta um valor de referência de produção de resíduos de 1,12 kg/hab./dia, em 2007, para Portugal Continental.

Verifica-se, assim, que a totalidade da capacitação diária de resíduos produzidos no concelho é enviada para tratamento/Reciclagem e Valorização de Resíduos.

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Maambiente)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de ecopontos distribuídos pelo concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Não Definida

Documentos Referência Estratégica

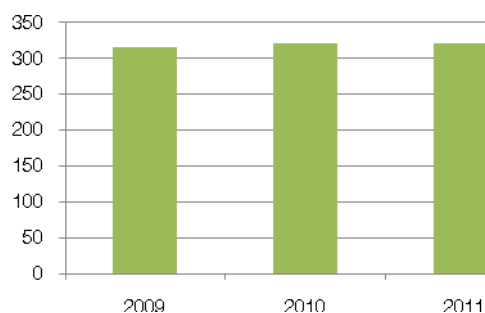
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2009	316
2010	321
2011	321

N.º de Ecopontos

Evolução n.º de Ecopontos

Análise Sumária

Em 2009 existiam 316 ecopontos instalados no território concelhio. Tanto em 2010 como em 2011 verifica-se que são já 321 os ecopontos instalados no território municipal, verificando-se o cumprimento da meta definida de crescimento do n.º de ecopontos instalados, face ao valor de referência de 2009.

N.º de fogos abrangidos pelo sistema porta-a-porta		N.º 173	Tendência				
Tema Ambiente	Subtema Infraestruturas	Modelo DPSIR Resposta					
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Maiambiente)					
Descrição/Metodologia Evolução do número de fogos abrangidos pelo sistema de recolha seletiva porta-a-porta.							
Objetivos PDM/Fator Ambiental FA06_Infraestruturas		Meta/Objetivo Município Não Definida					
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -					
Quadros/Representação Gráfica							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º Fogos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2011</td> <td>59.666</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fogos abrangidos sistema Porta-a-Porta</p>				Ano	N.º Fogos	2011	59.666
Ano	N.º Fogos						
2011	59.666						
Análise Sumária							
<p>Tendo a Câmara Municipal implementado o sistema de recolha seletiva Porta-a-Porta optou-se por incluir no relatório de avaliação do estado do ordenamento do território informação relativa ao n.º de fogos do concelho abrangidos pelo sistema referido.</p> <p>De acordo com a informação disponibilizada pela empresa municipal Maiambiente, em 2011, encontravam-se abrangidos pelo sistema de recolha seletiva porta-a-porta um total de 59666 fogos, correspondente à totalidade do concelho.</p>							

6 AVALIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL PLANEAMENTO

6.1. Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal da Maia entrou em vigor a 27 de Janeiro de 2009, após a publicação no Diário da República do Aviso n.º 2383/2009, de 26 de Janeiro. Durante este período, verificaram-se alguns procedimentos de dinâmica no PDM, publicitados através das seguintes publicações:

1. Aviso n.º 5587/2010, de 17 de março – 1.ª Retificação
2. Aviso n.º 20052/2010, de 11 de outubro – 2.ª Retificação
3. Aviso n.º 607/2012, de 13 de janeiro – 1.ª Alteração por Adaptação

O Plano Diretor Municipal estabeleceu como principais linhas orientadoras os objetivos presentes no art.º 2.º do regulamento - Estratégia e Objetivos.

Para a concretização dos mesmos definiu-se o modelo de organização territorial assente na Planta de Ordenamento – Qualificação do Solo, e programaram-se ações, identificadas na Planta de Ordenamento – Programação e Execução.

Pretende-se no presente subponto avaliar a concretização dos objetivos definidos no PDM da Maia, o nível de execução das propostas e avaliar e monitorizar os efeitos do plano, a fim de identificar atempadamente eventuais efeitos negativos imprevistos, avaliando a evolução dos indicadores ambientais presentes na Declaração Ambiental e o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos no Relatório Ambiental.

6.1.1. Avaliação da concretização dos objetivos estratégicos

Para a avaliação da concretização dos objetivos estratégicos do PDM da Maia definiram-se indicadores de avaliação associados a cada um dos objetivos estratégicos, alguns dos quais relacionados com a dinâmica global do concelho, e apresentados no ponto 5 relativo à avaliação do estado do ordenamento do território, e outros específicos da execução do plano propriamente dito e dos respetivos impactes e que se analisam neste ponto.

MODELO TERRITORIAL	
MT_01	Afirmção do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supra concelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre iniciativa pública e iniciativa privada
<p>O primeiro objetivo do Modelo Territorial prende-se com a afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP.</p> <p>A Maia apresenta uma posição de charneira no seio dos concelhos da AMP, apresentando, uma considerável importância geoestratégica no seio de toda a AMP e, até mesmo, a nível regional, pois caracteriza-se como um território bem equipado ao nível de equipamentos de utilização coletiva e de infraestruturas de comunicação.</p> <p>Durante o período de vigência do Plano, observaram-se ou estão em curso melhorias ao nível da rede viária nacional (alargamento da A3 e da A4, evolução do projeto de execução da Variante à EN14) e da crescente dotação e requalificação ao nível de equipamentos de utilização pública (designadamente equipamentos de ensino, desporto e áreas verdes, como já demonstrado ao nível da análise dos indicadores respetivos, presentes no ponto 5 do relatório), fatores que contribuíram para a melhoria da acessibilidade e mobilidade da população e aumento da qualidade de vida, com reflexos no crescimento demográfico do concelho.</p> <p>No período intercensitário, a Maia foi o concelho da AMP e da Região Norte com o maior crescimento populacional, o que contribui para o cumprimento do objetivo de afirmação do concelho da Maia.</p>	

MT_02	MODELO TERRITORIAL
	Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a Cidade da Maia como principal centro urbano do Concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem, crescentemente polarizados
<p>O Plano define como estratégia a consolidação da Cidade da Maia, constituída pela agregação das freguesias de Gueifães, Maia e Vermoim, promovendo uma rede urbana descentralizada assente em núcleos urbanos de 2.ª ordem.</p> <p>A Cidade da Maia é, em 2011, a Unidade de Planeamento (UP) do concelho que concentra um valor absoluto de população residente mais elevado. Face a 2001, comprova-se a consolidação da cidade em termos demográficos, uma vez que àquela data os maiores quantitativos populacionais registaram-se na UP6 (Águas Santas e Pedrouços), que perdeu posição para a UP3 (Gueifães, Maia e Vermoim).</p> <p>Tal posição é reforçada pela aproximação da densidade populacional da Cidade da Maia à densidade verificada ao nível do aglomerado urbano constituído pelas vilas de Águas Santas e Pedrouços. No período intercensitário foi ao nível da Cidade da Maia que o crescimento da densidade populacional foi mais significativo.</p> <p>Relativamente à taxa de crescimento populacional, entre 2001 e 2011, verificou-se também um crescimento dos núcleos urbanos de 2.ª ordem (UP1 – Moreira e Vila Nova da Telha e UP2 – Vila do castelo da Maia), o que traduz reforça o objetivo de afirmação de uma rede de aglomerados urbanos de 2.ª ordem.</p> <p>No que diz respeito à malha urbana, a Cidade da Maia apresentou uma variação do n.º de alojamentos inferior à média do concelho, contrariado pela maior densidade habitacional (alojamentos por km²) desta UP.</p>	

MT_03	MODELO TERRITORIAL
	Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais
<p>A Maia tem-se assumido como um município com grande atratividade e competitividade que decorre das fortes acessibilidades regionais e nacionais e da dinâmica empresarial.</p> <p>No que ao setor empresarial diz respeito, importa referir que, entre 2008 e 2009, a Maia foi o único concelho da AMP com uma evolução positiva da taxa de crescimento de emprego, refletindo uma capacidade de manter o aumento do nível de competitividade do concelho.</p> <p>Contudo, e uma vez que a competitividade também pode ser medida ao nível da dinâmica da atividade turística, os resultados de monitorização demonstram que a Maia não se tem destacado dos demais concelhos da AMP, resumindo-se, neste âmbito, ao designado turismo de negócios associado ao forte parque empresarial.</p> <p>Assim, considera-se importante a elaboração de um Plano de Marketing Territorial que permita a definição de estratégias para o reforço da atratividade e da competitividade da oferta territorial da Maia.</p>	

MT_04	MODELO TERRITORIAL
	Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos
<p>A contenção das frentes urbanas verifica-se pela consolidação das áreas urbanas existentes e coesão dos aglomerados urbanos e pela diminuição da construção avulsa e em solo rural.</p> <p>A análise do cumprimento deste objetivo apenas poderá ser avaliada no momento em que se tenha disponível a informação relativamente às novas licenças de construção/ loteamento por categoria e subcategoria de solo e se possa proceder a uma análise mais pormenorizada da dinâmica construtiva após a publicação do atual PDM.</p> <p>No entanto, e tendo em consideração os dados disponíveis dos censos de 2011, ao nível do n.º absoluto de alojamentos, a UP5, constituída pela agregação das freguesias de Folgosa e S. P. Fins, unidades territoriais mais periféricas e com características rurais mais vincadas, apresenta o menor n.º de alojamentos, bem como do n.º de edifícios, registando o crescimento menos expressivo da evolução dos alojamentos. Pelo contrário, a taxa de crescimento de edifícios foi superior nesta UP, o que demonstra que a pressão urbanística é marcada, maioritariamente, por edifícios de habitação unifamiliar.</p> <p>A dimensão territorial, o caráter marcadamente rural e o reduzido n.º de alojamentos, conduz a uma densidade habitacional claramente inferior desta UP face às demais.</p>	

MT_05	MODELO TERRITORIAL
	Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização das unidades deficientemente localizadas no território
<p>A avaliação do presente objetivo estratégico requer uma dupla abordagem.</p> <p>Assim, no que concerne ao fortalecimento do parque empresarial, no período de 2001 a 2009 a taxa de crescimento do número de empresas foi de cerca de 35%, indo de encontro ao definido para o presente objetivo. No entanto, não se pode ignorar o decréscimo verificado de 2008 para 2009, fruto, sobretudo, da forte recessão económica que o país atravessa e a que a Maia não é alheia.</p> <p>O fortalecimento do parque empresarial não deve ser avaliado apenas pela evolução em termos absolutos do n.º de empresas, mas também pela oferta em termos de postos de trabalho, medida pela taxa de crescimento do emprego.</p> <p>De acordo com os dados disponíveis, de 2008 para 2009, a Maia verificou uma taxa de crescimento de emprego positiva.</p> <p>No que diz respeito à segunda componente do presente indicador, isto é, deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas, não existe informação que permita avaliar o cumprimento do mesmo.</p> <p>No entanto, face à atual situação económica, cujos esforços se têm centrado na manutenção das empresas a laborar e dos postos de trabalhos criados e da insuficiência económica para o desenvolvimento de projetos de deslocalização com vista a localização em áreas do solo com maior vocação industrial, considera-se que este não é o momento mais propício ao desenvolvimento de medidas com vista a prossecução do presente objetivo.</p>	

AU_01	AMBIENTE URBANO
	Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo da mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos, pela salvaguarda e valorização dos elementos naturais
<p>Relativamente à componente de acréscimo da mobilidade, a Câmara Municipal iniciou a elaboração do designado Plano de Mobilidade Sustentável do concelho da Maia, que tem como principais objetivos: Promover a mobilidade sustentada, fomentando a utilização de modos de transporte mais ecológicos para as deslocações; Garantir a articulação entre planeamento territorial e planeamento de transportes; Garantir a interoperabilidade entre os diversos modos de transporte e ainda entre os diversos componentes da cadeia de transporte e Reforçar a informação urbana.</p> <p>Assim, o programa de ação a implementar promoverá o acréscimo de mobilidade e, conseqüentemente, a melhoria do ambiente urbano.</p> <p>Quanto à dotação em equipamentos urbanos, e como já abordado na análise aos indicadores, de per si, e ao objetivo estratégico presente no modelo territorial, durante a vigência do plano assistiu-se a um crescimento sustentado da dotação de equipamentos urbanos, adequando a oferta à procura manifestada.</p> <p>Relativamente aos principais elementos naturais existentes no concelho, que correspondem às áreas agrícolas e às margens e leitos dos cursos de água, as atividades desenvolvidas com vista à salvaguarda e valorização dos elementos naturais resumem-se ao projeto corrente do Rio Leça, ao desenvolvimento de projetos municipais de reabilitação de áreas verdes (p.e: Parque Urbano do Novo Rumo e Parque Urbano dos Amores) e ao investimento municipal no ordenamento e requalificação das margens e leitos dos cursos de água.</p>	

AU_02	AMBIENTE URBANO
	Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente
<p>Ao nível dos sistemas de transportes, a Maia é servida por diferentes modos de transporte rodoviário, ferroviário e metro. No transporte rodoviário, e para além do transporte individual, operam no concelho várias operadoras de transporte público coletivo, das quais se destaca a STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto.</p> <p>Os transportes coletivos têm ganho cada vez mais utentes, o que pode ser reflexo da melhoria do sistema de transportes, mas também do crescente aumento dos preços dos combustíveis que leva à diminuição do uso do transporte individual.</p> <p>Quanto aos modos de transporte ambientalmente sustentáveis, designadamente os não motorizados, o Plano assume como importante a criação de uma rede de percursos pedonais e ciclovias, estruturas de que o concelho é deficitário.</p> <p>As ciclovias existentes assumem um caráter meramente de lazer e os arruamentos pedonais têm uma expressão residual e não assumem uma rede coerente e articulada, não existindo estruturas físicas que conduzam a uma promoção da utilização dos modos suaves.</p> <p>Por forma a colmatar esta lacuna, o Município avançou com o projeto de execução da ecopista, prevista no programa de execução do PDM.</p>	

AU_03	AMBIENTE URBANO
	Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano
<p>Durante o período de vigência do PDM assistiu-se a uma evolução positiva dos indicadores referentes à evolução da área verde pública do concelho e à capitação da mesma por habitante, o que, conduziu a um acréscimo dos espaços verdes públicos.</p> <p>A construção por parte da Câmara Municipal de alguns parques urbanos, nomeadamente do PU dos Maninhos, em Vermoim, do PU dos Amores, em Pedrouços, e da requalificação do PU do Novo Rumo, na Maia, e a dotação dos mesmos com percursos pedonais e parques infantis, localizados em freguesias marcadamente urbanas do concelho, levou a uma potenciação da utilização dos espaços verdes públicos no meio urbano.</p>	

AU_04	AMBIENTE URBANO
	Recurso ao desenho urbano, como instrumento de gestão ativa e concertada
<p>Para avaliar o cumprimento do presente objetivo estratégico definiu-se como indicadores de avaliação o n.º de Planos de Pormenor em vigor e em elaboração e o n.º de unidades de execução em elaboração, instrumentos de execução definidos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial para a execução do plano, muito concretamente, em solo urbanizável, e que procuram promover um desenvolvimento urbano harmonioso e coerente, os quais devem corresponder a uma unidade operativa de planeamento e gestão ou a parte delas.</p> <p>Durante a vigência do Plano, o Município da Maia viu aprovado o Plano de Pormenor da Quinta da Picua e Áreas Envolventes, correspondendo ao único plano municipal de ordenamento do território em vigor no concelho, para além do PDM. Procedeu, ainda, ao desenvolvimento dos trabalhos com vista à aprovação do Plano de Pormenor do Lidador, procedimento que não chegou a ser concluído devido ao parecer negativo ao mesmo emitido pela ANA – Aeroportos e bem ainda ao início, no final de 2011, do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor do Centro da Maia.</p> <p>No âmbito da programação estratégica anual a Câmara Municipal deliberou dar início ao procedimento de elaboração de algumas Uopg cuja execução se processa através de Planos de Pormenor. No entanto, os mesmos ficaram apenas nas fases preparatórias de desenvolvimento do processo.</p> <p>O PDM em vigor define o recurso à figura das Unidades de Execução para a concretização das Uopg programadas no Plano.</p> <p>A Câmara Municipal iniciou a execução de sete Unidades de Execução, nomeadamente pela elaboração do desenho urbano de referência, estando em fase final de delimitação a UE do Alto do Facho.</p> <p>Considerando que o desenho urbano não é apenas assegurado através da elaboração dos instrumentos de execução definidos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, mas também através da elaboração dos designados Estudos Urbanísticos de Referência (EUR), considera-se que num próximo período de avaliação e monitorização deve-se assegurar o levantamento dos EUR elaborados. Neste sentido, iniciar-se o trabalho com o levantamento e elaboração de uma base de dados georreferenciada de todos os EUR elaborados até à presente data e, posteriormente, proceder-se-á à respetiva atualização anual.</p>	

AU_05	AMBIENTE URBANO
	Rentabilização das estruturas e infraestruturas existentes e aposta na reabilitação e regeneração urbana
<p>Necessário definir num próximo momento de avaliação e monitorização indicadores estratégicos de avaliação do presente objetivo.</p> <p>Num primeiro momento definiu-se como indicador a quantificação da rede viária municipal requalificada/conservada. No entanto, no decurso do processo de monitorização não tem sido possível recolher dados relativos à totalidade dos projetos de conservação/requalificação das infraestruturas existentes devido à ausência de um processo sistemático e contínuo de avaliação das intervenções por parte dos departamentos responsáveis pela execução das mesmas.</p>	

OP_01	ORDENAMENTO PAISAGISTICO
	Preservação dos valores identitários da ruralidade do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais, potenciando novos usos e integrando este mesmo património numa rede integrada de percursos pedonais
<p>A preservação dos valores identitários, designadamente pela potenciação de novos usos aos núcleos rurais e das quintas agrícolas, é promovida pela conversão deste património em espaços destinados a espaços de turismo rural, propondo-se a avaliação do presente objetivo através da implantação de estabelecimentos de alojamentos vocacionados para o turismo rural ou de habitação, que promovam o património edificado e a exploração dos valores da ruralidade.</p> <p>Na Maia, existem duas unidades de alojamento em turismo rural, valor que se mantém inalterado após a aprovação do PDM, não se caminhando para a prossecução do presente objetivo.</p> <p>Dada a importância que cada vez mais tem sido atribuída ao setor primário, nomeadamente ao nível das políticas governamentais, e bem ainda pelo recente fenómeno de regresso à agricultura, tal poderá ter reflexos ao nível da evolução do setor no concelho e contribuir para a preservação dos valores identitários da ruralidade do concelho.</p> <p>Assim, considera-se que, num próximo momento de avaliação, devem ser integrados indicadores que reflitam a potenciação dos valores da ruralidade do concelho não apenas através da potenciação de novos usos mas, igualmente, através da atividade agrícola.</p>	

OP_02	ORDENAMENTO PAISAGISTICO
	Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território do concelho
<p>Necessário definir num próximo momento de avaliação e monitorização indicadores estratégicos de avaliação do presente objetivo.</p>	

OP_03	ORDENAMENTO PAISAGISTICO
	Valorização dos cenários da paisagem cultural
<p>No âmbito do processo de revisão do PDM procedeu-se a um inventário exaustivo do património edificado do concelho, consubstanciando-se como uma primeira medida de salvaguarda dos cenários de paisagem cultural, verificando-se um crescimento significativo face ao arrolado no PDM de 94.</p> <p>A valorização do património edificado constitui um elemento que importa garantir. No entanto, ao nível dos indicadores definidos para avaliação do presente, durante a vigência do plano, a evolução apresentou-se francamente positiva, na medida que não foram desenvolvidas medidas de salvaguarda e de valorização do património edificado, ao nível da recuperação de imóveis municipais arrolados como património edificado, concretamente edifícios escolares, e bem ainda por ter sido dada sequência, por parte do IGESPAR, ao procedimento de classificação do Mosteiro de Moreira.</p> <p>Ainda que não foram disponibilizados dados relativos às operações urbanísticas em imóveis arrolados como património edificado.</p> <p>A par da recuperação e preservação do património edificado, definiu-se como essencial a preservação e a salvaguarda do património arqueológico. A atividade da Autarquia tem sido muito direcionada para a prospeção de áreas de património arqueológico e para a promoção de medidas de salvaguarda do mesmo, contribuindo para o cumprimento do presente objetivo, conforme já apresentado nos indicadores relativos à proteção e valorização do património arqueológico, no qual se destaca o crescimento das áreas de prospeção arqueológica, quer de sítios já identificados no PDM quer em zonas áreas, que conduziu à descoberta de mais 8 áreas arqueológicas.</p>	

6.1.2. Avaliação da execução do plano

Para além da avaliação da evolução dos indicadores de monitorização apresentados no ponto anterior e que contribuem para a avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos e da eficácia de implementação das políticas definidas pelo PDMM, pretende-se, neste subponto, direcionar a análise para uma abordagem mais pragmática à execução do plano, através da avaliação da execução das ações previstas, desagregadas por Rede Viária, Arborização de Arruamentos, Equipamentos, Áreas Verdes e Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.

Para uma melhor perceção do nível de execução das ações previstas no âmbito do PDM revisto, apresenta-se o quadro seguinte, que reflete a percentagem de execução, até à presente data, desagregado por tipologia de ação e por nível de prioridade (nível 1 e nível 2/3).

Tipologia Ação	Nível 1			Nível 2 e 3		
	Executado	Executado parcialmente/ Em execução	Sem Execução	Executado	Executado parcialmente/ Em execução	Sem Execução
Rede Viária	30%	25%	45%	4,5%	3%	92,5%
Arborização Arruamentos	85%	0%	15%	0	20%	80%
Equipamentos	42%	12%	46%	2	3%	95%
Equip. Ação Social	0	0	100%	0	8%	92%
Equip. Saúde	0	0	100%	0	0	100%
Equip. Serviço Público	0	0	100%	0	0	100%
Equip. Culturais/Centros Cívicos	0	100%	0%	0	0	100%
Equip. Educação	86%	0%	14%	0	5%	95%
Equip. Desporto	36%	7%	57%	4%	0	96%
Áreas Verdes	14%	29%	57%	0	8%	92%
Uopp	15%	30%	55%	0	11%	89%

Quadro 1. Síntese da execução do PDM, até 2011

Rede Viária

Relativamente às ações a realizar com o grau 1 de prioridade, isto é, **até 2011, já foram executados 30% dos arruamentos previstos** (pese embora, parte destes arruamentos tenham sido executados quer no âmbito de obras promovidas por particulares quer no âmbito de obras promovidas por entidades público-privadas, tais como a Sociedade Metro do Porto, SA e a Ascendi), **cerca de 25% foram executados parcialmente** ou estão ainda em fase de execução, concluindo-se que **falta iniciar a execução em 45% das ações propostas** no âmbito da rede viária com nível 1 de prioridade.

Relativamente à rede viária proposta com nível 2 (entre os 3 e os 6 anos de Plano) e nível 3 de prioridade (até à vigência do Plano), mantém-se o nível de execução já apresentado em 2010, designadamente:

- Rede Viária Principal: executou-se a construção da rotunda na Avenida Arq. Fernando Távora (RVP07);
- Rede Viária Secundária: foram executadas, por parte da empresa Metro do Porto, SA, as ligações da Av. Arquiteto Fernando Távora com a Rua Dr. Farinhotte e ligações à Rua da Refonteira (RVS08) e foi também executado pequeno troço de extensão da Rua de Alvura até a Rua Ponte de Alvura, no âmbito do previsto na Via Estruturante de Milheirós (RVS20);
- Rede Viária Local: foi executada a RVL 24 e parcialmente executada a ligação da Av. Carlos Oliveira Campos até à Travessa da Espinhosa e ligação à EN14 (RVL29).

Face ao exposto anteriormente, **dos investimentos previstos executar na rede viária no período entre 2012 e até ao período de vigência do Plano já foram executadas 4,5% das ações**, por iniciativa da Metro do Porto, SA, tendo sido **executados parcialmente ou estão em fase de execução 3% dos arruamentos previstos**, correspondendo à execução de alguns troços, faltando, assim, 92,5% da execução estimada.

Arborização em Arruamentos

A arborização de arruamentos com nível 1 de prioridade está praticamente concluída, estando em falta a arborização com o código AA15, cuja infraestrutura viária ainda não foi executada, e a AA18, no âmbito do projeto de reformulação da Estrada da Circunvalação.

Para além das arborizações previstas no âmbito do PDM, em 2010, concluiu-se a arborização da Rua Aristides de Sousa Mendes, que não constava da programação definida.

Relativamente à arborização de arruamentos com nível 2 e 3 de prioridade apenas se procedeu à arborização de parte do canal da Linha C do Metro do Porto, correspondendo a uma execução parcial de 20% das ações previstas com este nível de prioridade.

Equipamentos

Seguindo a ordenação de tipologia de equipamentos apresentada, no que diz respeito à execução dos equipamentos públicos inseridos na tipologia de ação social, saúde e serviço público, **verifica-se que a execução correspondeu a 0%, devendo ressaltar-se, contudo, que não se trata de uma competência exclusiva do Município, dependendo, fundamentalmente, outras entidades públicas e instituições privadas, sobretudo as de solidariedade social.**

Esta ressalva deve estender-se a um outro conjunto de propostas de construção de equipamentos cuja execução está dependente da iniciativa de outras entidades públicas e/ou privadas (AS08, S01, SP01), uma vez que não é possível à Autarquia controlar a sua execução.

No entanto, retomando a construção de equipamentos sociais, informa-se que, no âmbito do programa PARES e do Programa Operacional Potencial Humano, do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, foram aprovadas candidaturas apresentadas nomeadamente por oito IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, com vista à criação de valências de apoio às crianças (creche e jardim-de-infância), de apoio às pessoas com deficiência (Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial) e de apoio às pessoas idosas (Centro de Dia, Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário), muitos dos quais já foram executados (abertura da valência de creche no Centro Social e Paroquial de Águas Santas e abertura da valência de creche no Infantário da Jardimcoop) ou estão em curso (Creche e Centro de Dia da ASMAN).

Ao nível dos equipamentos inseridos na tipologia de Equipamentos Culturais e Centros Cívicos com nível 1 de prioridade está já em curso a proposta de construção do Centro Cívico de Águas Santas e de Ampliação do Jardim Zoológico da Maia, o que corresponde a uma **taxa de execução de 100% do previsto para este nível de prioridade.**

De referir que a Câmara Municipal da Maia, desde a entrada em vigor do PDM, desenvolveu já esforços no sentido de executar outros Centros Cívicos que, embora previstos no PDM, não estão programados no âmbito da Carta de Programação e Execução, designadamente o Centro Cívico de S. Pedro de Avioso e o Centro Cívico de Silva Escura.

Não obstante o exposto, e relativamente à construção de centros cívicos, considera-se que à luz da reforma administrativa prevista para o presente ano por parte do Governo, que segue as orientações do Livro Verde – Reforma da Administração Local, que prevê ao nível da temática do território a agregação de freguesias, a execução de investimentos a este nível deverá ser repensada e ajustada à futura divisão administrativa do concelho.

Ao nível dos equipamentos de educação com nível de prioridade 1 foram já executadas todas as propostas de construção e de ampliação das escolas, com exceção da ampliação da Escola EB2/3 de Pedrouços, refletindo-se numa taxa de concretização de **86%** (relativamente a esta última, a execução está dependente da Direção Regional de Educação do Norte uma vez que é esta entidade que tem responsabilidade sobre os estabelecimentos do 2º/3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário), conforme informação prestada por parte da Divisão de Educação da Câmara Municipal, neste momento, a DREN está a dar prioridade à ampliação e requalificação das escolas secundárias, deixando para um segundo momento as escolas EB2/3.

Por último, no que diz respeito aos equipamentos desportivos foram já executados o Pavilhão Desportivo da Maia, o Pavilhão Desportivo na Ribela (Sta. Maria Avioso), as piscinas descobertas de Santa Maria de Avioso, o Polidesportivo na área afeta ao Pavilhão Desportivo em V. N. da Telha, e o Pavilhão Desportivo em Pedrouços, correspondendo a uma execução de **36%**.

No âmbito da construção da 1.ª fase do Parque Urbano dos Maninhos foi executado parcialmente o parque pedonal II, na freguesia de Vermoim (correspondendo a uma execução de **7%**). Verificamos, ainda, que, ao nível dos equipamentos desportivos, está já em fase de projeto a proposta de construção do equipamento identificado como D28, respeitante à Ciclovia/Ecopista, que corresponde ao aproveitamento do antigo canal do caminho-de-ferro, entre a estação da Maia e a estação de Mandim, dependente de financiamento QREN.

Foram programados com o nível 1 de prioridade propostas de construção de equipamentos desportivos inseridos em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão ou no âmbito dos projetos de parques e requalificação de montes, cuja execução deve coincidir com a iniciativa de aprovação da respetiva unidade ou da requalificação dos respetivos parques e montes, designadamente os equipamentos identificados como D01, D03, D06, D14 e D30.

Assim, dado que ainda não se avançou com a execução das respetivas Uopg ainda não foi oportuno desenvolver os trabalhos relativos à construção dos equipamentos inserido no conteúdo programático das Uopg. Face ao exposto, verifica-se uma desarticulação entre a programação definida para a execução destas ações, facto que reflete a necessidade de ser revista a Planta de Ordenamento – Programação e Execução, bem como o relatório do PDM que lhe está associada, Relatório de Execução e Plano de Financiamento, designadamente no tocante à tipologia de ações previstas executar e respetivo nível de prioridade de execução.

Em síntese, do total de equipamentos com nível 1 de prioridade, **foram executadas 42% das propostas, 12% foram executadas parcialmente ou estão em curso, e 46% estão sem execução.**

Relativamente aos equipamentos previstos na proposta de revisão do PDM com nível 2 e 3 de prioridade verifica-se que o nível de execução é bastante reduzido, também porque estamos perante uma execução programada para 4 a 10 anos após a entrada em vigor do plano.

Relativamente aos equipamentos públicos com nível 2 e 3 de priorização foi já executado o equipamento desportivo identificado com o código D35 – Pequeno Campo de Jogos, em Águas Santas (**4% de execução dos equipamentos desportivos previstos**).

Ao nível dos equipamentos de Ação Social, está em curso a execução do equipamento identificado como AS10, correspondendo a uma execução parcial de **8% dos equipamentos previstos nesta área**. Muito embora o PDM previsse para o terreno a construção de um ATL e face à necessidade de deslocalizar a escola EB1/JI e Polidesportivo da Gandra, no âmbito das obras de alargamento da A4, por questões de proximidade física e de disponibilidade de terreno propôs-se a localização no terreno para o qual estava pensado a construção de um ATL a construção de uma EB1/JI.

De relembrar que o n.º 2 do artigo 61.º do Regulamento do PDM da Maia admite a alteração pela Câmara Municipal da tipologia de equipamento definida na Planta de Ordenamento, desde que seja mantida a finalidade genérica da sua ocupação como equipamento estruturante de interesse público e se de tal facto não resultar agravamento das condições ambientais e urbanísticas existentes, enquadrando a alteração apresentada anteriormente.

Ao nível dos equipamentos de educação, está em curso, por parte do Ministério da Educação no âmbito do programa Parque Escolar, a ampliação da Escola Secundária do Castelo da Maia, correspondendo a uma **execução de 5% dos equipamentos de ensino com nível 2 e 3 de prioridade**.

Ainda na tipologia ensino, importa referir que a Câmara Municipal durante 2011 desenvolveu o projeto e apresentou candidatura para a construção de mais dois novos centros escolar, um em Barca e outro em Folgosa, cuja execução se prevê venha a ocorrer em 2012.

Tal como verificado para os equipamentos com nível 1 de execução, no que diz respeito à execução dos equipamentos públicos previstos com nível 2 e 3 de prioridade inseridos na tipologia de ação social, saúde e serviço público, **verifica-se que a execução também foi de 0%, reiterando-se o facto de a mesma não depender apenas da Câmara Municipal mas também de outras entidades públicas.**

Assim, do total de equipamentos com nível 2 e 3 de prioridade, isto é, entre 2012 e o fim da vigência do plano, foram já executados 2%, encontrando-se em execução parcial cerca de 3%, e faltando a execução de cerca de 95%.

Áreas Verdes

No âmbito das propostas de execução de novos espaços verdes públicos foram já executados a 1ª fase do Parque Urbano dos Maninhos; o Parque da Quinta da Pícuca (parte) e o Parque da Travessa dos Maninhos.

Não obstante, a Câmara Municipal da Maia executou, ainda em 2009, outros espaços verdes públicos, não previstos no PDM, designadamente o Parque Urbano dos Amores, na freguesia de Pedrouços, o Parque (Jardim) Nortecoope, na freguesia de Gueifães, e procedeu à reformulação do Parque Urbano do Novo Rumo (área que já estava contemplada no PDM como Área Verde Pública Existente).

Em simultâneo, foi executado o projeto de execução do designado Parque de Ponte de Moreira, na freguesia de Moreira, junto à ETAR de Moreira.

A execução dos espaços verdes previstos no PDM correspondeu a 14%, havendo ainda 29% das propostas que foram executadas parcialmente, estando em falta a execução de 57% das áreas verdes previstas.

Relativamente aos espaços verdes previstos com nível 1 de prioridade, e sem execução (Parque do Souto, Monte da Senhora da Hora e Parque de Cidadelha), e tratando-se de áreas que correspondem praticamente a terrenos privados, entende-se que a execução dos mesmos não deverá ser considerada a curto prazo, tanto mais que a disponibilização dos terrenos para a sua implantação depende, em muito, da urbanização das áreas envolventes.

No que diz respeito às áreas verdes públicas previstas com nível 2 e 3 de prioridade, procedeu-se já à execução parcial das seguintes propostas: Ampliação da Quinta da Gruta e Monte de Santo António.

Do total de 26 espaços verdes previstos executar e que apresentam um nível 2 e 3 de prioridade, a Câmara Municipal executou já parcialmente 8% desses espaços.

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

As Uopg 3.4, 3.5 e 6.12 correspondentes, respetivamente ao Bairro do Sobreiro, à Zona Desportiva da Cidade da Maia e à Quinta da Pícuca, estão já em execução, dispondo de instrumentos de gestão já aprovados, tais como programa de ação territorial, unidade de execução e plano de pormenor.

A UOPG 1.1, designada por, Área a Nascente da Urbanização do Lidador, encontra-se também em execução, na fase de elaboração do respetivo plano de pormenor.

Relativamente às demais unidades em execução, embora iniciado o procedimento de delimitação da respetiva unidade de execução, encontram-se em fases bastante distintas de desenvolvimento.

No que diz respeito às restantes unidades com nível 1 de prioridade, constituindo áreas na sua maioria correspondentes a terrenos privados, ainda não se verifica qualquer nível de execução.

Do total de 20 Uopg definidas no âmbito do PDM com nível 1 de prioridade estão já em execução três unidades (15%), estando 30% das unidades previstas com nível 1 de execução em fase de elaboração, restando iniciar 55%.

No que diz respeito às Uopg com nível 2 e 3 de prioridade, em 2010, deu-se início ao procedimento de elaboração do Plano de Pormenor respeitante à UOPG 2.9. Área Envolvente ao Campo de Futebol do Castelo da Maia, freguesia de Gemunde e Barca e bem ainda ao reinício do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor do Novo Núcleo Urbano de Nogueira/Milheirós, estando, no entanto, o procedimento de ambas numa fase inicial, correspondendo apenas a 5% de execução, mantendo, esta última, o nível de execução já apresentado em 2010, por força da suspensão do procedimento de delimitação, decorrente da contenção da despesa e da necessidade de afetar os recursos internos à 1.ª Alteração ao PDM.

O procedimento de delimitação da unidade de execução correspondente à UOPG 6.5. – Lugar da Caverneira 2, para a qual deu entrada em Dezembro de 2009 requerimento de delimitação e aprovação da unidade de execução mantém-se em aberto, não tendo sido apresentado qualquer desenvolvimento por parte do interessado no decorrer do ano de 2011.

Para além das Uopg cuja execução decorria de anos transatos, em 2011, a Câmara Municipal desenvolveu trabalhos preparatórios à delimitação das unidades de execução correspondentes às Uopg 4.4. Lugar do Barroqueiro e 4.6. Lugar de Vilar de Cima.

Quanto às demais unidades não se observou qualquer desenvolvimento desde 2009 até ao ano de 2011.

Assim, no que diz respeito à execução das Uopg com nível 2 e 3 de prioridade estão em execução 11% das Uopg previstas, restando iniciar 89%.

Assim, e uma vez que se tem assistido a uma recessão da dinâmica construtiva, bem como a uma fraca capacidade de associação dos proprietários dos terrenos abrangidos por Uopg nos procedimentos de delimitação e aprovação de unidades de execução, um dos fundamentos da primeira alteração ao Plano Diretor Municipal tem como objetivo a flexibilização da forma de execução das UOPG, permitindo que a mesma se possa realizar através de várias unidades de execução.




6.1.3. Avaliação/Controlo Ambiental

Do processo de Avaliação Ambiental a que foi sujeito o procedimento de revisão do PDMM resultou um conjunto de indicadores ambientais que anualmente devem ser avaliados e monitorizados, por força do disposto no DL 232/2007, de 15 de Junho, cujo quadro com a identificação dos mesmos e respetiva evolução se apresenta no Anexo I.

Os resultados de monitorização dos indicadores ambientais encontram-se plasmados no quadro seguinte, podendo-se concluir o seguinte quanto á evolução dos efeitos ambientais sobre o ambiente:

- Cumprimento dos objetivos de sustentabilidade
- Eventuais efeitos significativos no ambiente

Fatores Críticos	Critérios	Tendência evolução PDM	Impactes positivos	Impactes Negativos	Recomendações	Avaliação/Controlo	Recomendações executadas
Património cultural e Paisagem	Património Edificado		<ul style="list-style-type: none"> - Preservação do Património edificado do concelho - Correta política de localização das unidades industriais, que evita a descaracterização da paisagem e do património edificado - Melhoria do enquadramento urbano/paisagístico resultante de intervenções na envolvente do património edificado arrolado, favorecendo a sua condição - Reduções de edificabilidade para os casos em que por incúria ou abandono, os edifícios arrolados se tornem de impossível recuperação ou sejam demolidos 	Não expectável	<ul style="list-style-type: none"> - Classificação de imóveis, conjuntos ou sítios, considerando os de interesse municipal - As instalações devolutas serem alvo de ações conducentes a uma correta integração paisagística com a envolvente, evitando a sua degradação física e visual. - Privilegiar ações no espaço público envolvente ao património edificado que o valorizem - O património edificado deve ser alvo de utilizações ligadas ao turismo rural ou outras atividades que potenciem a sua dinamização 	Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE	Embora tenham sido iniciados trabalhos conducentes a futuro processo de classificação do património edificado arrolado, não foi dada sequência por se considerar que as restrições impostas no regulamento do PDM, por ora, já salvaguardam a proteção do património edificado. Equaciona-se, porém, o desenvolvimento de tais tarefas no âmbito dos imóveis propriedade do Município. A preservação do património edificado foi assegurada através da intervenção do município em alguns edifícios.
	Património Arqueológico		<ul style="list-style-type: none"> - identificado no processo de revisão do PDM, a sua prospeção poderá pôr a descoberto um conjunto de património de grande valor 	Não expectável	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de programas de gestão e de divulgação do património arqueológico - Este património deve ser alvo de ações conjuntas de valorização com outros valores da ruralidade 	Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE	Realização de Ações de valorização e preservação da Mamoa 5 do Leandro, Sítio Arqueológico do Barroso, Nogueira, e Sítio arqueológico da Forca, Aldeia Nova, Barca Realização da Semana Aberta da Arqueologia Cedência de Peças para a exposição "Rio Leça, Rio de Memória"
	Valores da Ruralidade		<ul style="list-style-type: none"> - uma transição equilibrada de gradientes de ocupação do solo urbano para o solo rural potencia a salvaguarda os valores da ruralidade - Uma correta política de localização das unidades industriais evita a descaracterização da paisagem rural associada à dispersão destas unidades em solo rural - O património cultural a preservar e valorizar, está ligado à sua ruralidade maiata, cuja génese, associada à atividade agrícola, possui um significado histórico e arquitetónico representativo que se pretende defender e requalificar 	Não expectável	<ul style="list-style-type: none"> - Os solos da RAN devem ser exclusivamente afetos à agricultura, - Potenciação dos solos rurais para usos lúdico-recreativos - Requalificação urbana e paisagística das zonas de transição: urbano/rural - As instalações industriais devolutas devem ser alvo das necessárias ações conducentes a uma correta integração paisagística com a envolvente, evitando a sua degradação física e visual - Devem ser preservados os elementos caracterizadores das técnicas e práticas agrícolas ancestrais 	Aguarda a elaboração da base de dados com a identificação dos processos de gestão urbana por categoria e subcategoria do solo, por parte do Departamento de Gestão Urbana	

	Fragmentação de Ecossistemas	 <ul style="list-style-type: none"> - A criação de uma rede de espaços verdes públicos, a melhoria do conforto ambiental no espaço urbano bem como a promoção da biodiversidade e do seu equilíbrio ecológico fomentam a continuidade dos ecossistemas 	<ul style="list-style-type: none"> - A construção de novas infraestruturas de comunicação tem impactes ao nível da fragmentação dos ecossistemas 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma estrutura verde principal ao nível do Concelho - Criação de contínuos verdes na cidade - Evitar a construção de infraestruturas que contribuam para a fragmentação dos contínuos naturais estabelecidos 	<p>Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE</p>	<p>A estrutura verde principal do concelho foi definida no âmbito da delimitação da Estrutura Ecológica Municipal em sede de revisão do PDM Durante a vigência do Plano, apenas a construção de uma infra-estrutura viária contribuiu para a fragmentação de um ecossistema de RAN</p>
	Uso do Solo	 <ul style="list-style-type: none"> - Delimitada a Estrutura Ecológica Municipal - Salvaguardada das áreas de elevada sensibilidade biofísica e as áreas de riscos naturais (REN) - A densificação das áreas centrais e preenchimento de vazios urbanos resulta numa maior racionalização do uso e da ocupação do solo. - criação de condições mais atrativas à fixação da população nas freguesias mais afastadas do centro da cidade 	<ul style="list-style-type: none"> - ocupação extensiva do solo, decorrente da execução de grandes equipamentos e infraestruturas e da consolidação da Cidade - aumento dos territórios artificializados e da qualidade do ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Definir políticas de preservação que visem a conservação e fomento de usos mais apropriados ao equilíbrio dos ecossistemas de REN - fomento da coesão e consolidação dos espaços intersticiais com base numa gestão urbanística consistente - Incentivo ao funcionamento das indústrias em "círculo", promovendo a reutilização e reciclagem de produtos e matérias-primas - Deve ser implementada uma política municipal de reconversão de áreas urbanas degradadas 	<p>Aguarda a elaboração da base de dados com a identificação dos processos de gestão urbana por categoria e subcategoria do solo, por parte do Departamento de Gestão Urbana</p>	
Ordenamento do Território	Recursos Hídricos	 <ul style="list-style-type: none"> - qualificação dos recursos hídricos, quer ao nível de intervenções que tenham por fim a melhoria da qualidade das suas águas, quer ao nível de intervenções nas suas margens - Salvaguarda dos leitos de cheia, dado especial ênfase à deslocalização de unidades industriais localizadas junto a linhas de água e que constituíssem focos de descarga ilegal - Promoção da deslocalização de unidades industriais localizadas junto a linhas de água e que constituíssem focos de descarga ilegal 	<ul style="list-style-type: none"> - ocupação dos vazios urbanos permitidos em leitos de cheia - escorrências naturais decorrentes do aumento das áreas construídas e impermeabilizadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Devem ser desenvolvidas ações de reabilitação e regeneração urbana que contemplem a atuação sobre os recursos hídricos - Aproveitamento para a agricultura da zona ameaçada pelas cheias - dar cumprimento às orientações definidas no Plano Diretor de Águas Pluviais - controlar a qualidade da água das sub-bacias das Ribeiras do Arquinho e Leandro - Política de fiscalização ao nível das intervenções nas margens dos recursos hídricos - Melhoria da gestão dos sistemas de tratamento dos efluentes industriais 	<p>Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE</p>	<p>Corrente rio Leça Requalificação das margens e leito dos rios</p>

		<p>- aumento da mobilidade e da acessibilidade infraconcelhia</p> <p>- Cidade compacta conduz promoção da eficiência do metabolismo urbano, sobretudo ao nível dos transportes</p> <p>- melhoria do conforto ambiental do espaço urbano e do espaço público contribui para fomentar circuitos pedonais e cicláveis</p>	<p>- Sobrecarga das infraestruturas existentes</p> <p>- Aumento de tráfego rodoviário</p> <p>- Congestionamento viário, decorrente do aumento de tráfego pesado nas vias de acesso às zonas industriais</p>	<p>- Enquadramento paisagístico das infraestruturas</p> <p>- Política de Promoção dos transportes públicos e modos suaves</p> <p>- Melhoria dos sistemas de transportes públicos para as áreas industriais</p> <p>- Concentração nos espaços industriais das unidades potencialmente geradoras de tráfego pesado</p> <p>- equacionar-se o condicionamento da utilização do veículo de transporte individual nas áreas centrais dos aglomerados urbanos mais densos</p> <p>- Deve ser efetuada a definição e implementação de uma rede de caminhos agrícolas, pedonais, equestres e de bicicleta definindo circuito de moinhos, caminhos do romano, entre outros.</p>	<p>O aumento do tráfego rodoviário nas vias municipais e a sequente sobrecarga das infraestruturas existentes decorre não da execução do PDM mas é uma sequência da introdução das portagens nas antigas SCUT</p>	<p>Ações de promoção da mobilidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração Plano Municipal de Acessibilidade para Todos 2. Em elaboração o Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia <p>No âmbito do programa de ação do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos a Câmara Municipal tem executado projetos de eliminação de barreiras arquitetónicas existentes no edificado e no espaço público, conforme síntese das intervenções presente no ponto 6.3 do presente relatório.</p>
		<p>- aumento das áreas verdes de utilização coletiva</p> <p>melhoria do conforto ambiental do espaço urbano e a promoção da biodiversidade e do seu equilíbrio ecológico</p> <p>- preservação e salvaguarda dos valores de identidade rurais consubstanciam oportunidades para a criação de espaços verdes de utilização coletiva temáticos, ligados às atividades de produção agrícola, pecuária, entre outras</p>	<p>Não expectável</p>	<p>- Promoção da continuidade da estrutura verde concelhia do tecido urbano</p> <p>- Promoção, beneficiação e requalificação de espaços verdes públicos em todos os aglomerados urbanos do Concelho</p> <p>- Promoção dos planos de recuperação de pedreiras para parques urbanos e espaços desportivos</p> <p>- política de execução e investimento na dotação de espaços verdes</p>	<p>Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE</p> <p>Foi reforçado o impacto positivo de aumento das áreas verdes do concelho, dado o aumento verificado nas áreas verdes de utilização coletiva existentes no concelho.</p>	<p>Política de execução de espaços verdes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Parque Urbano dos Maninhos 2. Parque dos Amores 3. Parque Urbano Novo Rumo <p>O Projeto Futuro – 100.000 novas árvores na Área Metropolitana do Porto</p>
<p>Saúde Humana em Ambiente Urbano</p>		<p>- com base no conceito de Cidade compacta há menores necessidades de deslocações automóveis dentro da Cidade, com redução dos poluentes sonoros e atmosféricos</p> <p>- a promoção de espaços verdes contribui para reduzir a poluição sonora e atmosférica</p> <p>- devido à política de concentração industrial, as indústrias estão todas localizadas num espaço geográfico circunscrito, pelo que os seus efeitos, tendem a ser também limitados espacialmente e são atenuados pelo efeito barreira das áreas de proteção vegetal que as envolvem</p> <p>- ao reforçar e valorizar a vegetação está-se a promover a qualidade do ar, quer ao nível da produção de oxigénio e absorção de CO2, quer ao nível da redução do ruído, formando barreiras acústicas</p>	<p>- aumento da população exposta a níveis de ruído elevados e de poluentes atmosféricos, ambos resultantes do incremento do tráfego automóvel por via da densificação da Cidade e da melhoria da rede rodoviária</p> <p>- Existem impactes significativos que se podem fazer sentir nas imediações das áreas industriais</p>	<p>- não atribuição usos habitacionais às edificações a construir na proximidade aos eixos de grande tráfego</p> <p>- Criação de barreiras e cortinas verdes, em particular nas interfaces urbano/industrial</p> <p>- Deve ser prevista a instalação de pisos de estrada menos ruidosos</p> <p>- Deve ser garantida a introdução de zonas de velocidade condicionada nas malhas urbanizadas</p>	<p>Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE</p>	

**Riscos
Tecnológicos**



- aumento das indústrias com tecnologias limpas, isentas de riscos tecnológicos
- definição adequada de padrões de localização pressupõe que as indústrias se localizem em espaços apropriados, fora dos meios residenciais
- concentração industrial pressupõe que haja uma centralização dos riscos e uma maior facilidade na sua previsibilidade e no seu combate

- atração para o Concelho de indústrias com elevado risco tecnológico
- no caso de ocorrência de acidentes, a gravidade destes pode ser de magnitude superior, devido ao efeito dominó da concentração industrial

- Incentivos à localização de empresas altamente qualificadas
- deslocalização das unidades industriais deficientemente localizadas na Cidade.
- Deve ser proibido e controlado o atravessamento dos aglomerados urbanos por veículos de transporte de matérias perigosas

Não foram identificados impactes ambientais não previstos em sede de AAE

Durante estes três primeiros anos de vigência do novo PDM foram praticamente nulas as transformações que ocorreram e que tivessem como consequência efeitos significativos quer no PDM, quer, mais concretamente, no território concelhio, para além dos previstos em sede de avaliação ambiental a que a proposta de revisão foi sujeita. Por outro lado, a Câmara Municipal tem desenvolvido projetos que visam potenciar os efeitos positivos sobre o ambiente.

6.2. Plano de Pormenor da Quinta da Pícuia e Áreas Envolventes

No âmbito dos instrumentos de gestão territorial, no município da Maia encontra-se ainda em vigor o Plano de Pormenor da Quinta da Pícuia e Áreas Envolventes, na freguesia de Águas Santas (Aviso n.º 21989/2010, de 29 de Outubro), que apresenta como objetivos gerais:

- A consolidação do tecido urbano existente;
- A proteção e salvaguarda do património edificado erudito ou que interessa manter e qualificar enquanto memória do sítio, como a casa na Rua D. Afonso Henriques, a Capela e a Casa de Corim, os edifícios da Quinta da Pícuia e o Cruzeiro próximo à Quinta da Pícuia;
- A manutenção e valorização da mata da Quinta da Pícuia e de outros conjuntos arbóreos importantes à estrutura verde primária ou secundária;
- O reforço da conectividade da área do plano com a envolvente;
- A conclusão da rede viária existente, assegurando a continuidade dos arruamentos já executados;
- A disponibilização e dignificação do espaço público do peão e de áreas de recreio e lazer, quer no tocante à sua dimensão e tratamento, quer no que respeita às condições da sua vivência;
- O ajustamento da proposta ao cadastro de propriedade, aumentando a sua eficácia e o grau de operacionalidade.

Estando ainda em elaboração a base de dados com as operações urbanísticas por categoria de espaços e subcategoria, por parte do Departamento de Gestão Urbana, não é possível ainda analisar a operacionalidade da proposta do plano. No entanto, tendo em conta apenas o universo dos processos em que foi solicitado parecer da Divisão de Planeamento Territorial, Urbanístico e Projetos, verifica-se que os mesmos recaem sobre obras de conservação de edifícios, cuja proposta do Plano é a demolição.

6.3. Plano Municipal de Acessibilidade para Todos

Tendo em conta a informação disponibilizada pelos demais serviços da Autarquia, bem como o tratamento que foi possível efetuar a essa mesma informação, apresenta-se uma síntese da execução do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos nas áreas temáticas do Edificado, Espaço Público e Transportes.

Importa, assim, referir, que os dados agora apresentados poderão sofrer alterações fruto da atualização dos mesmos com informação relativa a intervenções realizadas que sejam, entretanto, facultadas.

1. Edificado

No âmbito do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos foram analisadas as condições de acessibilidade universal num total de 197 edifícios e equipamentos públicos, tendo sido apresentadas as respetivas propostas de intervenção para a eliminação de barreiras arquitetónicas.

De acordo com a informação prestada, após a conclusão do PMAT foram realizadas intervenções pontuais em alguns equipamentos públicos com vista a sanar barreiras existentes, conforme a seguir se enumera:

1. Edifício da Câmara Municipal: colocação de uma plataforma elevatória nas escadas de acesso ao Salão Nobre;
2. EB1/JI do Paço (Águas Santas): Execução de rampa no portão de entrada e execução de rampa metálica na entrada traseira
3. Museu Municipal: Execução de rampa amovível para a entrada principal;
4. Tribunal da Comarca da Maia: Execução de rampa amovível para a entrada principal.

2. Espaço Público

No âmbito do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos foi analisado um total de 8.861.061 m² de espaço público a que corresponde um total de 275.000 metros/lineares de percurso analisado. De referir que do total de percurso analisado, 133.598 metros/lineares corresponde a percurso acessível e 141.402 metros/lineares representa área onde existem barreiras à acessibilidade tendo sido considerado como percurso inacessível. No conjunto das barreiras identificadas no espaço público é possível identificar dois grupos: as barreiras “pontuais” como sinais de trânsito, postes de iluminação, mecos, rebaixamentos de passadeiras, entre outras, num total de 8.241 barreiras, e as barreiras relativas a uma determinada área onde o passeio é inexistente ou subdimensionado ou o pavimento se encontra degradado, correspondendo a um total de 140.591 m².

No que diz respeito às intervenções efetuadas no espaço público após o diagnóstico do PMAT, registou-se um total de 28 intervenções, conforme sistematização apresentada. As intervenções agrupam-se em dois tipos: Desenho Urbano (associado a construção de novos espaços, requalificação do espaço público e reperfilamento de vias), num total de 5, e, na sua maioria, a Pequena Obra (correspondendo nomeadamente à eliminação de barreiras pontuais como a construção de passeios e a rebaixamentos de passadeiras), num total de 23 intervenções.

Avançando já com alguns dos resultados do processo de monitorização, as intervenções abrangeram um total de 84.328 m² de espaço público, tendo sido assegurado cerca de 3000 metros/lineares de percurso acessível. A execução das obras apresentadas permitiu a eliminação das seguintes barreiras:

1. Nos núcleos urbanos delimitados no PMAT
 - 53 rebaixamentos de passadeiras (num total de 17 passadeiras);
 - 3 degraus/escadas/rampas
 - 1 pavimento degradado
 - 1 passadeira subdimensionada
 - 8 passeios subdimensionados ou inexistentes
2. Fora Núcleos Urbanos do PMAT
 - 3 rebaixamentos de pavimento
 - 3 passeios subdimensionados ou inexistentes
 - 6 rebaixamentos de passadeiras (num total de 3 passadeiras)

Comparando com o diagnóstico efetuado no PMAT, a eliminação pontual de um total de 66 barreiras representa apenas 0,8% do total de barreiras diagnosticadas no plano. Por outro lado, as intervenções ao nível do pavimento degradado ou

construção de passeios¹, num total de cerca de 16936 m², correspondem a aproximadamente 12% da área identificada no PMAT com esta tipologia de barreira.

Mais se informa que os valores apresentados podem se ajustados quer pela confirmação do cumprimento das acessibilidades em algumas das intervenções já registadas, quer, pelo facto de a mesma estar em constante atualização (pela possibilidade de, a cada momento, se poder receber mais informação relativa a novas intervenções).

Ao nível das intervenções no espaço público seria importante assegurar a atualização com os planos de acessibilidade apresentados pelos requerentes de obras particulares, reiterando o imprescindível contributo que deve ser prestado por parte do Departamento de Gestão Urbana quer na monitorização do Plano de Acessibilidade quer na avaliação e monitorização da execução do plano Diretor Municipal.

3. Transportes

A área temática dos transportes aborda as questões relativas quer ao meio de transporte propriamente dito (autocarros, metro, entre outros), da responsabilidade das respetivas empresas, quer às plataformas de acesso aos mesmos (paragens), da responsabilidade da Autarquia.

No âmbito do diagnóstico efetuado durante a elaboração do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, foram analisadas as condições de acessibilidade universal a um total de 222 paragens, das quais 114 cumprem os critérios de acessibilidade e 108 não são consideradas acessíveis.

Ainda não se dispõe de dados de monitorização a este indicador.

¹ Relativamente a este ponto importa tecer dois comentários: 1) para a presente tipologia de intervenção não existe um levantamento das condições de acessibilidade pelo que o valor apresentado pode estar subavaliado; 2) deve-se ressaltar que a taxa de concretização é relativa à área diagnosticada no PMAT, ainda que parte significativa destas intervenções tenham ocorrido em área fora dos núcleos urbanos alvo de estudo no PMAT.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da avaliação do estado do ordenamento do território e bem ainda do sistema municipal de planeamento construiu-se a seguinte matriz de análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Inserção na Grande Área Metropolitana do Porto;</p> <p>População residente ainda em crescimento;</p> <p>Presença de um grande número de pessoas em idade ativa;</p> <p>Capacidade de empregar um grande número de mão-de-obra, principalmente oriunda de áreas adjacentes;</p> <p>Crescente peso do setor terciário e estabilização do setor secundário;</p> <p>Diversidade de atividades ligadas aos serviços, comércio e indústria;</p> <p>Setor industrial em franca expansão, com elevada capacidade de atração de empresas e elevada concentração de unidades de importância nacional e de setores altamente especializados (p.e.: ciência e tecnologia);</p> <p>Proximidade às principais infraestruturas aéreas, rodoviárias e ferroviárias que lhe confere uma boa acessibilidade;</p> <p>Quadro habitacional que proporciona boas condições de vida às populações e que contribui para a respetiva fixação;</p> <p>Existência de alguns edifícios arrolados como património arquitetónico</p> <p>Oferta de espaços públicos multifuncionais (Fóruns, Quinta da Gruta, Quinta da Caverneira, TecMaia, entre outros);</p> <p>Aumento da capitação de espaços verdes;</p>	<p>Crescente dependência da população idosa face ao total da população;</p> <p>Subaproveitamento das potencialidades inerentes aos bons solos agrícolas, nomeadamente nas áreas sujeitas à servidão da R.A.N.,</p> <p>Setor agrícola sem significado, com uma acentuada tendência de decréscimo, ainda dirigidos quase que exclusivamente para autoconsumo ou, com menor significado, a venda local;</p> <p>Forte dependência do transporte particular, sendo o principal meio de transporte utilizado pela população ativa nas suas deslocações pendulares;</p> <p>Degradação/poluição das linhas de água que trespassam o concelho;</p> <p>Baixa cobertura dos equipamentos de apoio às crianças até aos 4 anos (creches) e à terceira idade do setor público;</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Capacidade instalada de atração de investimento produtivo em atividades industriais e de serviços, correspondente a cerca de 1 704 573 m² de área de acolhimento empresarial;</p> <p>Excelentes acessibilidades aos grandes centros de produção e distribuição da região Norte e da Galiza;</p> <p>Existência de bolsas municipais para o acolhimento de importantes investimentos em setores diversificados da atividade produtiva: transportes, acolhimento empresarial, turismo e lazer.</p> <p>Substrato humano populacional jovem, instruído e qualificado para cobrir procura de emprego maioritariamente qualificado;</p> <p>Bolsa de áreas de solo rural ainda consideráveis e com excelente acessibilidade, oportunidade para o desenvolvimento de projetos de relançamento do setor de produção agrícola e florestal, e de atividades complementares de desenvolvimento rural.</p> <p>Reforço da consolidação da cidade e dos centros urbanos de 2.ª ordem, crescentemente polarizados;</p> <p>Salvaguardar o património arquitetónico existente, nomeadamente, através de ações que atraiam outras funções, incentivando a utilização para novos fins, impedindo a sua degradação;</p> <p>Recuperação e valorização das margens do Rio Leça, tornando-o num local agradável à fruição e lazer;</p> <p>Promover a mudança de paradigma ao nível da mobilidade, fomentando modos de transporte sustentáveis.</p>	<p>Forte concorrência dos concelhos da primeira coroa periférica da Cidade do Porto;</p> <p>Pressão urbana sobre áreas de expansão e ou rurais ou de reserva, desarticuladas dos centros urbanos que se pretendem consolidar;</p> <p>Retração Económica e financeira vivida e crise das dívidas soberanas, agravada pelos atuais contextos jurídico legais da atividade administrativa pública (lei dos compromissos);</p> <p>Crescente Taxa de Desemprego;</p> <p>Incerteza existente quanto ao desenvolvimento do ainda vigente Quadro de Referência Estratégico Nacional e quanto ao próximo pacote de apoios financeiros.</p>

A evolução ocorrida no período de vigência do Plano, e embora tenham decorrido apenas três anos de execução e monitorização do mesmo, *de per si*, da avaliação efetuada ressalta a necessidade de manter o desenvolvimento das medidas com vista a atingir os seus objetivos estratégicos, designadamente ao nível da consolidação dos núcleos urbanos, da deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas, da dotação de espaços verdes, da preservação dos valores identitários e dos valores de ruralidade.

Bibliografia

- Agência Portuguesa do Ambiente, Dez. 2007 – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, SIDS-Portugal, Agência Portuguesa do Ambiente e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
- Agência Portuguesa do Ambiente, 2008 – Relatórios do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território – 20 Anos, Agência Portuguesa do Ambiente e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
- Agência Portuguesa do Ambiente, 2008 – Evolução da Qualidade do Ar em Portugal entre 2001 e 2005, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora
- Agência Portuguesa do Ambiente, 2008 – Relatório do Estado do Ambiente 2008 – 10 Indicadores, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora
- Alto Comissariado para a Saúde, 2010 – Plano Nacional da Saúde 2011-2016, Versão para Discussão Pública
- Câmara Municipal da Maia, 2008 – Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal
- Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações, 2009 – Acompanhamento e Monitorização do PROT Algarve, 1º Relatório Anual, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.
- Fonseca, Paulo, 2002 – Índices de Desenvolvimento Concelhio, Revista de Estatística, Volume II, 2.º Quadrimestre de 2002, Instituto Nacional de Estatística
- Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2009 – Carta Social, Folha Informativa n.º 1, Julho 2009, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
- Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2010 – Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais – 2009, ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
- Instituto Nacional de Estatística, 2002 – XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento geral da habitação, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística, 2002 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2001, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística, 2003 – Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto: 1991/2001, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística, 2008 – Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística, 2009 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2008, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística, 2009 – Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Martins, Isabel e Santos, Luís Delfim (Coord.), 2003 – 1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana – Porto, Gabinete de Estudos e Planeamento, Câmara Municipal do Porto
- Prada, Olga, 2008 – Relatórios de Estado de Ordenamento do território: Orientações metodológicas para a sua elaboração. Tese de Mestrado em Urbanística e Gestão do Território. Instituto Superior Técnico
- SILVA, J., 1998 – *A Função de Monitorização em Planeamento Urbanístico ao Nível Municipal: MAPAO, um Modelo para Apoio à Programação de Ações por Objetivos*. Tese de Doutoramento. Instituto Superior Técnico
- Ministério da Saúde, 2006 – Glossário Para as Unidades de Saúde Familiar, acedido em http://www.mcsp.min-saude.pt/lmgs/content/page_46/Glossario_USF.pdf (consultado a 29-11-2011)

Referências Electrónicas

www.ana.pt

www.ine.pt

www.guiadeportugal.pt (acedido a Dezembro 2010)

www.metroporto.pt

www.qualar.pt

www.qca.pt

www.proder.pt

www.qren.pt

www.turismo.maiadigital.pt

www.snirh.pt (acedido a 4.01.2011)

<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/CentrosEmpregoEstatisticasMensais/Paginas/Home.aspx>

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2010. [Consult. 2010-05-24]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$indice-de-desenvolvimento-humano-\(idh\)>](http://www.infopedia.pt/$indice-de-desenvolvimento-humano-(idh)>).

www.igeo.pt/atlas/Cap3/Cap3d_5.html

Legislação

Lei n.º 58/2005 – Lei da Água

Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto – Lei de Bases da Política Florestal

Resolução Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de Setembro – Estratégia Nacional das Florestas

Decreto - Regulamentar n.º 42/2007, de 10 de Abril – Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga (PROF AMPEDV)

Resolução Conselho Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) e Plano de Implantação

Resolução Conselho Ministros n.º 29/2010, de 15 de Abril – Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020)

Resolução Conselho Ministros n.º 97/2010 – Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF)

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais PEAASAR 2007-2013

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/2011, de 27 de Janeiro – Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo ao aproveitamento de terras agrícolas abandonadas

ANEXOS

ANEXO I

Quadro Indicadores Ambientais

Factores Críticos	Crítérios	Indicador de Seguimento	Unidade de Análise	Periodicidade de análise	Fontes de informação	Meta Documento de Referência	Meta Municipal	Valor Referência PDM	2009	2010	2011	
Património cultural e Paisagem	Património Edificado	Imóveis classificados e em vias de classificação	número	Anual	Câmara Municipal	-	Aumentar/manter o n.º de imóveis classificados	3	3	3	3	
		Imóveis arrolados como de interesse patrimonial alvo de operações urbanísticas com vista à sua valorização e recuperação	n.º de processos de GU em Imóveis arrolados	Anual	Câmara Municipal	-	Crescente	n.a	n.d	n.d	n.d	
		Áreas submetidas a medidas de valorização e protecção patrimonial	hectares	Anual	Câmara Municipal	-	Crescente	n.a	0	0	7	
	Património Arqueológico	Prospecções em áreas de património arqueológico	hectares	Anual	Câmara Municipal	-	Crescente	n.a	2 (n.º)	12 (n.º)	27 (n.º)	60 (ha)
		Áreas submetidas a medidas de valorização e protecção patrimonial	hectares	Anual	Câmara Municipal	-	Crescente	n.a	1 (n.º)	2 (n.º)	8 (n.º)	
	Valores da Ruralidade	Imóveis arrolados como de interesse municipal convertidos para turismo rural	n.º e hectares	Anual	Câmara Municipal	-	Crescente	n.a	n.d	n.d	n.d	
		Imóveis arrolados como de interesse patrimonial e inseridos em aglomerados rurais alvo de operações urbanísticas com vista à sua valorização e recuperação	n.º e hectares	Anual	Câmara Municipal	-	Crescente	n.a	n.d	n.d	n.d	
		Capacidade de alojamento (turismo rural)	n.º de quartos	Anual	Câmara Municipal e Turismo de Portugal	-	Crescente	8	8	8	8	
		Áreas de uso agrícola submetidas a projectos financiados pelo FEDER	hectares	Anual	FEDER	-	n.d	n.a	0	0	0	
	Fragmentação de Ecossistemas	Extensão do seccionamento	metros lineares	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	273	0	0	
Sistemas seccionados		m ² /sistema seccionado	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	6472,95	0	0		
Uso do Solo	Processos de operações urbanísticas em RAN (Com construção)	n.º de processos de GU aprovados em RAN/Tipologia	Anual	Câmara Municipal	-	0	n.a	n.d	n.d	n.d		
		n.º de processos de GU aprovados em REN	Anual	Câmara Municipal	-	0	n.a	n.d	n.d	n.d		
	Floresta	Área florestal ardida requalificada ambientalmente	hectares	Anual	Câmara Municipal	-	10% da Área Ardida	n.a	0	0	0	
		Área florestal ardida	n.º / hectares	Anual	Câmara Municipal	-	Reduzir a área ardida em menos de 100mil ha/ano até 2012; Atingir em 2018 uma área ardida inferior a 0,8% da superfície florestal constituída por povoamentos (RNDFC)	n.d	88 / 12,86	166 / 25,17	264 / 30,27	257/136,0

	Tipo de coberto florestal	introdução de novas espécies por hectare	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	0	0	0
Consolidação do espaço urbano	Impermeabilização do solo	hectares / %	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d
	Processos de operações urbanísticas por categoria de espaço	n.º/hectares/Tipologia/Tx de consolidação do solo urbano	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d
	Processos de operações urbanísticas por UOPG	n.º/hectares/Tipologia	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d
	Processos de renovação, requalificação ou reabilitação urbana	n.º/hectares/Tipologia	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d
	Licenciamento de novas unidades Industriais em espaço industrial	n.º/hectares/Tipologia	Anual	Câmara Municipal/CCDRN	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d
Localização Industrial	Deslocalização de Unidades Industriais deficientemente localizadas no território	n.º/hectares/Tipologia	Anual	Câmara Municipal/CCDRN	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d
Recursos Hídricos	Qualidade das águas superficiais (linhas de água)	n.º de análises com valores superiores aos máximos admitidos para rega	Anual	Câmara Municipal/SMAS	Atingir a redução da % de violações aos valores limite estabelecidos na lei, cumprindo os níveis de monitorização da mesma (DL 232/98 e DL 243/2001)	n.d	n.a	Razoável - Estação Ponte da Pedra Excelente - Estação Ponte de Moreira	n.d	n.d
	Qualidade das águas subterrâneas	n.º de análises com valores superiores aos máximos	Anual	Câmara Municipal/SMAS		n.d	n.a	n.d	n.d	n.d
	Investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água	hectares/ Euros	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	0	15750	4830
	Reutilização de águas residuais tratadas	m ³	Anual	Câmara Municipal/SMAS	>= 10% (PEAASAR II 2007-2013)	>= 10%	n.a	n.d	0	n.d
Água	População Servida por Sistemas de Abastecimento de Água	%	Anual	Câmara Municipal	95% (PEAASAR II 2007-2013)	0,95	n.a	n.d	95	n.d
	População Servida por Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	%	Anual	Câmara Municipal	90% (PEAASAR II 2007-2013)	0,9	n.a	n.d	89	n.d
Mobilidade/ Acessibilidade	Metros lineares da rede viária construída por tipologia de hierarquia viária	metros lineares	Anual	Câmara Municipal/EP	-	n.d	n.a	IP - 0 RVP - 465,97 RVS - 2110,56 RVL - 273,78	IP - 0 RVP - 1519,5 RVS - 0 RVL - 183,8	IP - 0 RVP - 123 RVS - 782,0 RVL - 0
	Rede viária municipal qualificada	m ²	Anual	Câmara Municipal/EP	-	n.d	n.a	17550 (2009/2010)	n.d	n.d

	Transporte de passageiros por modo de transporte (1)	n.º de passageiros por modo de transporte	Anual	Câmara Municipal/STCP/Metro	Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros (política Comum de Transportes da União Europeia)	n.d	Aéreo - 4.535.813 Metro - n.d CP - n.d STCP - n.d	Aéreo - 4.508.330 Metro - 20.536.159 CP - 20.580 STCP - 108.243	Aéreo - 5.279.362 Metro - 22.296.905 CP - 21.136 STCP - 109220	Aéreo - 6.003.408 Metro - 25.627,356 CP - n.d STCP - n.d
	Movimentos pendulares (2)	n.º de entradas e saídas do Concelho para trabalho ou escola	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	Entradas - 29.475 Saídas - 28.413	n.d	n.d	n.d
Espaços Verdes	Área verde de uso público executada fora de loteamentos	hectares	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	9,40	2,90	0,17
	Área verde de uso público executada dentro de loteamentos	hectares	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	1,90	0,90	4,9
	Capitação de espaços verdes	m² por habitante	Anual	Câmara Municipal	40 m2/hab, sendo de 30 m2/hab para a EVP e 10 m2/hab para a EVS (Declaração de Principios da Quercus) 12 m2/hab	12 m2/hab.	6,25	6,93	9,48	10,314
Poluição Sonora e Atmosférica	Queixas recebidas relativas a ruído automóvel	número	Anual	Câmara Municipal/CCDRN	-	n.d	n.a	6	3	n.d
	População afectada por ruído ambiente exterior (3)	número	Anual	Câmara Municipal	-	Decrescente	Zona Sensível Periodo global de 24h (Lden) , cerca de 5% (4,97) Periodo nocturno (Ln), cerca de 10% (9,57) Zona Mista Periodo global de 24h (Lden) , cerca de 9% (8,61) Periodo nocturno (Ln), cerca de 20% (20,16)	n.d	n.d	n.d
	Medidas de minimização de ruído	Investimento / hectares	Anual	Câmara Municipal/EP	-	n.d	n.a	0	0	n.d

	Utilização de modos de transporte mais sustentáveis	Extensão de novos corredores de BUS (a) Extensão de novas vias cicláveis (b) Extensão de novos percursos pedonais (c) n.º de novos interfaces de passageiros (d)	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	a) 0 b) 0,72 km c) 0 d) 1	a) 0 b) 0 c) 252 d) 0	a) 0 b) 0 c) 221 d) 0
Ar	Emissão de gases com efeito de estufa	n.º de análises com valores superiores aos máximos admitidos	Anual	CCDRN	Portugal - limitar, no período entre 2008-2015, a 27% o crescimento de emissões GEE UE - 15 - redução, entre 2008 e 2015, em 8% das emissões GEE (Protocolo de Quioto)	n.d	169	169	192	169
	Qualidade do ar	n.º de análises com valores superiores aos máximos admitidos	Anual	CCDRN	Aumento dos dias com qualidade do ar Bom ou Muito bom em detrimento do decréscimo dos restantes Meta Qualitativa – Preservar a qualidade do ar nos casos em que esta seja aceitável e melhorá-la nos restantes (SIDS)	n.d	n.a	Muito Bom - 46 Bom - 208 Médio - 75 Fraco - 36 Mau - 0	Muito Bom - 35 Bom - 212 Médio - 78 Fraco - 39 Mau - 1	Muito Bom - 56 Bom - 179 Médio - 80 Fraco - 50 Mau - 0
Resíduos	Produção de Resíduos	kg./hab./dia	Anual	Câmara Municipal	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos – redução de 1,4% da capitação diária até 2016, face ao valor de referência de 2007	n.d	n.a	0,89	0,87	0,9
	Tratamento/Reciclagem e Valorização de Resíduos	toneladas por habitantes	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	0,26	0,27	0,33
Riscos Tecnológicos	Acidentes com substâncias perigosas	número	Anual	PSP/Protecção Civil	Garantir a prevenção de acidentes graves e limitação das suas consequências para o homem e para o ambiente	n.d	n.a	3	3	2
	Acidentes industriais	número	Anual	PSP/Protecção Civil	(BEA 2009)	n.d	n.a	3	2	2

n.a - Não avaliado

n.d - Não disponível

(1) Valor expresso em Milhões de Passageiros

Passageiros da CP e da STCP é apresentado o total de passageiros de cada empresa, não sendo possível individualizar os passageiros por município.

Metro do Porto apresentado o valor do total de validações com origem ou destino nos interfaces da Maia.

(2) Embora na DA esteja uma periodicidade de análise Anual, o presente indicador só pode ser avaliado de dez em dez anos, aquando a publicação do Censos.

(3) Embora na DA esteja uma periodicidade de análise Anual, o presente indicador só pode ser avaliado com a revisão dos Mapas de ruído, que por lei deve ocorrer de 5 em 5 anos.

Factores de Sustentabilidade	Critérios	Indicadores	Unidades de Análise	Periodicidade de Análise	Fontes de Informação	Meta Documento de Referência	Meta Municipal	Valor Referência PDM	2009	2010	2011
Sociais	População	Densidade populacional	habitante por Km ²	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	1435,02	1682,9	1712,92	1616,56
		Evolução da população	número	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	120111	140859	143371	134306
	Saúde	Equipamentos de saúde	n.º de médicos por habitante	Anual	Câmara Municipal	60 médicos de medicina familiar por 100 000 habitantes (PNS 2006-2010)	n.d	0,43	0,44	0,52	0,48
		Equipamentos escolares por tipologia de ensino	número / rácio / tipologia	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	JI - 72 EB1 - 44 EB23/Sec. - 10	JI - 64 EB1 - 43 EB23/Sec. - 10	JI - 70 EB1 - 43 EB23/Sec. - 11	JI - 72 EB1 - 44 EB23/Sec. - 11
	Educação	Intervenções nos equipamentos escolares existentes com vista a dotação de melhores condições de ensino e permanência na escola	número/tipologia € por aluno	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d
		Emprego	Evolução do emprego por sectores	número /rácio	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	Primário - 599 (1,7%) Secundário - 23340 (38,0) Terciário - 37184 (61,1%)	n.d	n.d
	Taxa de desemprego		%	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	6,7	n.d	n.d	n.d
Economia	Economia	Investimento e despesa com a protecção e a gestão do ambiente	Euros	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	990.421,90	328.778,90	?
	Energia	Produção e consumo de energias renováveis	mw por habitante	Anual	Câmara Municipal	Intensificar a utilização de recursos energéticos endógenos; Promover a produção de electricidade a partir de fontes renováveis; contribuir para a redução da factura energética externa; (...) (Estratégia Nacional para a Energia, RCM 169/2005)	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d
		Transportes	Acidentes rodoviários	número	Anual	Câmara Municipal	Colocar, até 2015, a sinistralidade rodoviária em 62 mortos por milhão de habitante, equivalente a uma redução de 31,9% (base 2006) (Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2008-2015)	Decrescente	1236	373	400